

Casa-abrigo A(colher):

habitação temporária para recomeçar
em São José dos Campos - SP



Sofia Fortunato Ribeiro da Costa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cc Costa, Sofia Fortunato Ribeiro da
Casa-abrigo A(colher): habitação temporária para
recomeçar em São José dos Campos - SP / Sofia
Fortunato Ribeiro da Costa. -- São Carlos, 2022.
119 p.

Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em
Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura
e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2022.

1. casa-abrigo. 2. habitação temporária. 3.
violência de gênero. 4. mulheres. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

CASA-ABRIGO A(COLHER): HABITAÇÃO TEMPORÁRIA PARA RECOMEÇAR EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -SP

SOFIA FORTUNATO RIBEIRO DA COSTA

Trabalho de Graduação Integrado

Comissão de Acompanhamento Permanente (CAP): Aline Coelho Sanches
Coordenador de Grupo Temático (GT): Joana D'Arc de Oliveira

São Carlos
2022

RESUMO

A violência contra as mulheres representa uma problemática recorrente na sociedade brasileira, como resultado expressivo de uma cultura patriarcal de naturalização das agressões e de inferiorização dos corpos feminizados. A inexistência e a insuficiência de políticas públicas protetivas priorizando as mulheres e corpos feminizados instigou o projeto de ressignificação de casa-abrigo, destinada ao acolhimento, reconstrução e ressocialização da mulher vítima de formas de violência ou em situação de vulnerabilidade. Com o objetivo de compreender como se desenvolvem os equipamentos direcionados ao atendimento exclusivo de mulheres vítimas de violência ou em situação de vulnerabilidade social nas cidades brasileiras, a cidade de São José dos Campos, no interior de São Paulo, foi tomada como objeto de leitura e intervenção urbana, uma vez que a cidade foi classificada como a primeira cidade inteligente normatizada pela ABNT e mostra-se historicamente resistente a implantação de políticas públicas que priorizam a mulher.

A metodologia contou levantamento bibliográfico sobre violência de gênero e das iniciativas locais existentes, de estatísticas oficiais de abrigamento da população feminina afetada pela violência, com destaque para entrevista com agentes locais responsáveis pela casa-abrigo protetiva existente na cidade, representação principal de equipamento público voltado ao rompimento do ciclo de violência, ao fornecimento de moradia temporária, de suporte assistencial-protetivo e de reinserção da mulher na sociedade. O trabalho buscou projetos existentes de arquitetura de abrigos existentes, de paisagismo e de sistemas construtivos para compor o projeto e o programa de uma casa-abrigo municipal para vítimas de violência de gênero sem o risco iminente de morte e focada na ressocialização e reinserção da mulher na sociedade após a superação de uma situação de fragilidade e vulnerabilidade e voltado principalmente a criação de vínculos e redes de auxílio mútuo entre mulheres nas mesmas situações através dos espaços comuns e área livres.

PALAVRAS CHAVE: Violência de gênero, Mulheres, Casa-abrigo, Ecofeminismo, Acolhimento, São José dos Campos.

RADECIMENTOS

Esse agradecimento vai a todos aqueles que estiveram próximos de mim nestes anos de graduação, especialmente neste último ano. Muito tenho a quem me inspirar e a me espelhar, toda a bagagem que carrego até aqui mostra o meu caminho e as pessoas com quem me relacionei. Se cheguei até aqui é porque nunca caminhei sozinha.

Primeiramente gostaria de agradecer meus queridos pais, Fabio e Luciana, por todo o apoio e todo o suporte durante esta graduação e durante minha trajetória de vida. Meu irmão Otávio, por nunca perder a fé em mim e por deixar a positividade da vida sempre a vista para mim. Agradeço a toda a minha família como principais pontos de apoio durante esta jornada.

Agradeço também aos profissionais que deram auxílio fundamental para tirar o projeto do papel. Fica minha gratidão especialmente às mulheres do Centro Dandara de Promotoras Legais Populares de São José dos Campos, que me receberam com disposição e me forneceram as informações necessárias para o aprofundamento teórico. Fica o agradecimento também a colaboração constante com meu trabalho e com a minha pessoa da minha psicóloga Mayara Zaqueo, que sempre recebeu e trabalhou minhas angústias e sonhos com o mesmo carinho que o meu pelo tema. Agradeço às professoras exemplares, Aline e Joana, por toda a paciência e toda a inteligência que me transmitiram neste longo ano de TGI. Vou levar para a vida inteira meus agradecimentos e a memória guardada com carinho.

Aos meus amigos, gostaria de poder expressar minha mais sincera gratidão pelo caminho que construímos juntos em São Carlos, pelos abraços queridos e por todos os momentos que esta graduação me proporcionou. Vir para São Carlos foi um passo gigante para mim, e vocês constituíram a minha segunda família.

Ao querido Luis, fica a minha eterna gratidão por nunca ter largado a minha mão neste caminho árduo. Este trabalho é só mais um resultado de seu constante companheirismo e empatia.

Dedico este trabalho a todas as mulheres batalhadoras e líderes da minha família, que muito me inspiraram a escolher o tema e a perseguir este caminho, e que já cruzaram minha vida em algum momento. Se nós mulheres temos direitos hoje, muito devemos às que vieram antes de nós abrindo portas e quebrando paradigmas. Meus muito sinceros agradecimentos.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
01. A COLHER E A CULTURA DA VIOLÊNCIA	15
02. APROXIMANDO A ESCALA: A CIDADE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, SP.	29
03. REFERÊNCIAS PROJETUAIS	49
04. ESCALA DO BAIRRO: A INSERÇÃO LOCALIZADA	53
05. CASA-ABRIGO A(COLHER): RECONSTRUÇÃO DO SUJEITO-MULHER	71
06. REINVENÇÃO DO ABRIGAR: ESCALA DO FEMININO	101
07. O SISTEMA CONSTRUTIVO	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118





INTRODUÇÃO

Na atualidade, muito tem se exposto pelos movimentos e estudos feministas acerca da construção de papéis na sociedade baseado na divisão binária entre gêneros masculino e feminino. Nesse contexto, alguns paradigmas estão em constante questionamento no sentido de romper com uma cultura patriarcal e paternalista, onde a submissão das mulheres aos homens é fundamental para o funcionamento do capitalismo e para a naturalização da violência como instrumento de disciplina dos corpos. Em um país como o Brasil em que se banaliza a expressão “em briga de homem e mulher, ninguém mete a colher”, a ideologia de diferenciação de gênero concretizou, desde os primórdios da civilização brasileira, a posse da mulher ao homem e a intocabilidade das relações familiares e matrimoniais no âmbito privado.

A aceitação social das “tecnologias de gênero”, normatiza condutas e comportamentos de homens e mulheres, caracterizando o poder como “macho, branco e, de preferência, heterossexual” (SAFFIOTI, 2004, p.33). Isto abre outras camadas de filtro na hierarquia social, tais como etnia, raça, classe social e sexualidade, que organizam as relações de poder. A violência

contra a mulher, assim, é determinada historicamente como legítima defesa da honra do homem e torna-se intrínseca às práticas no ambiente privado.

De acordo com Suárez, Machado & Bandeira (1999), vivemos em uma sociedade onde persiste ainda a definição de gênero feminino referida à esfera familiar, doméstica e à maternidade, em que a feminilidade é frequentemente descrita com base em atributos naturais. A mulher é socializada para casar e ter filhos e a função principal da sexualidade é ainda a procriação.¹

Atribuído o lugar da mulher à casa, a sua presença no espaço urbano e público esteve usualmente marginalizada e ameaçada, quando se considera a insegurança de circulação e a violência a que é submetida nesses locais. Conforme coloca Marques (2017), “as cidades (...) ao serem produtos históricos da construção humana refletem a opressão pela qual a sociedade se estrutura e, nesse sentido, é perceptível, no ambiente urbano, diversos traços do machismo em sua construção e vivência”². O urbanismo

¹ SUAREZ, MACHADO & BANDEIRA (1999) apud PRATES, 2007, p. 23

² MARQUES, 2017, p.102

contemporâneo deve considerar as diferenças do caminhar, do desfrutar do espaço público para construir um direito à cidade mais inclusivo e integrativo aos corpos femininos.

No sentido de entender a violência contra a mulher como prática inerente às relações de poder (SEGATO, 2003), este trabalho procura direcionar o olhar arquitetônico para a invisibilidade urbana das formas de violência, sejam privadas ou públicas, com o intuito de ressignificar os espaços de acolhimento às mulheres e garantir uma percepção subjetiva mais positiva em sua inserção na cidade. Assim, a metodologia adotada constitui-se de levantamento e análise de fontes bibliográficas e de dados estatísticos, para a construção de um panorama geral sobre a violência contra mulheres no Brasil, e para o



Intervenção artística “Zapatos Rojos”, da artista Elian Chauvet, Turín, Itália (2013)

entendimento de como as políticas urbanas respondem a esta problemática. Além disso, para escolha da cidade, dados locais, planos municipais e mapas temáticos foram analisados para a definição da cidade de São José dos Campos como objeto da intervenção. Para maior aproximação à temática, foram empreendidas visitas de campo às instituições sociais e realizadas entrevistas com profissionais que atuam na linha de frente da rede de enfrentamento joseense. Os dados obtidos apresentam o perfil da violência e das vítimas na cidade, permitindo ainda o levantamento das demandas reais da localidade.

Nesse sentido, a estrutura proposta para responder aos objetivos da pesquisa é composta por partes que foram sistematizadas tematicamente. Primeiramente, busca-se explorar a metáfora da colher (“meter a colher”), presente na cultura popular brasileira, como forma de intervenção direta no rompimento do ciclo de violência contra os corpos feminizados expressas em suas relações sociais e cotidianas, comumente praticadas por conhecidos, cônjuges ou familiares. Com esse intuito, busca-se a ressignificação dos padrões naturalizados cultural e socialmente, para a transformação da mulher enquanto vítima fragilizada em sujeito ativo responsável pela sua própria vida. Também, compreendendo a violência como estrutura de poder, propõe-se uma conceituação/implementação dos princípios do Ecofeminismo, vertente feminista contemporânea que associa a exploração da terra e do corpo da mulher como elementos fundamentais ao funcionamento da socieda-

de neoliberal e capitalista, afim de construir diretrizes projetuais no trabalho de retorno à terra e aos costumes originais femininos na reconstrução dos corpos e mentes violadas.

Em seguida, o caderno expõe o olhar objetivo e subjetivo que influenciou a autora na escolha pela cidade de São José dos Campos, e as leituras territoriais que orientaram as conquistas da região e da área de intervenção. A cidade, polo de referência na Região Metropolitana do Vale do Paraíba, apesar de ser inovadora em termos de tecnologias e políticas que visam cidades inteligentes, investe insuficientemente em políticas de combate à violência de gênero e em espaços ou instituições de acolhimento das vítimas, expressando o conservadorismo da governança local ao negligenciar a questão. Esse trabalho, então, resalta a casa-abrigo existente como fruto direto de movimentos sociais e pressão popular - em apresentação de uma linha do tempo de concretização da casa-abrigo protetiva joseense - e levanta as demandas reais, através de entrevistas com voluntárias do Centro Dandara de Promotoras Legais Populares e as formas de funcionamento da atual casa na cidade. Tais informações corroboram para a estruturação de um programa de necessidades para a idealização do projeto de uma casa-abrigo alternativa.

Em um terceiro momento, coloca-se o estudo de referências projetuais já existentes, nos âmbitos internacional e brasileiro, como bases de inspiração para as diretrizes e a estruturação do plano preliminar deste trabalho. Tratam-se das análises

dos seguintes projetos: 1) Refúgio para mulheres vítimas da violência (2017), Uruapan, México; 2) Centro de oportunidades para mulheres (2013), Kayonza, Ruanda; e 3) plantas baixas das unidades habitacionais do Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes- Pedregulho - (1947), Rio de Janeiro, Brasil.

Na última parte, o plano preliminar e estudo de volumetria do projeto da casa-abrigo são estabelecidos, através de croquis, desenhos e imagens que representam a trajetória de construção do programa de necessidades e de forma de inserção urbana do edifício na malha urbana da região norte de São José dos Campos. Esse plano inicial considerou as demandas reais das vítimas de violações apresentadas na cidade de São José dos Campos, ao mesmo tempo que buscou idealizar novas formas de abrigamento e de espaços de recuperação e acolhimento para suas residentes.



Fotocolagem autoral baseados na foto de Patricia Locor de performance na intervenção artística de Elina Chauvet, Cidade do México, México, 2020; e da fotografia "Mão Branca" de Susan Meiselas, El Salvador, 1979.





1 ■

A colher e a cultura da violência

01.1) O DIREITO À CIDADE:

Segundo a conceituação original de Henri Lefebvre (1968), que irrompe no cenário de intensa movimentação social da juventude francesa engajada na luta por direitos civis e em oposição ao conservadorismo na década de 1960, o direito à cidade simboliza um apelo coletivo à renovação da vida urbana. Trata-se mais de uma utopia que instiga a luta social e apropriação da cidade do que um direito propriamente dito, “a liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos (...)” como um direito fundamental e simultaneamente bem segmentado e negligenciado, segundo David Harvey (2012)³. Faz-se necessário disputar a cidade como um bem comum com emergência de sujeitos coletivos, os quais a própria sociedade marginaliza.

Mesmo chegando no Brasil na década de 1970 e influenciando as reivindicações por cidadania e participação política no processo de redemocratização dos anos 1980, os debates sobre o direito à cidade ainda possuíam consideráveis filtros segregadores quando comparado ao processo de urbanização contemporâneo. Apesar da sua instituição como direito fundamental na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade em 2001, o planejamento urbano permanece com uma visão masculina na instrumentalização da produção do espaço, sem considerar as demandas e problemáticas enfrentadas pelos corpos femininos que vivenciam a urbanidade.

Os indicadores revelam um descompasso entre o discurso integrador e democrático dos documentos oficiais e a realidade enfrentada pelas mulheres nas cidades brasileiras, independentemente do tamanho destas e sua posição na hierarquia urbana nacional. (...) A integração da mulher à sociedade passa pela efetivação do seu direito à cidade⁴.

A invisibilidade urbana com relação ao corpo feminino coloca-se como obstáculo principal na constituição da ideia de um urbanismo feminista. Em seus deslocamentos diários, a mulher realiza percursos mais longos e pausados, na procura constante por caminhos iluminados, com intensa circulação que lhe garantam maior segurança e na árdua tarefa que envolve cuidar do lar e das crianças. Além disso, elas estão mais sujeitas a sofrer violência urbana no âmbito público e no transporte coletivo do que o homem, tais como assédios, abusos e estupros.

A desigualdade social na fruição do espaço da cidade reflete a “construção de barreiras invisíveis criadas pelo olhar e a força daqueles que impõem sua ordem e alcançam legitimidade”⁵. A falta de garantia deste direito às mulheres, impedem a garantia de mínimos graus de autonomia de sua subjetividade e, conseqüentemente, implica disputas pelo espaço na medida em que estas reivindicam, cada vez mais, a posição de sujeitos ativos de transformação do espaço e da sociedade⁶.

³ HARVEY, D. O direito à cidade. Lutas sociais. São Paulo, n° 29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf

⁴ FERREIRA; SILVA, 2018, p.90.

⁵ SILVA, 2007 apud FERREIRA; SILVA, 2018.

⁶ REGO; PINZANI, 2013 apud FERREIRA; SILVA, 2018.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha, 2021

Ao mesmo tempo, quando se considera a violência contra a mulher, a rua perde significância em 2021 - principalmente por conta da pandemia do Covid-19 - como local de ocorrência das agressões, representando 19,9% em contraste com 48,8% de experiências sofridas dentro das residências, praticamente metade dos casos⁷. Como se não bastasse, a maior porcentagem de agressores levantados pela pesquisa mostra que em 7 de 10 casos, o autor era conhecido, revelan-

do a alta prevalência de violência doméstica e intrafamiliar praticada por cônjuges, ex-companheiros e membros da família. Não há como ignorar também o recorte racial exposto nos dados relacionados aos perfis das vítimas, em que o maior público atingido ainda é o das mulheres pretas e pardas.

Quando se trata de direito à cidade e a maior parte dos casos de violência ocorrem na esfera privada em detrimento do espaço público, torna-se fundamental tecer alguns questionamentos, tais como: onde estão os locais de acolhimento e de abrigamento de uma mulher em situação de vulnerabilidade ou de violência constante em sua moradia? Como o aparato público e a cidade respondem a necessidade emergencial de um corpo que não tem para onde ir, em total situação de desesperança? Marques (2017) destaca que “a violência contra a mulher é uma expressão da sociedade machista em que vivemos e que impede que as mulheres exerçam seus direitos humanos mais básicos, como o direito à vida e o direito de ir e vir”. Como o espaço urbano brasileiro e seu planejamento consideram o enfrentamento dessa problemática de tão grande escala?



⁷ Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha: 3ª ed. 2021.

⁸ MARQUES, 2017, p.102

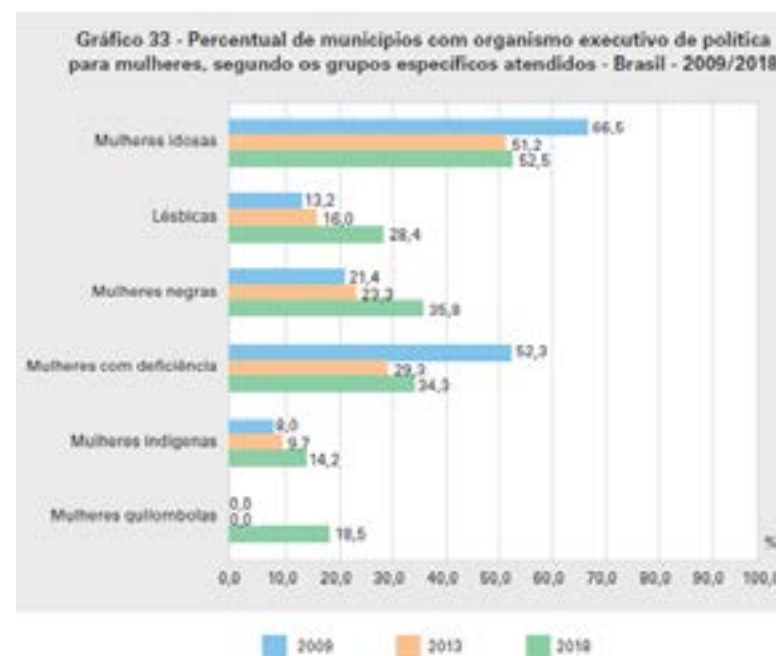
⁸ MARQUES, 2017, p.102

01.2) A VIOLÊNCIA COMO PROBLEMÁTICA URBANA NO BRASIL:

A questão da violência de gênero no Brasil intensificou-se nos anos 1970, através da mobilização feminista em cobrança de políticas públicas de combate à problemática. A reincidência dos crimes de gênero, os registros jornalísticos e as práticas jurídicas difundiam o argumento da legítima defesa da honra masculina (BANDEIRA, 2014), vide o caso emblemático de assassinato da socialite Angélica Diniz, em 1976⁹. A moral machista que envolve as instituições brasileiras era constantemente questionada uma vez que defendia os princípios inalienáveis do matrimônio, da família e da esfera privada. Saffioti (2004) realça a importância da militância no rompimento do patriarcado cultural quando afirma “dada a força das palavras, é interessante disseminar o uso do feminicídio, já que o homicídio carrega o prefixo do homem”¹⁰.

A permissão social concedida ao poder masculino, apoiada pelo aparato jurídico que definia os crimes contra as mulheres como de “menor potencial ofensivo”, só foi começar a ser gradualmente rompida através do reconhecimento pioneiro da violência na Convenção Interamericana de Belém do Pará, em 1994, onde foi definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada”, ou seja, qualquer ato baseado na desvalorização do feminino.

Na década de 1980, a Justiça e a Segurança Pública reconheceram como questão de saúde pública, o que gerou visibilidade da violência como ato contra a saúde da mulher. Também foi fundado o SOS Mulher no estado de São Paulo, com o objetivo de receber denúncias e casos de agressões. Em 2003, a presidência da República concretiza a Lei nº 10.778 que estabelece a notificação compulsória dos casos de violência que fossem recebidos em serviços de saúde público ou privados. Somente em 2013, foi sancionado o projeto de lei que define



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013/2018.

⁹Na época, o julgamento inicial do caso resolveu por absolver o réu, Doca Street, uma vez que a esposa o havia traído e ferido sua honra. Após a pressão e a reação popular, sob o lema “quem ama não mata”, o assassino foi condenado a 15 anos de prisão por homicídio, em 1981.

¹⁰SAFFIOTI, 2004, p.50.

o atendimento humanizado às vítimas de agressões sexuais como obrigatórios no Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, Minayo e Souza (2005) chamam a atenção para a incapacidade do aparato de saúde em receber e atender a diversidade que abrange a violência de gênero:

(...) as informações sobre as hospitalizações não dão conta do mal profundo que os abusos e os maus tratos causam à saúde das mulheres. As consequências, sejam quais forem as circunstâncias e formas de violência sofridas, manifestam-se, em primeiro lugar, em vergonha e culpabilidade¹¹.

Em 2006, após 19 anos de busca por justiça do caso de Maria da Penha Maia Fernandes, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) altera o código penal e a lei de execução ao reconhecer e dar visibilidade à violência de gênero e garantir a mulher como sujeito ativo de direitos:

toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.¹²

Além disso, a lei, cujo objetivo coloca-se como coibir, prevenir, punir e erradicar a violência, estabelece cinco formas de violações às quais a mulher pode ser submetida: violência

física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Contudo, o direito que a lei assegura permanece em luta constante pelo movimento feminista no Brasil, de forma que somente em 2022 foi reconhecida a abrangência da lei às mulheres trans e aos corpos feminizados. Apesar de sua dimensão simbólica, pesquisas mostram que a efetividade da Lei Maria da Penha ainda é pouco comprovada na comparação de ocorrência dos casos antes e depois da sua promulgação (gráfico abaixo).

No mais, outro importante passo nas políticas de enfrentamento foi a criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam), que propõe o atendimento especializado baseado em valores diferenciados na escuta e no olhar ativos às experiências das vítimas de violência de gênero. A nova delegacia forma-



Fonte: G1.com.br, com dados do estudo “Violência contra mulher: feminicídio no Brasil”, Ipea (2013).

¹¹ MINAYO; SOUZA, (2005) apud PRATES, 2007, p.22

¹² Art.2º lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

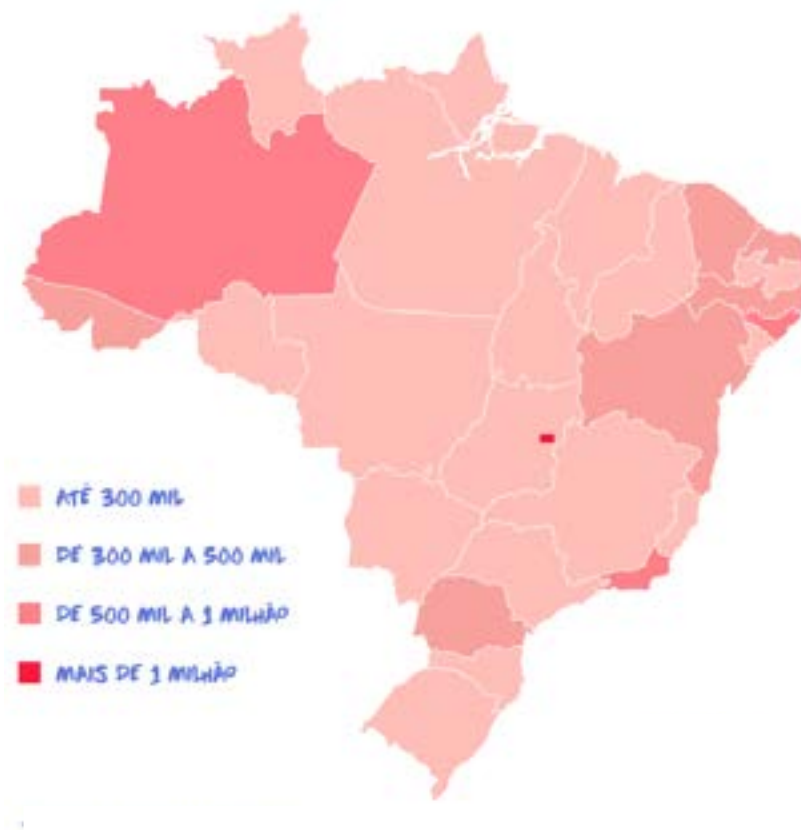
lizaria treinamento de funcionárias e policiais especializados em receber, acolher e processar os casos de cada mulher. A primeira Deam foi concretizada em São Paulo, em 1985, e se difundiu para o resto do país a partir de então, totalizando 400 unidades atualmente. É fundamental notar, em contrapartida, que a maior concentração está nos estados do sudeste e sul do país, demonstrando a desigualdade na distribuição no território nacional e a insuficiência de cidades atendidas por esse serviço (apenas 7% das cidades têm Deams)¹².

Já em relação ao abrigo para mulheres ameaçadas pela violência ou em situação de vulnerabilidade, a primeira casa-abrigo no Brasil também foi instituída na cidade de São Paulo na década de 1990, e outras cidades seguiram o exemplo e concretizaram casas-abrigo. Infelizmente, ainda hoje, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos estima que existam somente 70 casas-abrigo no Brasil e, segundo dados divulgados em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), somente 2,4% dos municípios brasileiros contam com prefeituras que ofertam casas-abrigo para vítimas.

Esta situação é alarmante, considerando que o Brasil foi considerado 5º no ranking de países que mais se matam mulheres, segundo o Mapa da Violência em 2015¹⁴, e, ainda em 2022, é o país que mais mata pessoas trans no mundo¹⁵, sendo as mulheres as maiores vítimas dos dados

de transfeminicídio. A demanda por formas de abrigo e acolhimento é emergencial, mostrando-se os números de unidades insuficientes e desigualmente distribuídas. Além de que o modelo de casa-abrigo em funcionamento ainda adota o iso-

NÚMERO DE MULHERES ATENDIDAS POR DELEGACIA DA MULHER EM CADA ESTADO



Fonte: Revista AZMina, 2016/2018.

¹² Revista AzMina, 2021. Disponível em <https://azmina.com.br/reportagens/so-7-das-cidades-brasileiras-contam-com-delegacia-da-mulher/>

¹⁴ Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil (Flacso/OPAS-OMS/SPM, 2015)

¹⁵ Transgender Europe (TGEU), 2021.

lamento total da mulher da sociedade, tendo sua localização sigilosa, e também uma postura de tutela dos profissionais que continua a revitimizar a mulher.



01.3) A VÍTIMA E O CICLO DA VIOLÊNCIA:

A violência não é uma palavra enorme com letras maiúsculas que produz outra palavra enorme chamada vítima, também com maiúsculas e igualmente abstrata. Aqui chegamos ao (...) ponto inovador dessa redefinição das violências: as violências contra o corpo das mulheres e os corpos feminizados são lidas a partir de uma situação singular - o corpo de cada uma -, para então produzirem uma compreensão da violência como fenômeno total¹⁶.

Quando se fala de violência contra as mulheres, não se trata de uma mera forma de agressão que deve ser contabilizada como número em meio à enormidade de outras formas de criminalidade que existem. Muito se luta pelas definições de violência de gênero e de feminicídio desassociado ao amplo

universo penal focado no homem, pois há uma diferença significativa: a violência contra o corpo feminino carrega um enunciado.

No âmbito latinoamericano, Rita Segato (2003) conceitualiza essa forma de violência como expressiva, a qual faz parte de uma macroestrutura nomeada “pedagogia da crueldade” (2015). Isso quer dizer que o agressor “vê o corpo feminino como um tapete sobre o qual escrever uma mensagem”¹⁷ e através da imposição de seu poder na agressividade difunde uma mensagem e confirma um código relativo ao exercício da masculinidade.

Assim, pode-se observar que a violência individual contra uma mulher não representa um ato isolado - mesmo que ocorra na esfera privada -, mas faz parte de um grande sistema cultural de naturalização da violência da qual muitas outras mulheres são vítimas. Expressa-se uma rede de violências ancorada no



¹⁶ GAGO, 2020, p.73.

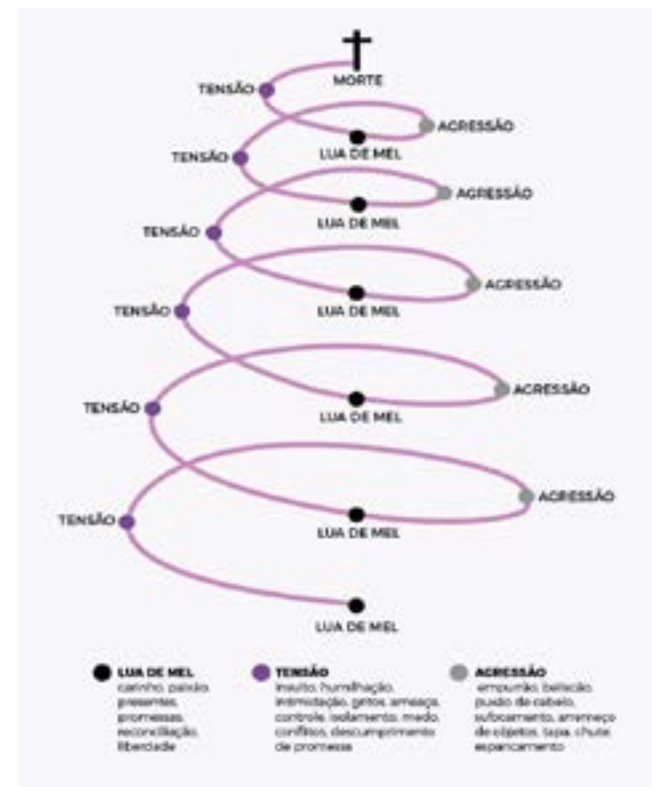
¹⁷ SEGATO, 2015 apud GAGO, 2020, p.96.

modelo de produção capitalista, racista e patriarcal, a qual Silvia Federici (2011) observa que há “um estado de guerra permanente contra as mulheres” e os corpos feminizados.

(...) o comum não é a violência; o comum é produzido pelo questionamento situado e transversal das violências. Conectar as violências nos oferece uma perspectiva compartilhada que é ao mesmo tempo específica e expansiva, crítica e não paralisante, que enlaça experiências. (...) Produzir uma linguagem que vai além de cartografar as mulheres como vítimas¹⁸.

Para que seja possível a união de experiências sofridas por mulheres, conectar as violências, faz-se necessário que a mulher deixe, primeiro, a situação sofrida e rotinizada de violência e busque apoio e acolhimento externo. Situar-se para superar a vulnerabilidade requer o reconhecimento do ciclo de violência, conceituado por Lenore Walker (1979), para que o mesmo possa ser rompido através da ação conscientizada. O ciclo mostra que as agressões contra mulheres seguem um padrão de três fases que se repetem: criação da tensão, ato da agressão e reconciliação em lua de mel; quando presa a essa espiral, a mulher corre o risco de ser assassinada se não deixar o agressor ou o ambiente de vulnerabilidade.

O laço afetivo, emocional, e a dependência econômica em relação aos agressores levam a mulher a permanecer na situação de violência, em constante ameaça à sua saúde e de



Fonte: ND Radio, 2018.

seus filhos e em risco iminente de morte. A violência moral e emocional - “argamassa para outras formas de violência”¹⁹ -, muitas vezes não reconhecida como forma de violência, reduz a autoestima e a autonomia da mulher e a isola das relações sociais, deixando-a refém do agressor ou em cárcere privado.

Ao mesmo tempo, a falta de suporte e a insuficiência de políticas públicas voltadas à situação da violência faz com que

¹⁸ GAGO, 2020, p.74.

¹⁹ BANDEIRA, 1992, p.303.

a vítima não se sinta estimulada ou confortável para prestar queixa, denunciar as ocorrências violentas ou deixar a moradia. Em estudo sobre as abrigadas em casas-abrigo em São Paulo, Prates (2007) afirma a frustração que existe no abrigo em instituições:

A dificuldade das mulheres no rompimento era expressa no seu retorno aos companheiros e na reinstalação da situação de violência, o que implicava na perda das conquistas alcançadas durante o abrigo e em abandono da assistência jurídica, dos atendimentos psicológicos, algumas vezes de colocação profissional e até evasão escolar tanto da mulher quanto dos seus filhos. (...) Algumas características das mulheres também se apresentam de forma recorrente: ambivalência quanto a suas escolhas, sensação de estarem presas, dificuldade em manter o sigilo, de adaptação ao abrigo, de educar os filhos no ambiente institucional, perda da privacidade e medo do futuro.²⁰

Gago (2020) coloca que precisamos constantemente, nos movimentos de corpos femininos atuais, politizar a violência, de modo a decifrar o enunciado por trás dos atos agressivos e dos feminicídios. Com a construção deste trabalho, pretende-se ressignificar as formas de acolhimento presentes e constituir espaços sensíveis ao subjetivo das mulheres vitimizadas, para que possam sair da condição de corpos tutelados

e que sejam estimuladas a transcender o estado de vulnerabilidade. Em meio a uma cultura em que a posse e a tutela do corpo feminizado em que a violência mostra-se como instrumento legitimado, projetar uma nova casa-abrigo simboliza reconstruir e empoderar a mulher, através da habitação, da conscientização e do atendimento especializado, para que possa superar a situação de violência e planejar seus próprios presente e futuro. Tomemos a colher como a ação coletiva e ativa de transformação da sociedade, que não se conforma com a incidência da violência de gênero e a desvalorização da vida feminina, para que nenhuma mulher sofra em silêncio e sozinha mais.



²⁰ PRATES, 2007, p.8-9.

01.4) A(COLHER): ECOFEMINISMO E RETORNO À TERRA:

O feminismo tem sua origem nos países europeus e preza pela emancipação do corpo feminino das amarras da cultura capitalista e patriarcal, que encerra o lugar da mulher na esfera privada. Contudo, essa forma de feminismo do hemisfério norte, essencialmente branco, de classe e visando a inserção da mulher no mercado de trabalho, está distante da realidade latinoamericana e, principalmente, da brasileira. No sul, a colonização da América Latina teve consequências severas na estruturação social dos países, com destaque para a marginalização de gênero, de etnia e de raça.

A construção da colonialidade baseia-se em uma divisão hierárquica e dicotômica, segundo María Lugones (2008)²¹, entre humanos e não humanos, através de códigos de gênero

e raça ocidentais, em que o homem branco e heterossexual coloca-se como detentor das relações de poder. É observada, assim, uma complexificação do pensamento feminista, considerando que a descartabilidade da vida feminina, principalmente da mulheres negras e indígenas. No mais, Dussel (2004)²² ressalta o apagamento e a invisibilização dos saberes tradicionais latinoamericanos e outras formas de pensamento, construídos ao longo de séculos no território.

Com isso, ao considerar o feminismo no âmbito do continente sul americano, a constituição de uma visão decolonial que prioriza os saberes situados mostra-se como importante horizonte a ser explorado na contemporaneidade. Os estratos de exploração do corpo feminino são ampliados, ao considerar os aspectos sociais de gênero, raça/etnia e sexualidade, e as formas de apropriação masculina dos saberes ancestrais e locais são intensificadas, de modo que a separação da mulher e



²¹ LUGONES, 2008 apud COSTA, 2017.

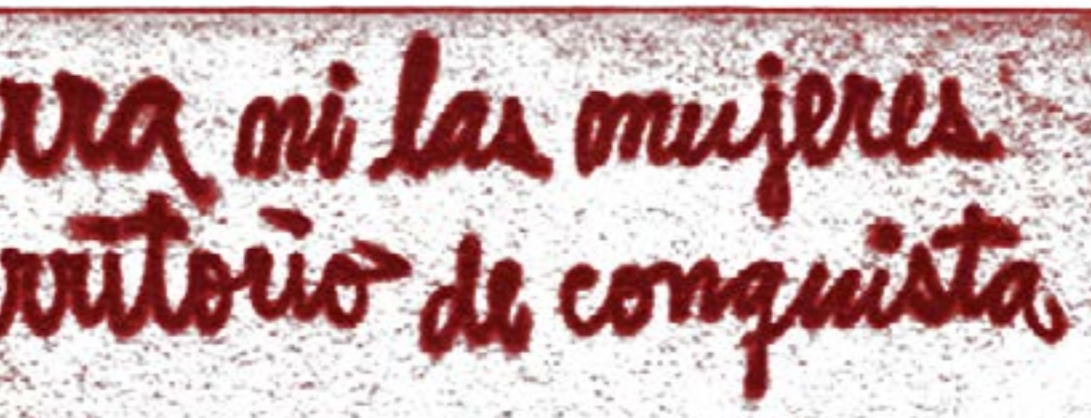
²² DUSSEL, 2004 apud COSTA, 2017.

da terra coloca-se como premissa fundamental da colonialidade. O domínio sobre a natureza também pressupõe a desassociação dos colonizados do território, através da imposição ideológica moderna da cultura como superação da natureza, o que justifica as suas intensas exploração e extração.

A partir disto, o Ecofeminismo representa uma vertente de conexão entre países ditos subdesenvolvidos do hemisfério sul, em que há uma associação direta entre a agroecologia e o movimento feminista, a qual desenvolve a denuncia às âncoras do sistema de dominação capitalista que submetem às mesmas formas de exploração de e expropiação a terra e os corpos das mulheres (SÓLON, 2019). A forma de pensamento, em meio a um cenário globalizado de crise ambiental e socioeconômica, busca a recuperação e valorização dos saberes tradicionais e a luta ancestral de mulheres em defesa da vida e da natureza. Vandana Shiva (1995)²³ coloca a interligação

direta entre a violência contra a natureza, imposta pelo modelo de desenvolvimento dominante, e a violência imposta às mulheres, cuja função social esteve originalmente associada ao cultivo da terra.

Silvia Federici (2019) destaca como fundamental, na formação do sistema capitalista, a expropriação dos tempo e saberes originais das mulheres pelo domínio masculino, como forma de restringi-la a mão de obra não remunerada responsável pelo cuidado do lar e da família. Além disso, a autora também destaca a submissão do corpo feminino ao constante controle estatal e social, de forma que torna-se função fundamental da mulher a reprodução e a reposição de mão de obra para a produção capitalista. A proibição do aborto e a perseguição das formas de conhecimento consideradas “bruxaria” são exemplos da naturalização da repressão e da tutela da figura feminina ocidental.



²³ SHIVA, 1995 apud SÓLON, 2019.

Sob a reivindicação “meu corpo, meu território” (SÓLON, 2019), o movimento de retorno às formas de viver harmoniosas e respeitadas ao meio ambiente na América do Sul, influenciou o estilo ecofeminista de vida chamado “Bem-viver”. Esta alternativa sistêmica prevê o abandono pelas minorias marginalizadas da ideia de “viver melhor”, que induz a lógica capitalista de consumismo e alienação em relação aos recursos naturais, e “se projeta como plataforma para discutir alternativas conceituais, assim como respostas concretas e urgentes para os problemas que o desenvolvimento atual não consegue resolver”²⁴. Ademais, a vivência comunitária e coletiva coloca-se como fator essencial também, visando a transcendência do individualismo pregado pelo Neoliberalismo e outras correntes progressistas atuais. No Brasil, esse movimento tem várias fronteiras para serem rompidas:

O movimento agroecológico e suas articulações políticas com o feminismo e as teorias decoloniais possuem enormes desafios, no que se refere a desconstrução de paradigmas, às armadilhas de captura do capitalismo mundial integrado, especialmente na atual conjuntura brasileira, que assiste a uma emergência de discursos conservadores e neoliberais que visam não apenas a perda de direitos sociais, como também a perda de autonomia dos corpos de uma relação ainda mais extrativista e utilitarista com os re-

curso naturais -, aliado à diminuição de incentivos à produção de agricultura familiar, orgânica e agroecológica²⁵.

Para as mulheres, essa perspectiva é de suma importância na luta pela dignidade de direitos e de modos de viver, principalmente ao considerar o corpo fragilizado e a subjetividade diminuída como consequências da violência. O retorno à terra e aos conhecimentos ancestrais que ligavam a mulher diretamente ao cultivo e vivência do território podem auxiliar na reconstrução de uma subjetividade feminina em situação de vulnerabilidade, além de que pode incentivar práticas coletivas entre mulheres que induzam a formação de redes de sociabilidade e de apoio na ressocialização destas.

Neste sentido, o projeto arquitetônico proposto por este trabalho tomará como partido as diretrizes de vivência do Ecofeminismo e do “Bem-viver” na qualificação de espaços abertos e verdes dentro da casa-abrigo proposta, no incentivo da prática da agricultura, da agroecologia e do encontro de mulheres. Tomando como diretriz a palavra “acolher”, pode-se incluir o direcionamento projetual do cultivo de plantas, jardins e atividades agrícolas como processo de recuperação subjetivo da vítima de violência e de seus filhos, residentes da casa-abrigo, e de “colher” os frutos físicos e psicológicos da formação de uma mulher como sujeito ativo e responsável por si mesma.

²⁴ ACOSTA, 2012 apud COSTA, 2017, p.291.

²⁵ COSTA, 2017, p.295.







2.

Aproximando a escala: a cidade de São José dos Campos, SP.

02.1) JUSTIFICATIVA:

A escolha da cidade partiu da minha própria experiência pessoal e vivência subjetiva na cidade. Como morei e fui criada em São José dos Campos, São Paulo, o conhecimento que adquiri como habitante do território local me gerou um sentimento de apreciação e pertencimento, ao mesmo tempo que me permitiu uma visão crítica do mesmo. Acima de tudo, a escolha partiu de uma insatisfação ao estudar as políticas públicas de enfrentamento contra a violência de gênero, em comparação à trajetória de crescimento urbano e regional.



Mapa de localização de São José dos Campos, SP.

São José dos Campos é historicamente o polo de referência regional do Vale do Paraíba; por estar estrategicamente localizada no eixo Rodovia Dutra São Paulo-Rio de Janeiro, recebe constantemente recursos e incentivos em diversas escalas - regionais, estaduais e federais. Sua trajetória econômica passou de núcleo fordista-industrial, com auge nas décadas de 1950 e 1960, para polo científico-informacional a partir do desenvolvimento voltado ao setor de TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação). Hoje, a cidade é certificada pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) a primeira Cidade Inteligente do Brasil, reconhecida pela figura do Parque Tecnológico e pela importação de inovação e tecnologia de ponta.

Para o reconhecimento recente, a cidade teve seus indicadores socioeconômicos revisados e aprimorados ao longo das últimas décadas: São José é considerada também, desde 2021, a cidade mais segura do país, segundo dados municipais e levantamento da SSP (Secretaria de Segurança Pública), tendo suas médias criminais abaixo das estadual e nacional²⁶. Em contrapartida, a mídia mostra que, quando se refere aos dados de violência contra mulher no Vale do Paraíba, a morte de mulheres cresceu 46% entre os anos de 2020 e 2022²⁷, em meio a pandemia de Covid 19. Deste quadro, a SSP informa que São José dos Campos lidera os números de feminicídios da região, com 27% dos casos em relação às outras cidades.

Como se não bastasse, em estudo dos casos joseenses em comparação aos da cidade de São Paulo e do interior do

²⁶ Costa Norte. São José dos Campos (SP) é a cidade mais segura do país segundos dados da SSP e polícia da cidade. Abril de 2021. Disponível em <https://costanorte.com.br/seguranca/s-o-jose-dos-campos-sp-e-cidade-mais-segura-do-pais-segundo-dados-da-ssp-e-policia-da->

[-cidade-1.301307](https://costanorte.com.br/seguranca/s-o-jose-dos-campos-sp-e-cidade-mais-segura-do-pais-segundo-dados-da-ssp-e-policia-da-) . Acesso em junho de 2022.

²⁷ OVale. Morte de Mulheres cresce 46% no Vale nos últimos 3 anos e desafia segurança pública. Março de 2022. Disponível em <https://www.ovale.com.br/nossaregiao/cidades/morte->

estado de São Paulo, Coelho et al. (2016) atentam para que 2/3 dos crimes municipais não fazem parte das estatísticas oficiais dos órgãos públicos, considerando que apenas 35% das mulheres registram ocorrências nas delegacias de polícia.

Para uma cidade considerada com índices sociais de países de primeiro mundo, nota-se negligência no que tange a situação da mulher joseense em situação de violência ou vulnerabilidade. No mais, a casa-abrigo protetiva mostra-se como resultado direto da pressão popular e do movimento de mulheres na cidade, desde a década de 1990, uma vez que a gestão pública mostrou-se conservadora e resistente na instituição de políticas voltadas à problemática. Sueli Bertolino (2022), atual diretora da casa-abrigo protetiva de São José, ressalta que o maior desafio na rede de enfrentamento local é o que está inerente ao abrigo, a falta de políticas públicas, como o auxílio à moradia, medidas protetivas e programas profissionalizantes, por exemplo.

O quadro de contradições considerando gênero na cidade de São José gera insatisfação das mulheres residentes, que lutam há anos por direitos à cidade, e instigam essa autora a projetar uma nova forma de abrigo que considere a realidade local. Apesar de atualmente minha moradia e atividade acadêmica estarem fora do Vale do Paraíba e de São José dos Campos, me sinto motivada a idealizar formas de acolhimento que se coloquem como alternativa sistêmica à situação histórica e atual da cidade.



Movimento de mulheres sindicalistas em São José dos Campos.

02.2) BREVE HISTÓRICO

A cidade de São José dos Campos foi concretizada como vila em 1767, começou a se desenvolver a partir de 1850 durante a fase cafeeira do Vale do Paraíba, quando é elevada à condição de cidade em 1864. Somente no século XX o aglomerado urbano começou a ganhar destaque na região devido à fase sanatorial, onde São José tornou-se referência no tratamento da tuberculose e modernizou infraestrutura e território visando o planejamento urbano higienista.

Na década de 1920, passou a receber investimentos e incentivos, municipais, estaduais e nacionais, que favoreceram o processo de industrialização. Como cidade industrial-moderna, três momentos trans-

formaram o território joseense: primeira fase, caracterizada pelas indústrias de cerâmica e tecelagem entre os anos 1920 e 1950; segunda, quando ocorreu a diversificação do campo industrial-fordista entre 1950 e 1960; e a terceira, a partir dos anos 1970 direcionando o perfil da cidade em relação ao desenvolvimento de tecnologia de ponta e a especialização no setores de aeronáutica e aeroespacial²⁸.

Neste período, é importante ressaltar a concretização de marcos públicos responsáveis pela definição do perfil socioeconômico da cidade. A construção da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, acentuou a localização privilegiada e intensificou a importância de São José como polo de investimentos e atratividades. A fundação do Centro Aeroespacial (CTA), do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), na década de 1960, foram responsáveis por definir São José dos Campos como polo científico-informacional, aliando a produção industrial ao conhecimento inovador das universidades e ensino técnicos na formação de mão de obra qualificada.

Nas décadas de 1980 e 1990, a cidade enfrentou uma crise econômica que desencadeou a saída de indústrias para outras localidades e altas taxas de desemprego. A fim de reestruturar as bases econômicas, a prefeitura municipal começou a investir na figura do joseense, incentivar o empreendedorismo e auxiliar na abertura de pequenas e médias empresas. A partir dos anos 2000, buscou-se, como forma de diversificar as

atividades econômicas locais, a atração de empresas e investimentos focados na produção de inovação e de tecnologia de ponta, o que representou a fundação do Parque Tecnológico em 2006.

Desde então, São José investe na aplicação de inovações e tecnologias no ambiente urbano, tendo a cidade e a região metropolitana do Vale do Paraíba como laboratórios de experimentação dos novos desenvolvimentos tecnológicos. A iniciativa de concretização de uma Cidade Inteligente é um exemplo desse esforço que vem transformando a malha urbana e a identidade da cidade, no sentido de criar um sentimento de pertencimento e de orgulho por parte de seus habitantes. Mas, faz-se necessário questionar: como essas transformações vêm considerando os corpos femininos joseenses? A seguir, busca-se a realização de leituras urbanas na escala da cidade, visando a escolha de uma região e uma área de intervenção que atenda às diretrizes de implementação de uma nova casa-abrigo para mulheres.

02.3) LEITURAS URBANAS

Na escala macro da cidade, foram levantados dados espacializados, com o objetivo de ler a cidade para o melhor lugar de ser implantada um equipamento público de saúde física e mental da mulher que lhe ofereça as condições dignas de aco-

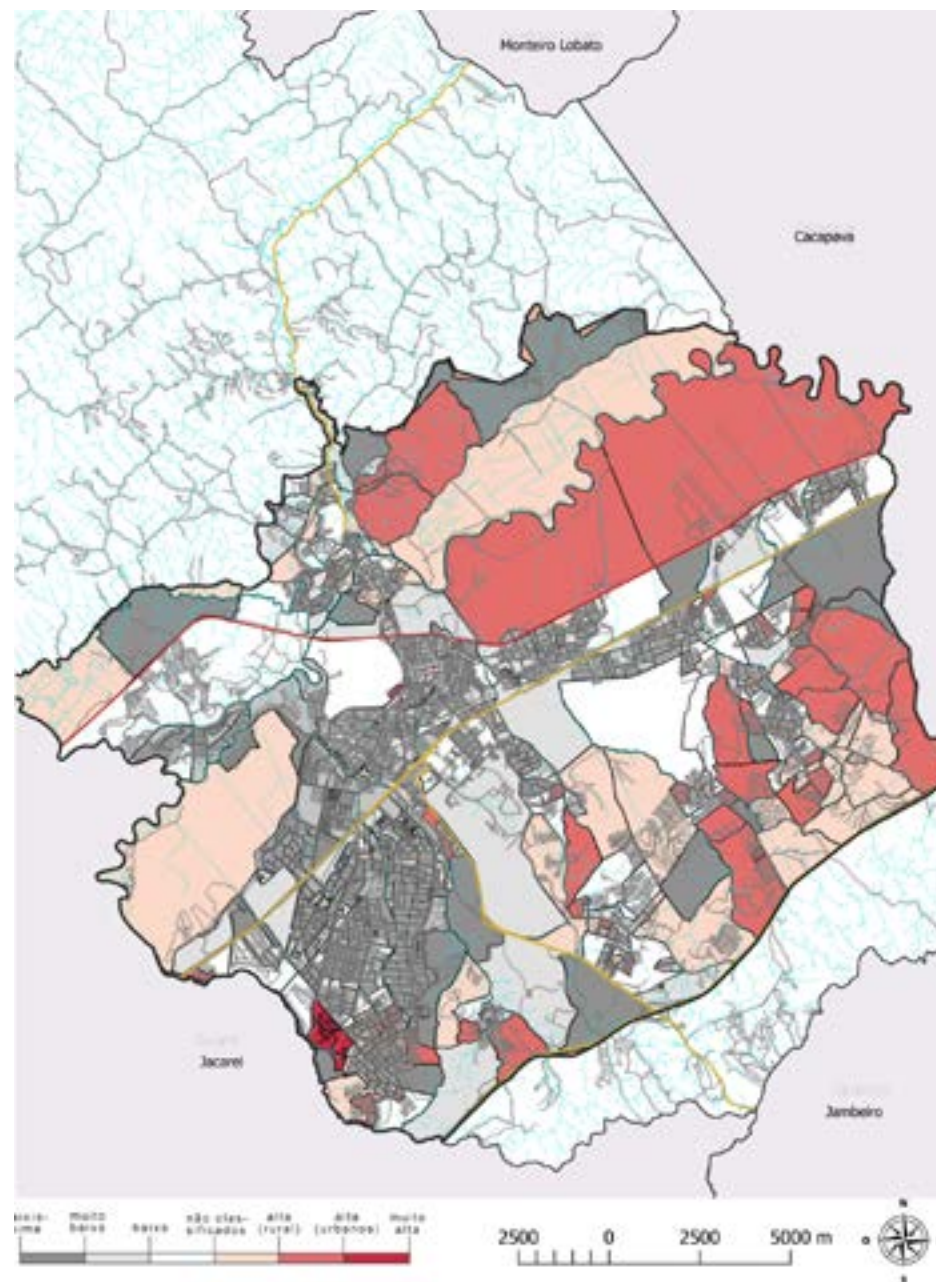
²⁸ Pró Memória SJC. Disponível em <http://www.camarasjc.sp.gov.br/promemoria/historia-sjc/>. Acesso em junho de 2022.

lhimento. Primeiramente, para compreender quais são os focos de vulnerabilidade e irregularidade em São José dos Campos, o mapa de IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social), com dados do SEADE (2010), foi relevante na identificação das zonas norte e leste como as mais destacadas em concentração de aglomerados em situação de alta vulnerabilidade urbana.

MAPA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS COM DIVISÃO DE REGIÕES



MAPA DE ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE URBANA



Em seguida, foram mapeados dados de concentração de mulheres responsáveis por domicílios, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) - e o mapa elaborado localmente, em 2017, pela Secretaria de Apoio Social ao Cidadão (SASC) de São José dos Campos. Os dados permitiram destacar as regiões norte e central, como as maiores detentoras de porcentagem de mulheres; também é necessário ressaltar que existe uma grande diferença entre as concentração nas regiões urbanas e rurais, sendo que grande parte das manchas de maiores porcentagens estão territorializadas para além do perímetro urbano, principalmente ao norte e sul. Outro parâmetro levantado de suma importância foi o gráfico comparativo de rendimento salarial mensal entre gêneros, onde há uma evidente diferença na quantidade de mulheres sem rendimento em relação aos homens em São José dos Campos.

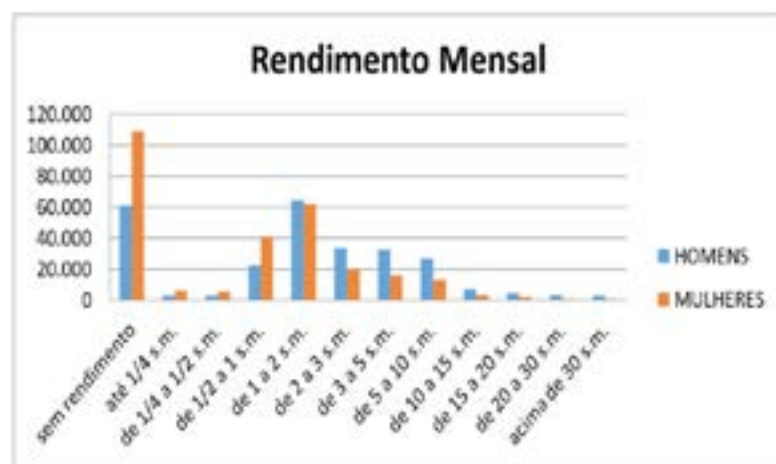
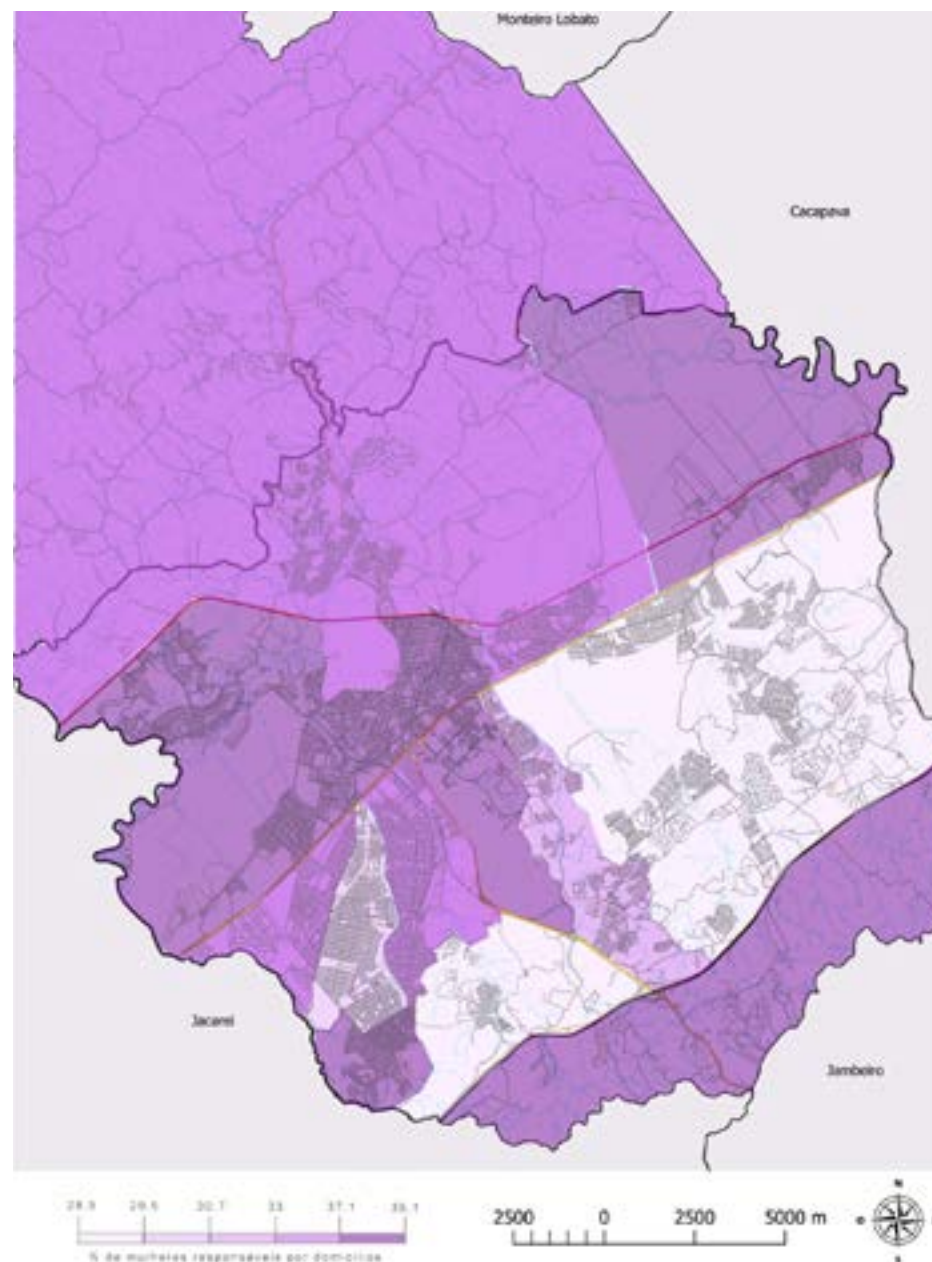
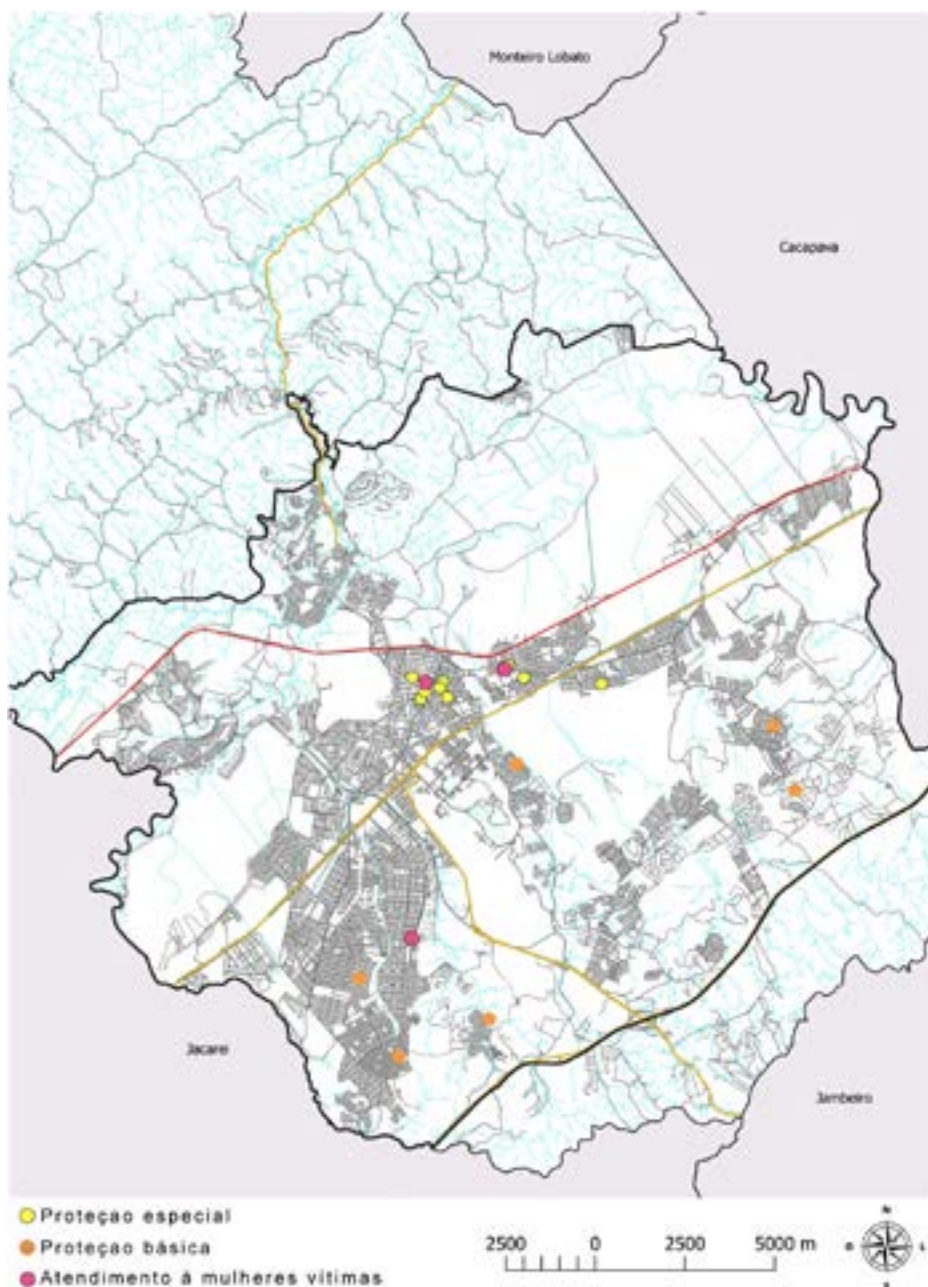


Gráfico comparativo de rendimento mensal entre homens e mulheres.
Fonte: SASC, 2017.

MAPA DE PORCENTAGEM DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DOMICÍLIO



MAPA DE EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



Para o entendimento de como funciona a rede de enfrentamento da violência contra mulher, procurou-se marcar os equipamentos de assistência social, focados em proteção básica, especial e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) voltados ao atendimento de vítimas mulheres, por dados disponibilizados pela PMSJC (2016). Em relação ao atendimento de mulheres, destacam-se três unidades CREAS, nas zonas central, sul e leste. Foi possível notar a preponderância dos equipamentos no centro e a ausência significativa na região norte, e pela tabela de atendimento do Plano de Assistência Social Municipal (2016) o CREAS-Norte possuía a menor quantidade de atendimentos e hoje encontra-se desativado dos serviços públicos.

INFORMAÇÕES DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA			INFORMAÇÕES SOBRE PÚBLICOS ATENDIDOS COM VIOLAÇÕES DE DIREITOS								
			Famílias ou Indivíduos Atendidas mês AGO/16	Distribuição das Famílias de acordo com Membro Alvo do Atendimento					Famílias atendidas no Atendimento Cultural (Pessoal)	Famílias atendidas no Atendimento em Família II	Pessoas Adultas em Situação de Rua
				Crianças e adolescentes	Mulheres	PCD	Idosos	LGBT			
Unidade	Endereço	Região de Referência									
CREAS Centro	Rua Estímulo Fm.33, Monte Castelo	Centro/ Sudoeste/ Oeste	268	179	20	17	52	0	0	5	0
CREAS Leste	Rua dos Periquitos,40 4, Vila Tereza	Leste	314	225	23	10	54	2	0	8	0
CREAS Norte	Rua Alzira Lebrão, S/N, Alto da Ponte	Norte/ São Francisco Xavier	181	113	18	3	57	0	0	3	0
CREAS Sul	Rua José Bento de Moura	Sul	347	263	25	6	53	0	0	10	0

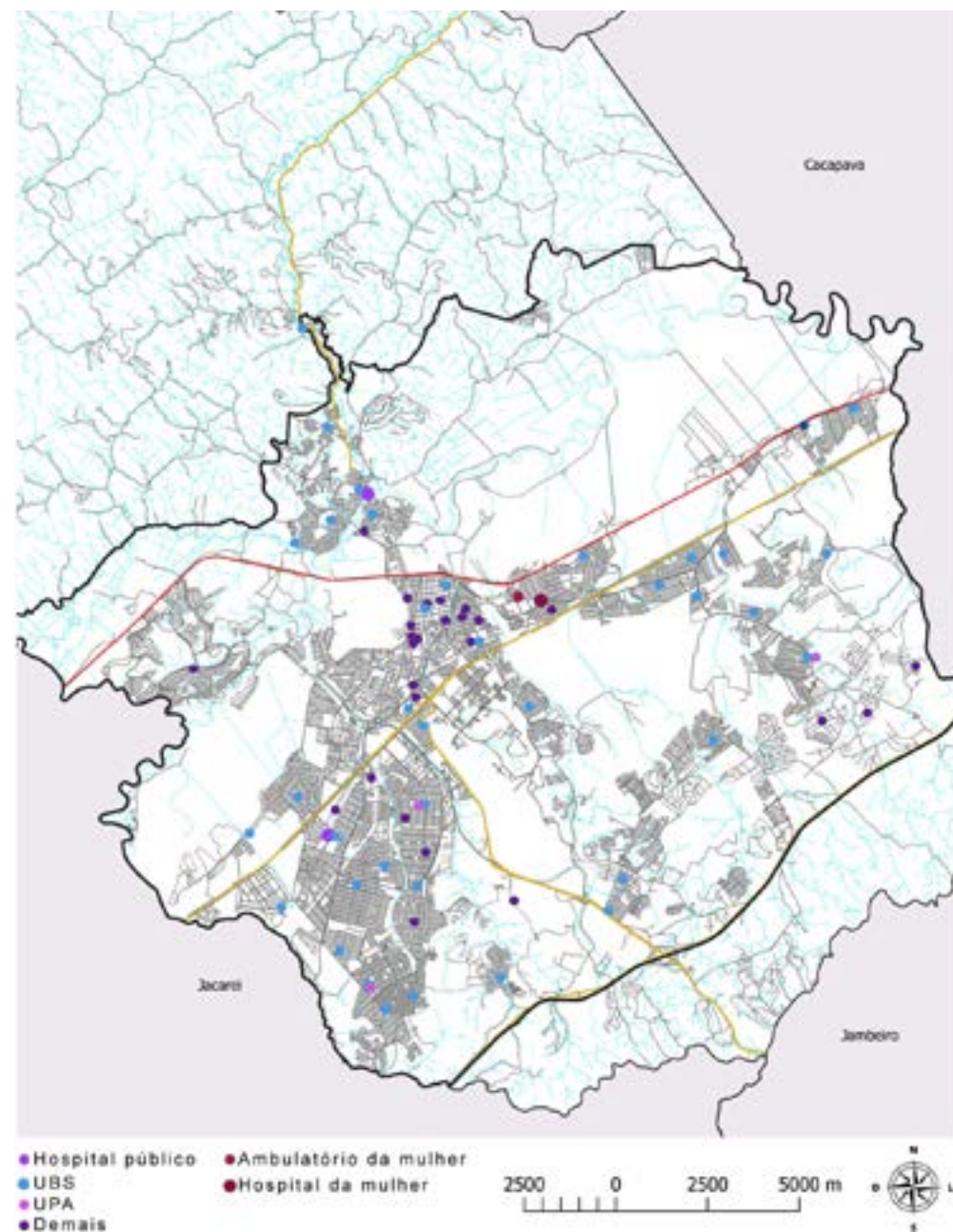
Tabela de públicos atendidos pelos rede de proteção especial do município.
Fonte: SASC, 2017.

Ao mesmo tempo, foram marcados os equipamentos de saúde, focados nas UBSs, UPAs, hospitais públicos e demais serviços (iniciativa privada). Destes, foram destacados aqueles que atendem diretamente os casos de violações e lesões corporais envolvendo mulheres e podem ser citados o Hospital da Mulher, o Ambulatório da Mulher e as UBS - ressaltadas pela Prefeitura Municipal como prontas para o atendimento dos casos. Mais uma vez, observa-se a menor concentração de equipamentos na região norte.

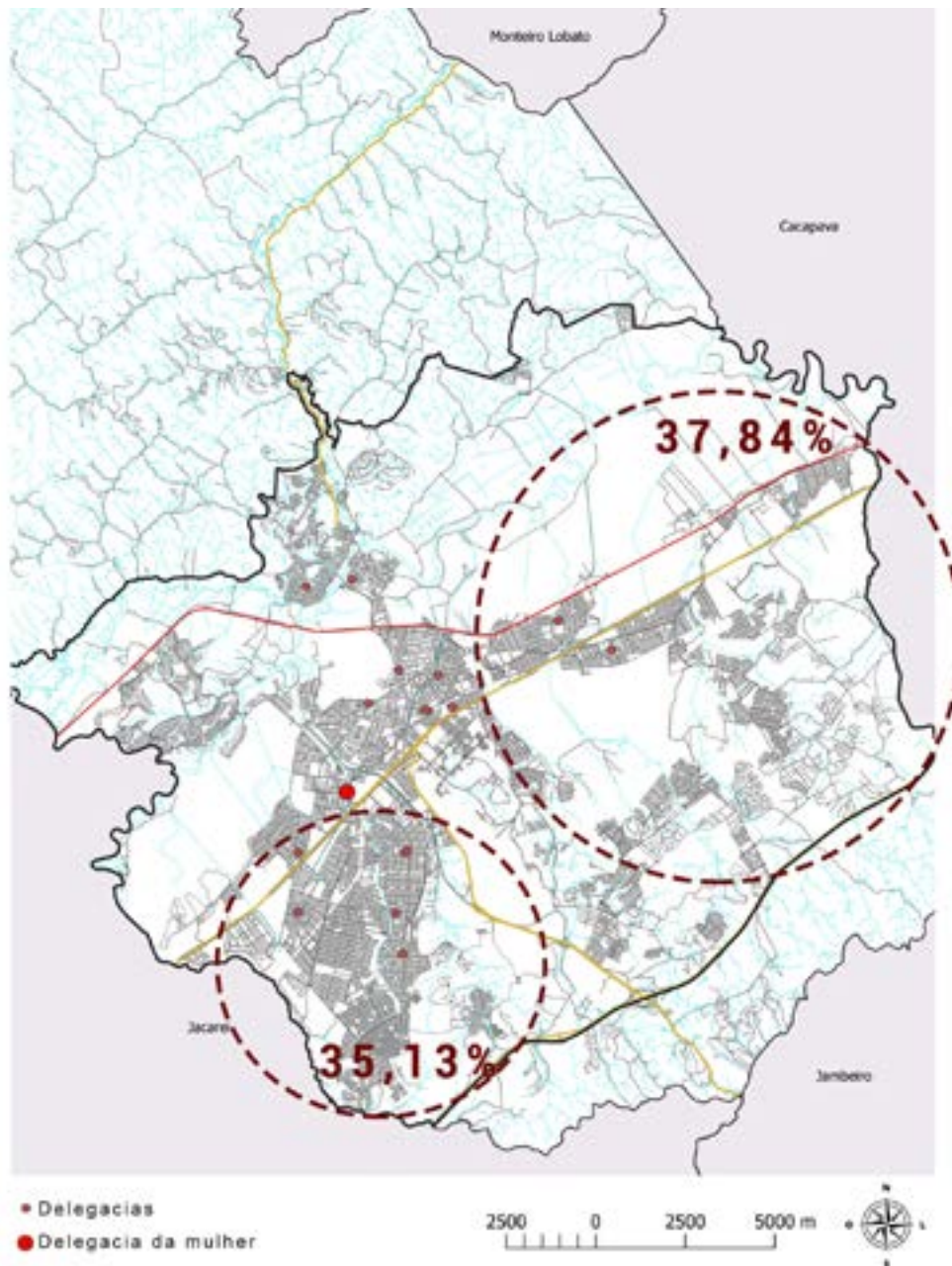
No aspecto de criminalidade, foram considerados os índices de homicídios, uma vez que não foram encontrados dados por região de feminicídios. Justamente, foram contabilizadas as delegacias no território joseense, com destaque para a D.D.M Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher na região oeste. Com esses parâmetros, as regiões sul e leste, as duas mais populosas atualmente, são apontadas pela polícia municipal como as mais incidentes em casos de homicídios, o que as coloca como regiões de repulsão ao se pensar em onde inserir um espaço de acolhimento.

Pensando em aspectos urbanos atrativos para tornar confortável à mulher a inserção de uma casa-abrigo, considerou-se a escolha de regiões da cidade com o uso predominante residencial e com caráter popular mais acentuado, visando a maior facilidade de manter o sigilo da localização e do sentimento de comunidade que pode agregar ao processo de abrigamento. Com isto, foi mapeada a densidade domiciliar, disponibilizado

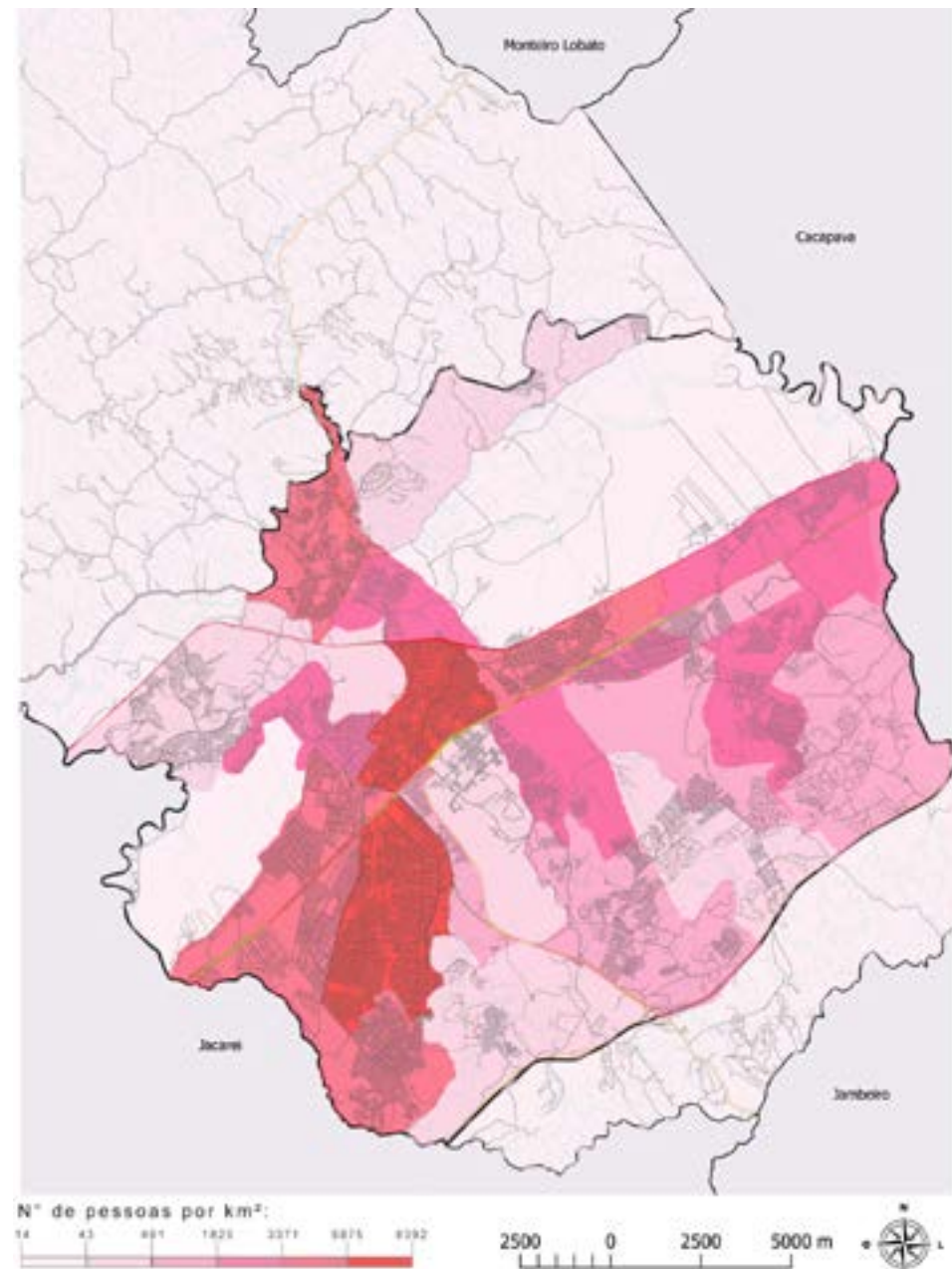
MAPA DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE



MAPA DE DELEGACIAS POLICIAIS E DE REGIÃO COM MAIOR ÍNDICES DE HOMICÍDIOS



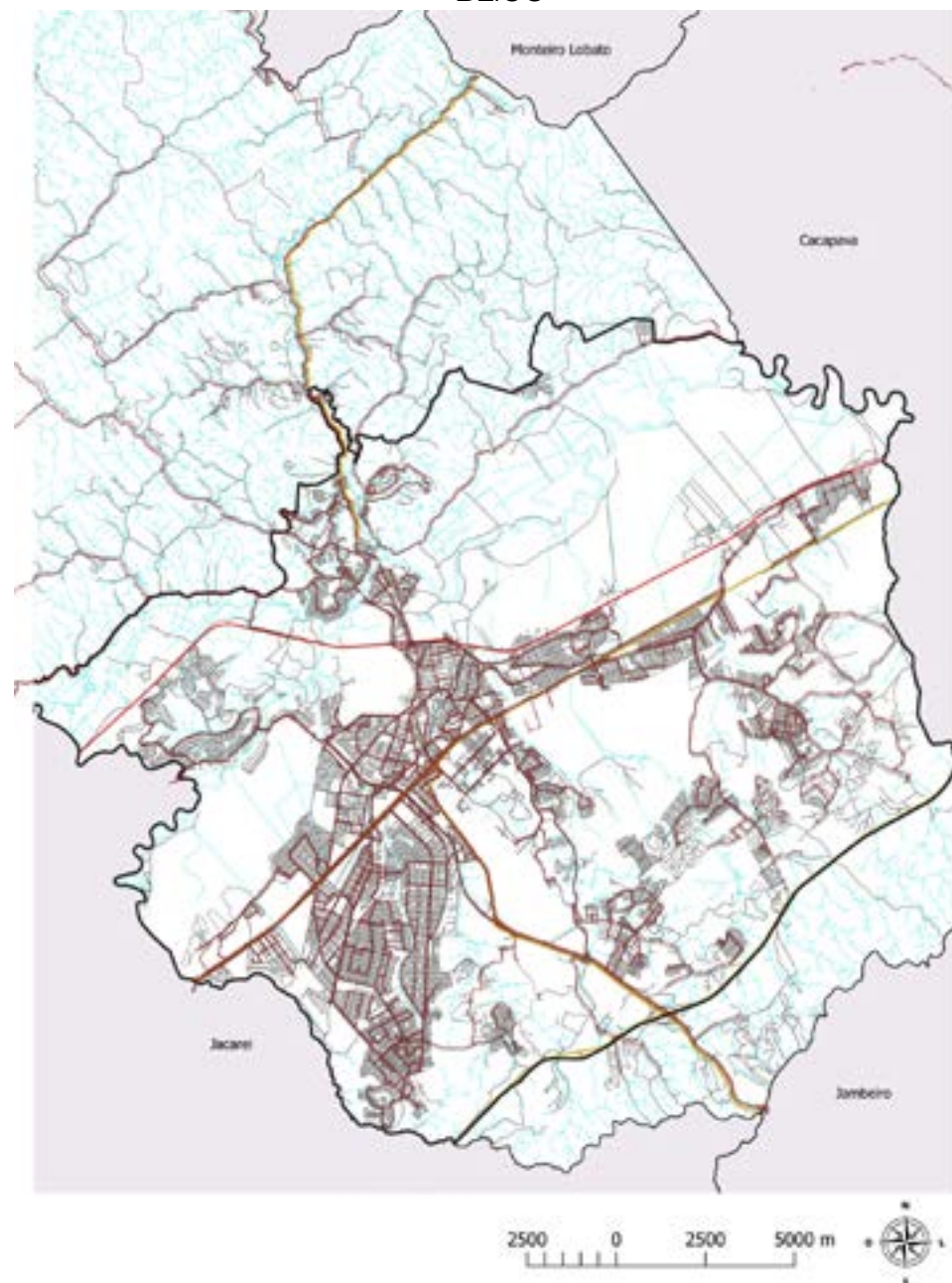
MAPA DE DENSIDADE DOMICILIAR



nos mapas temáticos de revisão do plano diretor em 2016 pela PMSJC baseados em dados do IBGE (2010), para definir os bairros mais propícios no quesito. A partir do mapa, é possível destacar bairros das regiões sul, centro, norte e leste como possíveis locais de intervenção.

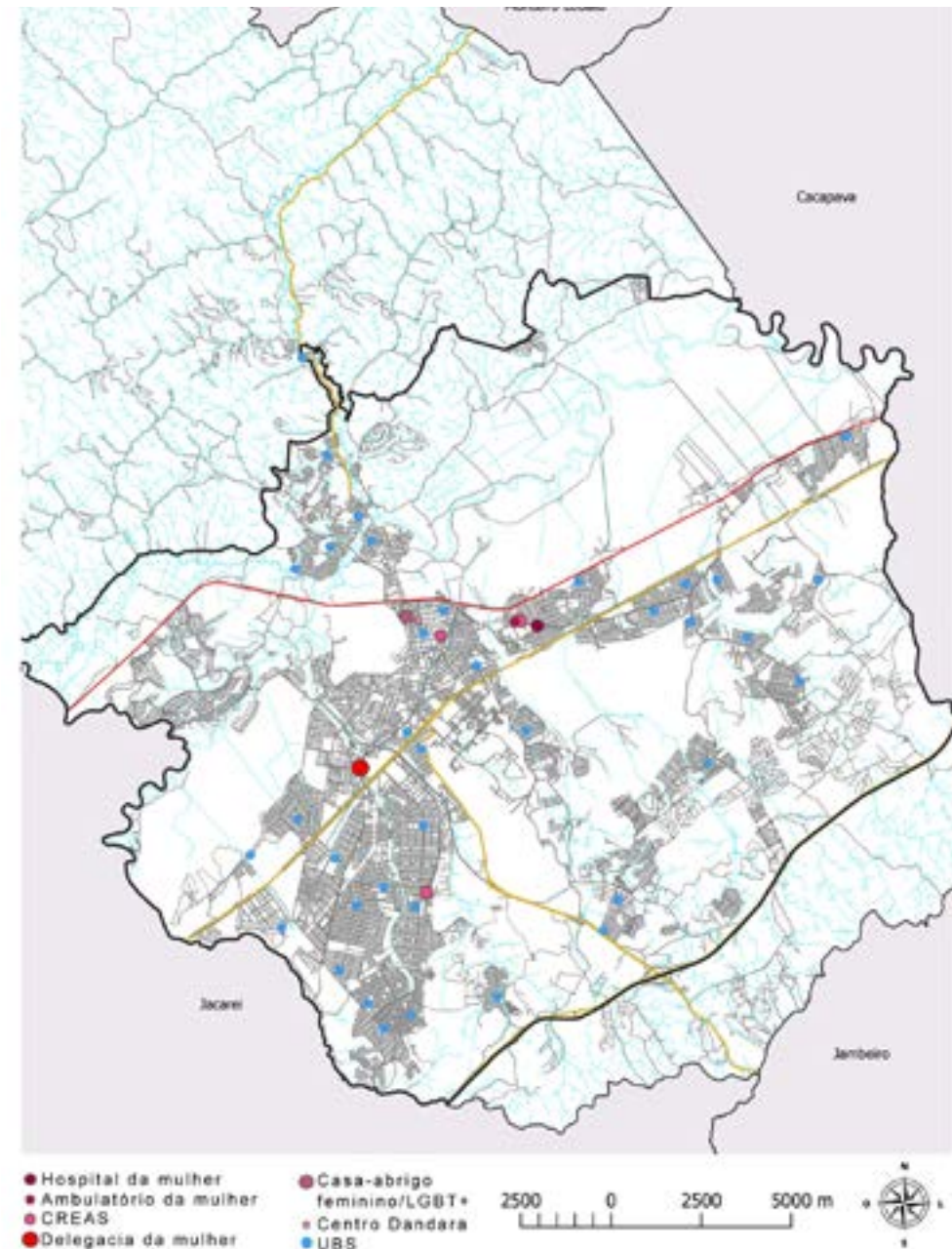
Em complementaridade, outro aspecto que foi espacializado como importante diretriz de projeto é a rede de transporte público municipal, visando a acessibilidade da casa-abrigo aos modais de mobilidade coletiva. Para isso foi utilizado o mapa, também da revisão do plano diretor em 2016, de vias atendidas pelo transporte coletivo.

MAPA DE VIAS ATENDIDAS PELO TRANSPORTE COLETIVO/PÚBLICO



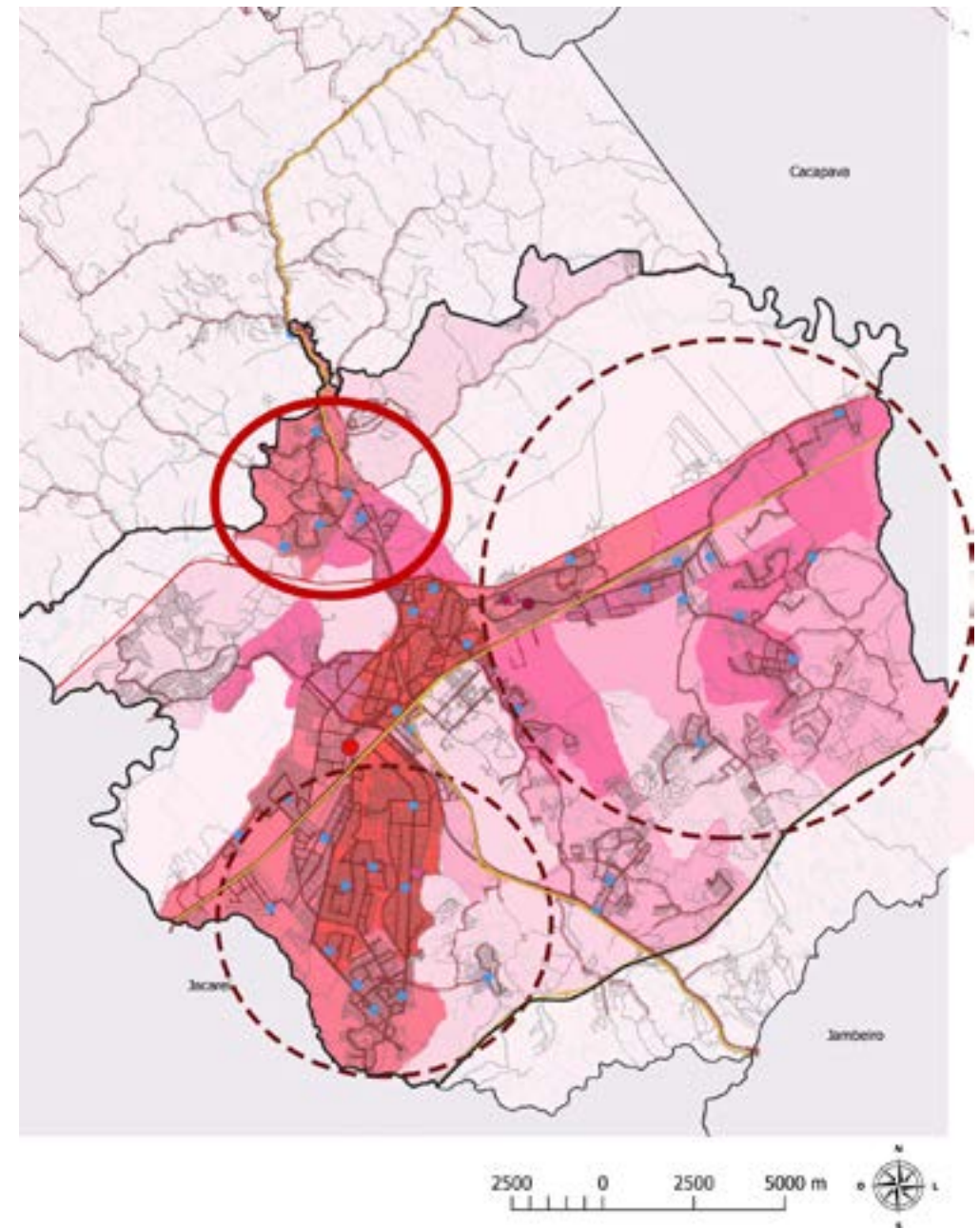
MAPA DA REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Extraíndo dos dados coletados na produção dos mapas, foi sintetizado a rede de enfrentamento considerando as instituições públicas voltadas ao atendimento (CREAS, Delegacia da Mulher, hospitais, UBSs), adicionando a organização social responsável pelo recebimento, acolhimento, encaminhando e gestão da casa-abrigo protetiva na cidade, o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares, e também a casa-abrigo feminina e LGBTQI+, de caráter não sigiloso, que há atualmente em funcionamento para casos em que não há risco iminente à vítima.



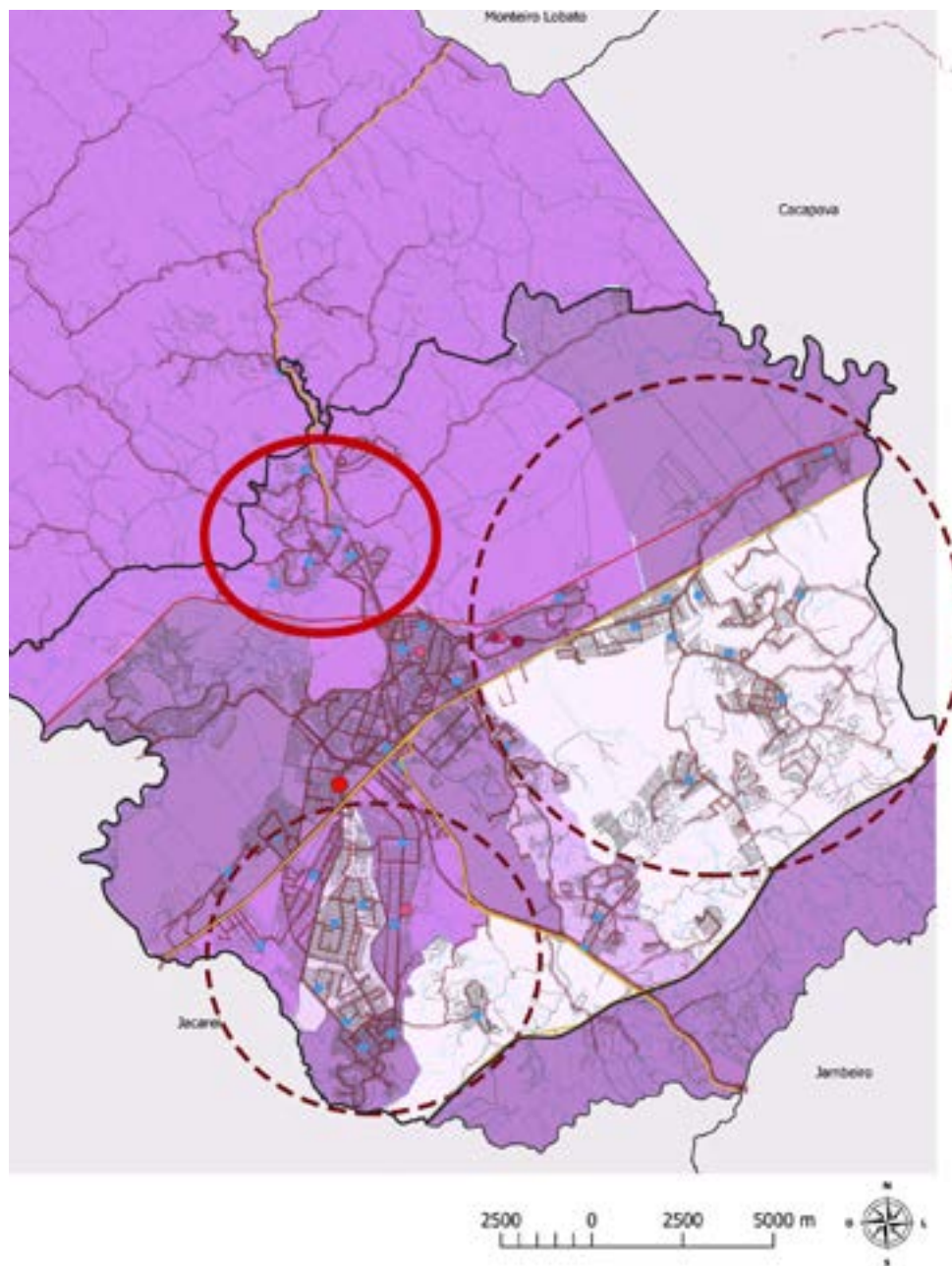
MAPA SÍNTESE COM DENSIDADE DOMICILIAR

Enfim, a partir dos dados levantados, elaboram-se dois mapas sínteses que orientaram constantemente o olhar desta autora para uma região em específico que apareceu como questão na maioria dos apontamentos, praticamente: a região norte de São José dos Campos. Outro aspecto que reforçou a escolha foi a minha própria vivência e conhecimento urbano, ao considerar o senso popular dos bairros da região norte com caráter mais popular, menos verticalizado e caracterizado pela urbanização proveniente de migração a partir dos anos 1920, com destaque para a população mineira²⁹. Esta região foi considerada, então, como a mais propícia para a inserção de uma casa-abrigo, considerando os modelos atuais de abrigos que funcionam na cidade e no país e na idealização de mudanças que podem aumentar a qualidade deste.



²⁹ Os bairros mais populosos da região norte, Santana e os Altos de Santana, são conhecidos popularmente como reduto mineiro de São José dos Campos.

MAPA SÍNTE COM % DE MULHERES RESPONSÁVEIS POR DO-
MICÍLIOS



02.4) REDE DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER:

Conforme dados divulgados pela SSP entre 2015 e 2021, o perfil de feminicídios no Vale do Paraíba é predominantemente de mulheres brancas (76%), solteiras (58%) e com ensinos fundamental e médio completo (33%). O registro de morte de mulheres negras e pardas representa 3% dos dados oficiais. O local mais comum do crime é a residência, correspondendo a 66% dos casos, contra 22% registrados em vias públicas³⁰. Em São José dos Campos, Coelho et al. (2016) indicam a situação alarmante, no período de 2011 a 2015, em que se estima que mais de duas mulheres sofriam de lesão corporal danosa diariamente.

Para compreender a rede de enfrentamento joseense,

é necessário definir as funções das instituições e estruturas públicas voltadas para o atendimento de vítimas em território urbano:

1) D.D.M Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher: serviço policial, geralmente de policiais do sexo feminino voltado a realizar o boletim de ocorrência, registro das formas de violência contra mulher, investigação de cada caso e monitoramento dos casos denunciados de violência doméstica, através da Patrulha da Penha. Representa um dos locais de entrada tradicionais das vítimas à rede de enfrentamento e o horário de funcionamento é das 9 horas às 18 horas de segunda a sexta, infelizmente não funcionando 24 horas por dia e nem no final de semana.

2) Defensoria Pública de São Paulo: iniciada em 2014 na



Gráficos comparativo entre os anos 2011 e 2015, de violência contra mulher na cidade de São Paulo, no interior do estado e em São José dos Campos³¹. Fonte: SSP, 2011-2015 *apud* Coelho *et al.*, 2016.

³⁰ Idem ao 26.

³¹ Os gráficos foram normalizados para o ano de referência de 2011, para os três locais pesquisados, tendo o índice 100% (1,00) para os valores de 2011.

cidade, objetiva dar assistência jurídica, orientação e encaminhamento das mulheres em situação de violência que não têm condições de contratar serviço de advocacia.

3) Vara de Violência Doméstica e Familiar: funcionando desde 2013, tem a função de processar, julgar e executar as causas decorrentes da violência, além de definir medidas protetivas de auxílio da vítima e de proteção contra o agressor. Representa a única vara especializada no atendimento da violência de gênero no Vale do Paraíba, o que gera o recebimento por São José dos casos das outras cidades da região.

4) Centro de Referência Especial de Assistência Social - CREAS: principal porta de entrada de casos de violência contra mulher atualmente na cidade, uma vez que é responsável pela disponibilidade de atendimento sócio-psicológico periódico das vítimas de violência. Teve recentemente seu serviço terceirizado e recebe não só os casos de violência contra mulher, mas a ampla diversidade de formas de violência e vulnerabilidade presentes na cidade. Segundo Bertolino (2022), até o ano de 2017 a cidade contava com cinco unidades em funcionamento para os casos de violência, entretanto, com a troca de governo local e a redução de verbas, hoje encontram-se em funcionamento somente três, localizadas nas regiões central, leste e sul.

5) Hospital e Ambulatório Municipais da Mulher: o Hospital funciona desde 2016, é direcionado ao atendimento de vítimas de violência contra mulher, de gestantes de alto risco

e no setor de ginecologia. Já que o Hospital recebe as vítimas, o Ambulatório tem a função de acompanhar pacientes com assistência psicológica e social e administração dos medicamentos de longo prazo, além dos outros exames médicos.

6) Centro Dandara de Promotoras Legais Populares: fundado em 2001, é uma organização social autônoma composta por profissionais voluntárias diversas (psicólogas, assistentes sociais, trabalhadoras domésticas, educadoras, artistas, pedreiras, entre outras), que visa a garantia dos direitos humanos com foco nas relações de gênero, raça/etnia e socioeconômicas em São José dos Campos através do atendimento público e a escuta ativa das vítimas. Conforme enunciado pelas suas integrantes em visita ao local, representa um “guarda-chuva” que abriga e associa diversos movimentos sociais com os movimentos de mulheres. Atualmente são responsáveis pela gestão da casa-abrigo protetiva pública existente, a qual tem a função de abrigar emergencialmente mulheres em risco iminente de morte ou em situação de ameaça.

7) Casa-abrigo feminina/LGBT+: representa a forma de abrigamento pública de passagem para mulheres e população LGBT que não constam risco de morte, com sua localização não sigilosa. Nos dias atuais, tem capacidade de receber 30 pessoas com as estruturas (quarto, banheiro, espaço de convivência, brinquedoteca) de caráter coletivo.

Para além desses locais, há a casa-abrigo protetiva para abrigamento emergencial na cidade, em que a Prefeitura Municipal é responsável pelos recursos, infraestrutura e manutenção do local e o Centro Dandara tem a gestão do funcionamento e dos funcionários. Esse mostrou-se o objeto de estudo principal para este trabalho, uma vez que a entrevista com a atual diretora do abrigo, Sueli Bertolino, permitiu o levantamento de informações fundamentais para compreender como funciona o equipamento na cidade e para compreender as demandas reais que envolvem o as estruturas de acolhimento considerando o contexto local de violência. A seguir, o funcionamento desta casa-abrigo será explorada como principal referência de São José dos Campos para pensar o projeto.



Logo do curso “Projeto Colher de Pedreira” promovido pelo Centro Dandara em São José dos Campos. Imagem autoral, 2022.

02.5) ANÁLISE DA CASA-ABRIGO EXISTENTE:

A casa-abrigo protetiva é a conquista de lutas de movimentos populares e feministas desde a década de 1990. Em 1997, a vereadora Amélia Naomi (PT) encaminha o processo nº 0634/97 projeto de resolução nº 2/97 que autorizaria o executivo a instituir a casa-abrigo para mulheres³². Contudo, após 10 anos da resolução, o equipamento não foi constituído na cidade e a gestão pública não dava previsão ou respostas das cobranças da mesma vereadora. Em 2007, então, o movimento de mulheres, organizações sociais e de vereadoras organizaram um ato em praça central da cidade no Dia Nacional de luta a violência contra a mulher. Neste dia, o então secretário de desenvolvimento social, Kiko Sawaia, declarou à imprensa local que a Prefeitura de São José já contava com abrigos para acolhimento de mulheres, o Centro de Emergências e Calamidades (CEC).

Contraditoriamente, o Centro referido tratava-se de um albergue responsável pelo abrigamento de não somente de mulheres vítimas, mas para homens e mulheres em situações sociais diversas, como moradores de rua, usuários de drogas, famílias em situação de vulnerabilidade, entre outros. O abrigo mostrava-se inadequado e gerava desconforto e desestímulo das mulheres para sair da rotina de violências e de deixar os agressores. Em insatisfação a esta situação, uma comissão formada por representantes de movimentos sociais, de entidades

³² MIRANDA, 2016.

públicas e a imprensa municipal visitaram, no mesmo ano, o CEC e foi elaborado, através do gabinete de Amelia Naomi, um “Dossiê da casa abrigo 1993/2008”, onde consta a denúncia ao Governo Federal a situação alarmante de São José dos Campos.

Ainda em 2007, foi realizada uma audiência pública com mais de 900 pessoas, incluindo a própria Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência de gênero, em que as propostas de políticas tiradas na audiência foram rejeitadas na Câmara Municipal pelos vereadores da bancada governista da época.

Numa cidade onde mulheres que são vítimas de violência não contam com uma Casa Abrigo para se proteger e a seus filhos, essas ficam desamparadas por aqueles que foram eleitos para garantir e efetivar a cidadania de todos, desrespeitando assim princípios constitucionais e compromissos internacionais pactuados pelo Brasil. (...) O diálogo se mostra cada vez mais necessário e realizar a conferência municipal de política para mulheres é um *dever* do poder público local³³.

Apesar dos anos de cobrança e movimentações sociais demandando uma casa-abrigo digna para São José dos Campos, o equipamento só foi concretizado oficialmente a partir do edital de 2018, conforme confirmado com Bertolino (2022), em que o Centro Dandara ganhou o direito de gestão da casa

protetiva. Também foram responsáveis diretamente pela transformação do albergue CEC na casa de passagem para mulheres e, de forma pioneira, população LGBTQI+, “fizemos uma discussão com a prefeitura, que acabou fazendo um edital para separar, (...) e a gente fez a fala de que precisava também ser da população LGBT, porque uma mulher trans é uma mulher, né?! Então a gente tá num universo feminino”³⁴.

A casa-abrigo protetiva tem capacidade atualmente para 10 mulheres - ou melhor, 10 pessoas, conforme ressaltado pela assistente social, uma vez que as mulheres comumente levam seus filhos consigo. Mas, Bertolino resalta o processo constante de disputa que envolve o abrigo, uma vez que demandava-se uma casa-abrigo regional em consórcio com as outras cidades da região por São José receber os casos destas cidades vizinhas, mas a PMSJC disponibilizou a verba somente municipal e foi gradualmente aumentando as estruturas da casa.

A casa foi constituída em um casarão preexistente que foi readequado para receber as estruturas e as vítimas em risco iminente de morte em escala local. O perfil de vítima recebido é variado uma vez que a violência de gênero é democrática e atinge as classes sociais como um todo. O que varia, segundo Bertolino, é o tempo de permanência de cada mulher, sendo que as mulheres com mais recursos permanecem menos tempo até reestruturar sua vida, enquanto as mais pobres ficam períodos mais longos, em média de 15 à 45 dias no abrigo

³³ Fórum Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, 2007 apud NAOMI, 2008, p.92. Grifos dos autores.

³⁴ BERTOLINO, 2022.

- com exceção de casos extremos, em que algumas mulheres ficaram até 6 meses acolhidas. Contudo, a atual diretora ressalta para os desafios que tangem o abrigamento no município:

Agora, o maior problema nosso (...) é a falta de política pública! Porque, por exemplo, essa mulher tá numa situação em que muitas deixam o trabalho, porque muitas estão sobre risco, então elas tem que deixar o trabalho... tem muitas que não conseguem trabalho, então quando ela sai do abrigo, ela sai sem emprego, ela geralmente precisa mudar de região ou então até ir para outra cidade. No entanto, aqui você precisa fazer uma articulação para que ela saia da

cidade. Então, aí é que falta, por exemplo, a gente nunca conseguiu se associar com outra cidade para que essa mulher fosse para lá com uma garantia de alguma política. Nunca conseguimos!³⁵

Infelizmente, apesar da conquista da casa-abrigo como direito à dignidade da mulher, a diretora destaca a insuficiência do equipamento e de suas estruturas no processo de receber e abrigar uma vítima, considerando que ela se constitui “como uma prisão”³⁶, em que a residente não pode “pisar na calçada na frente” por conta da sua segurança e do caráter sigiloso do abrigo. Ainda mais, a vítima fica completamente isolada da sociedade em seu tempo de permanência, não contando com contato com celulares, internet ou qualquer forma de conexão com o exterior. No mais, Bertolino também enfatiza a necessidade do espaço do abrigo de garantir a individualidade da residente, já que a atual estrutura conta com quartos, banheiros e espaços de estar de caráter coletivo que não permite a sua privacidade. Uma demanda real, por exemplo, da casa é a disponibilidade de uma cozinha, posto que o abastecimento de alimento é terceirizado e as mulheres sentem a necessidade de cozinhar para si e seus filhos.

Em relação às demandas contemporâneas de abrigamento, Bertolino destaca as seguintes: São José dos Campos não conta com um Centro de Referência da Mulher³⁸, onde o atendimento seria centralizado e facilitado para o encaminhamento da vítima a outros equipamentos, e também não tem uma casa-abrigo destinado a mulheres sem risco de morte. A segunda



Janela da casa do Centro Dandara, em visita de campo. Imagem autoral, 2022.

³⁵ Idem ao 34.

³⁶ Idem ao 34.

³⁸ O Centro de Referência tornou-se projeto de lei recentemente, neste ano, através do vereador Renato Santiago (PSDB). Entretanto, realça-se o caráter conservador da promulgação desta lei, uma vez que o mesmo vereador propôs, logo depois, um Centro de Referência aos Homens

demanda é de suma relevância, considerando que estas mulheres “precisam de um abrigo, mas não necessariamente de um abrigo protetivo; então, nós deveríamos ter o apoio para essas mulheres, que pudessem continuar no trabalho, que pudessem deixar os seus filhos, até que ela consiga sair dessa situação”³⁸.

A partir disso, a diretriz deste trabalho foi definida para a constituição de uma casa-abrigo de ressocialização das mu-

lheres, sem risco iminente de morte, e também como transição do abrigo protetivo para o retorno da vítima à sociedade, visando a formação profissional, o estímulo à individualidade, contato com o cultivo da natureza e reconstrução da mulher fragilizada como sujeito ativo.



Movimento de mulheres em São José dos Campos por Casa-abrigo na cidade. Fonte: PMSJC, 2014.

Vítimas de Violência Doméstica que vem sendo motivo de debates na cidade pelos movimentos feministas, considerando a inconsistência da demanda e da insuficiência de dados de vítimas masculinas em relação ao público feminino afetado.

³⁸ Idem ao 34.





■ Referências projetuais

03.1) REFÚGIO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Responsáveis: ORIGEN 19°41' 53" N

Área: 1226 m²

Local: Uruapan, México

Ano: 2017

PROGRAMA:

1) Recepção (vermelho): Total = 232 m²

- 1. Praça de acesso = 103 m²
- 2. Módulo de vigilância = 4 m²
- 4. Acesso principal = 28 m²
- 11. Área de espera = 26,5 m²
- 12. Administração = 40 m²
- 10. Assistência social = 20 m²
- 5. Sanitários = 11,25 m²

2) Institucional/coletivo (rosa): Total = 310 m²

- 13. cozinha = 43,6 m²
- 14. consultório médico = 20 m²
- 15. consultório psicológico = 20 m²
- 16. Lavanderia = 61 m²
- 17. Serviço = 28 m²
- 9. Uso múltiplo = 125 m²
- 5. Sanitários = 12 m²

3) Habitacional (bege): Total = 173,3 m²

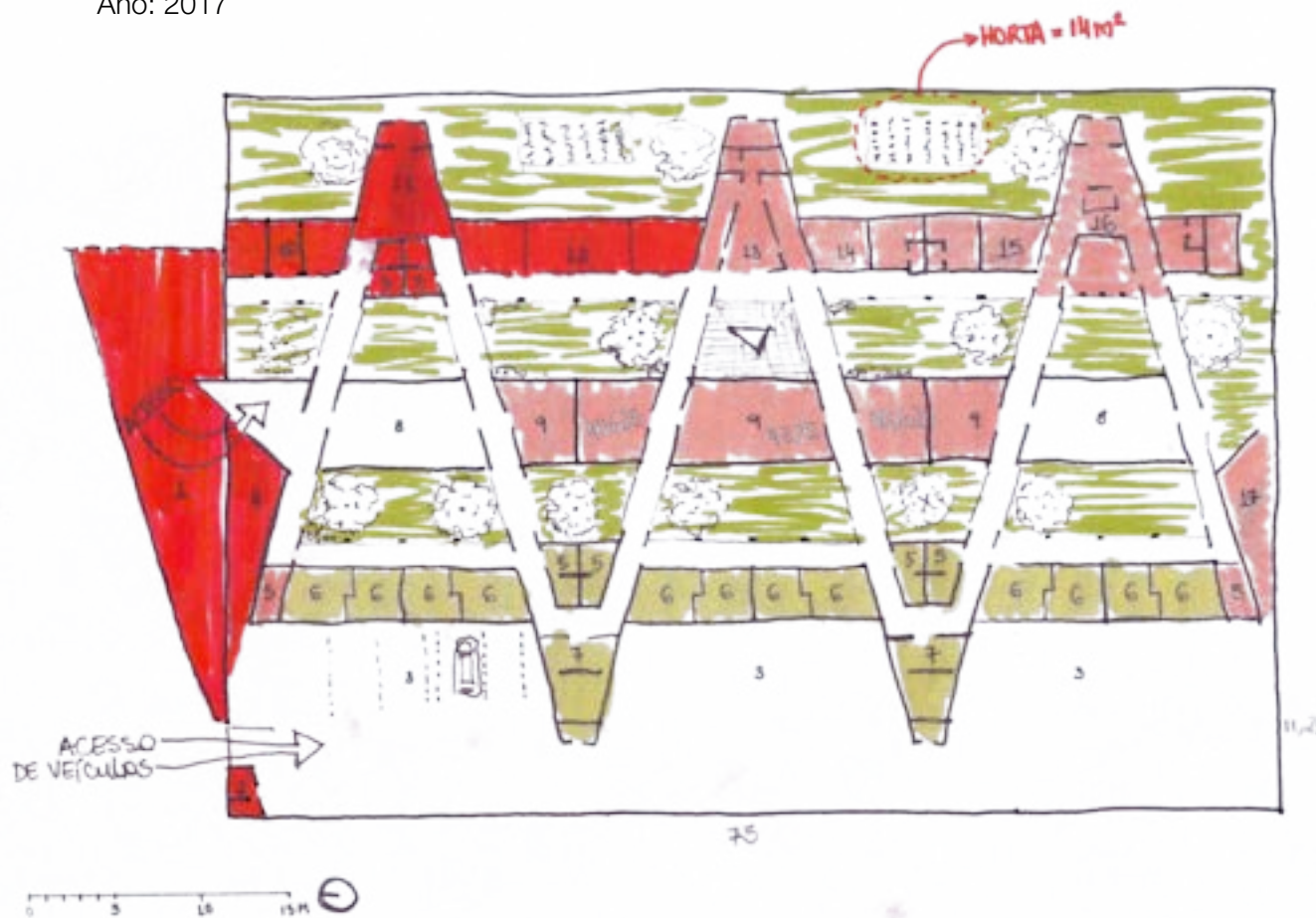
- 6. Apartamentos de 7,75m² = 93 m²
- 5. Sanitários = 25,6 m²
- 7. Chuveiros = 54,7 m²

4) Expansão futura (branco): Total = 87,5 m²

- 8) Módulos de expansão = 87,5 m²

5) Estacionamento (3): Total = 790 m²

- 1 vaga = 7 m²



Croqui encima da planta baixa do projeto. Autoria própria

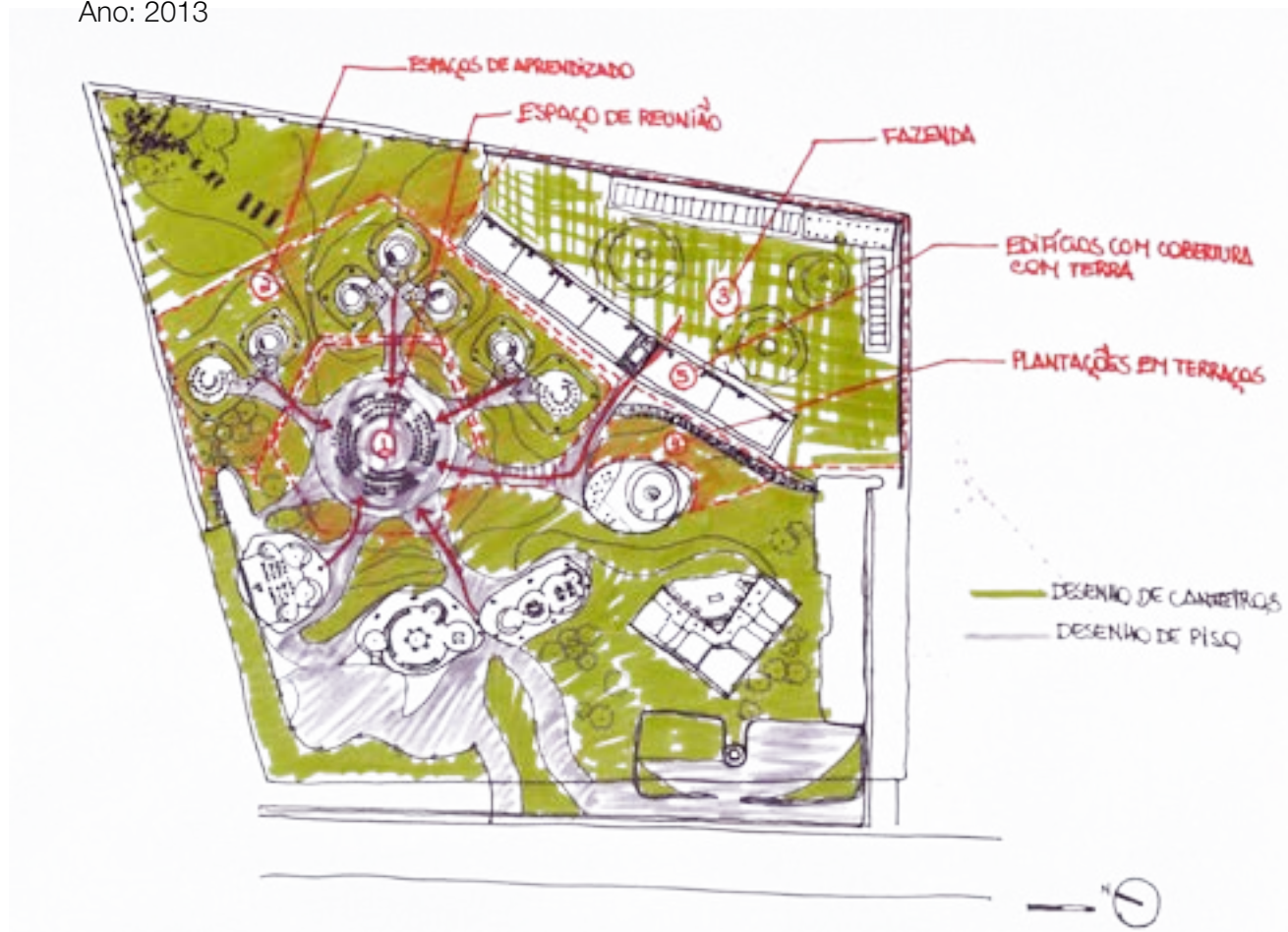
03.2) CENTRO DE OPORTUNIDADES PARA MULHERES

Responsáveis: Sharon Davis Design

Área: 2200 m²

Local: Ruanda

Ano: 2013



Croqui encima do plano de ocupação do projeto. Autoria própria





Escala do bairro: a inserção localizada

04.1) ESTUDO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO:

A urbanização da região norte teve início na década de 1920, no primeiro momento de industrialização da cidade, quando indústrias de cerâmica e tecelagem se instalaram e geraram um fluxo migratório para a área, por conta da necessidade de mão-de-obra nas fábricas que confluiu na época com o até então caráter agrário preexistente. A ocupação iniciou-se nas margens do Rio Paraíba do Sul, formando os núcleos de Santana e Altos de Santana, posteriormente com o crescimento da aglomeração urbana, aproximou-se da região central. Durante a década de 1930, a região norte assumiu o estatuto de Zona Industrial nas legislações urbanas e zoneamento e recebeu a instalação de diversas indústrias de capital local da elite

agrária e industrial. Com isto, ocorreu uma saturação da malha urbana pelo estabelecimento de galpões industriais, vilas operárias e moradias de trabalhadores.

A partir dos anos 1940, com a instalação da Rhodia S/A, primeira indústria de capital externo da cidade, a região sofreu intensos processos de adensamento e arruamento. Contudo, após a diversificação e modernização do parque industrial com a segunda industrialização de São José dos Campos a partir de 1950 nos anos 1970, as indústrias tradicionais de tecelagem e de cerâmica começaram a desativar os complexos nas décadas seguintes e deixar grandes galpões abandonados e vazios onde antes ocorria a sua produção.

Apesar do processo de fechamento industrial da região



Mapa de análise de escalas na região norte. Elaboração própria a partir do GeoSanja, PMSJC.



Vista de satélite da ocupação urbana da Vila Zizinha, em 2004. Fonte: Google Earth, 2022.

norte, esta nunca deixou de preservar seu caráter popular e não verticalizado, em contraposição ao intenso crescimento horizontal e vertical da cidade de São José dos Campos. O Plano Diretor e a Lei de Zoneamento vigentes atualmente na gestão pública joseense definem o bairro de Santana como centralidade local existente, cuja ocupação deve ser constantemente induzida, contanto que o caráter popular e unifamiliar da região seja mantida e preservada. A região também é definida pelo plano diretor como Área de Desenvolvimento Estratégico de Santana/Parque da Cidade, em que colocam-se diretrizes de adensamento e qualificação do entorno do Parque Municipal Burle Marx e de fortalecimento do perfil cultural e de lazer que a região apresenta, além de estímulos à requalificação de fachadas de preexistências históricas e culturais. Esta



Vista de satélite da ocupação urbana da Vila Zizinha, em 2008, com começo da construção dos conjuntos habitacionais. Fonte: Google Earth, 2022.

mostrou-se uma característica de suma importância na escolha da área para este trabalho, começou-se a considerar o bairro de Santana como uma primeira escala de leitura.

Logo em seguida, procuram-se vazios na malha urbana que fossem interessantes aos demandas de uma casa-abrigo, que precisa resguardar a sua localização. Considerando esse quesito, ganhou grande destaque na análise dos mapas a região do bairro da Vila Zizinha, com grande proximidade ao Parque Municipal Burle Marx - mais conhecido localmente como “Parque da Cidade” - e do centro, separado somente pela linha férrea. Esta região, mostrou enorme disponibilidade de vazios urbanos e edifícios subutilizados, além de apresentar enorme quantidade de conjuntos habitacionais populares permeados aos de renda média-alta.



Vista de satélite da ocupação urbana da Vila Zizinha, em 2011, com a demolição da Cerâmica Weiss. Fonte: Google Earth, 2022.



O
INSUPERÁVEL
CARINHO
HUMANO

indústriais vilas operárias cerâmica paisagem urbana

NOSSA
SENHORA DE
FÁTIMA



S. JOSÉ dos CAMPOS
SÃO PAULO

SÃO JOSÉ
FABRILS

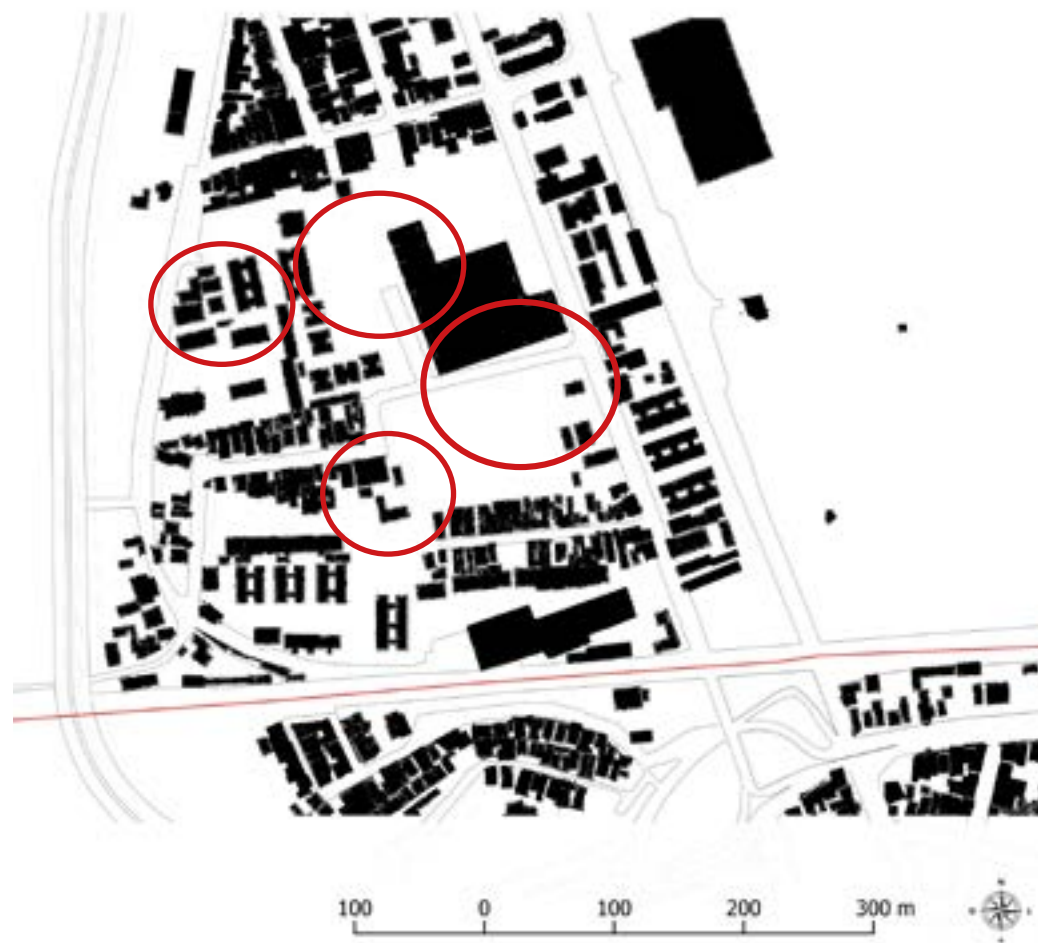
e rural ponte ferrovia tecidos transformação memória

Para confirmar se a localização era coerente com a proposta do projeto, a entrevista com a diretora da casa-abrigo e com profissionais da área permitiu definir a necessidade de área não exclusivamente de uso residencial, mas de caráter misto, que permitiria camuflar a presença do abrigo de forma mais concisa.

A partir disto, foi estudado o caráter do bairro considerando mapas de uso e ocupação e de cheios e vazios. A partir desta análise local, definiu-se um vazio residual entre conjuntos habitacionais, que chamou a atenção da autora por possuir uma pequena testada voltada para a rua e grande parte da sua área interna resguardada pela ocupação do entorno. Esta condição mostrou grande potencial no desenvolvimento interno da implantação da casa abrigo e na menor exposição das residentes às formas de uso ao seu redor.



Vista de satélite atual da Vila Zizinha. Fonte: Google Earth, 2022.



Mapa de cheios e vazios, com vazios de interesse destacados. Elaboração própria.



Cerâmica Weiss e sua vila operária, década de 1950. Fonte: Acervo Sérgio Weiss
apud SANTOS, 2006.

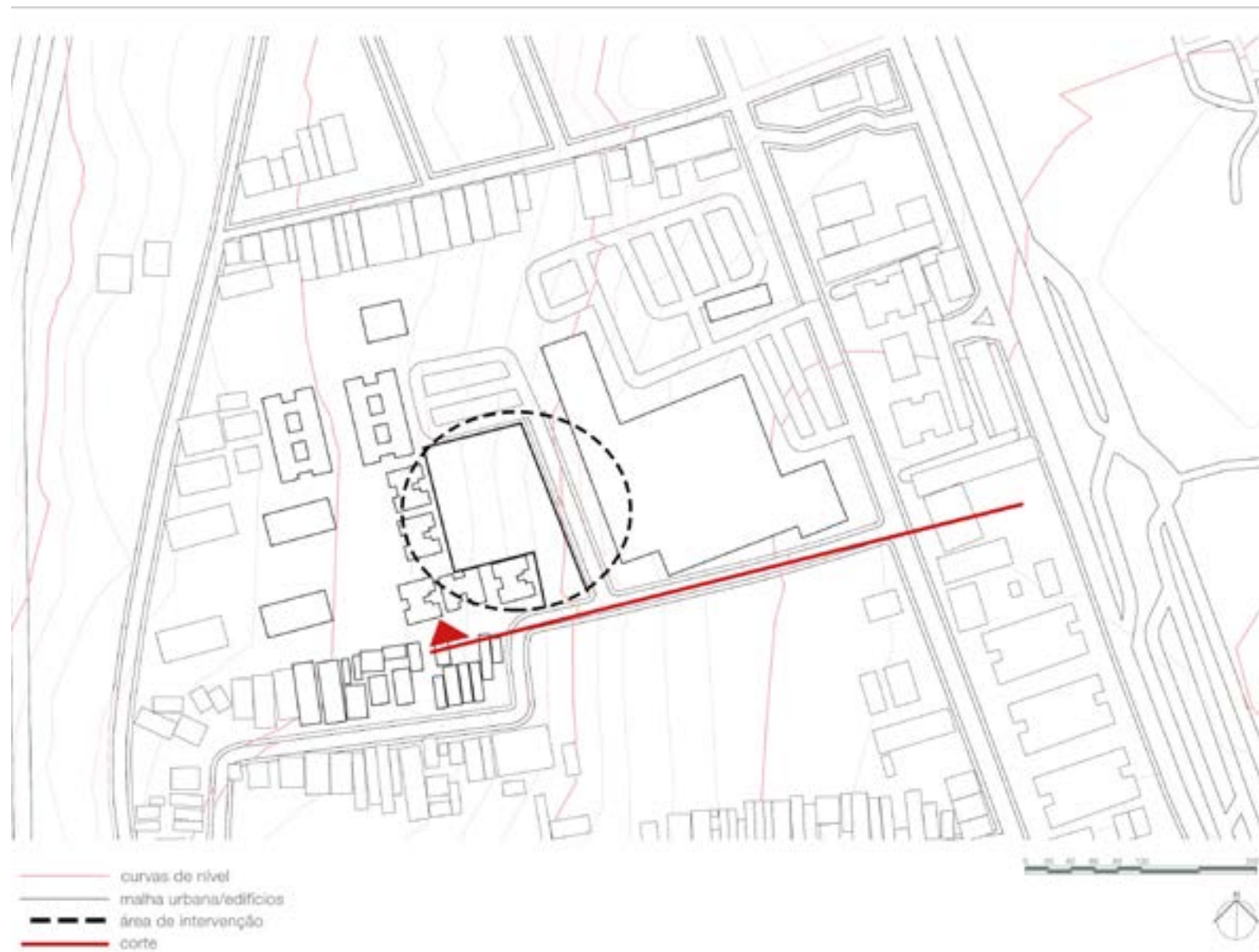
Mapa de usos. Elaboração própria.



Foto de satélite com a área de intervenção escolhida destacada e com dimensões. Foto Google Earth, 2022.



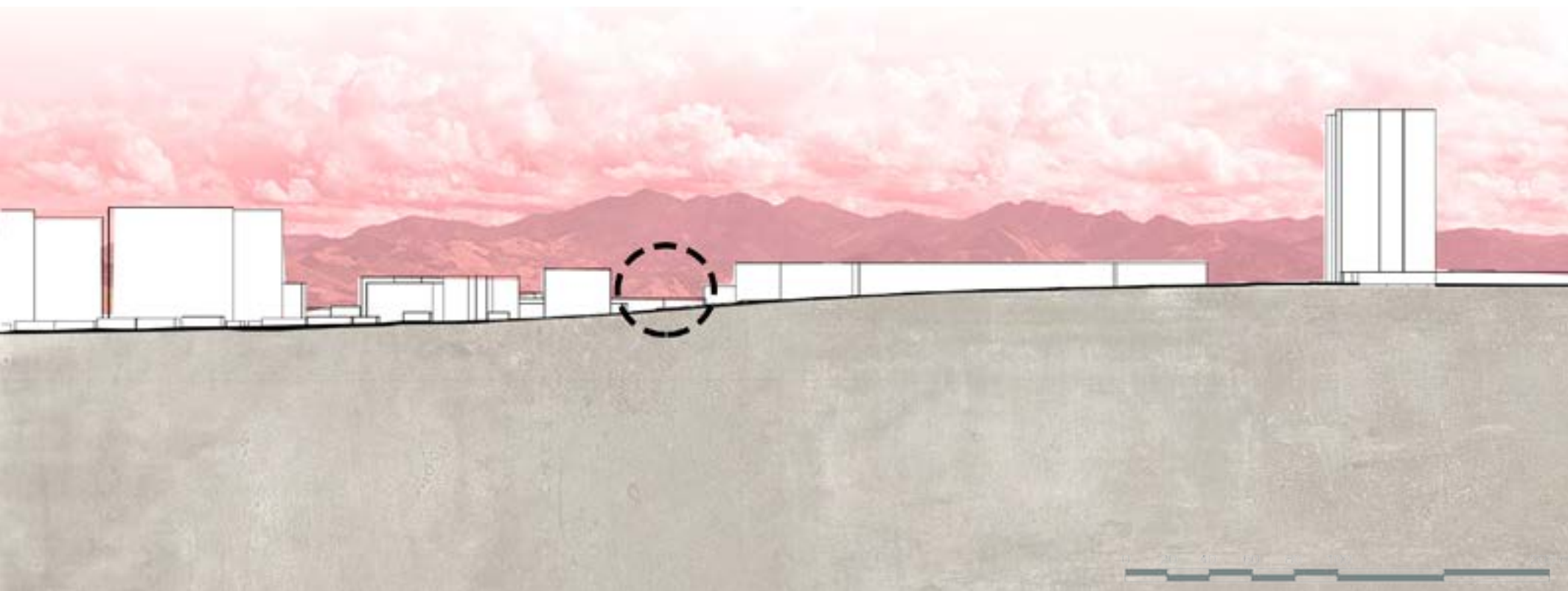
Fotos do lote como se encontra nos dias atuais. Fonte: autoria própria



Planta baixa da área de interesse com curvas de nível. Elaboração própria

Conforme mostram a planta e o corte de inserção da área de interesse na malha urbana do bairro, o terreno apresenta uma declividade significativa (cerca de 4 a 5 m de desnível) que coloca um desafio para a implantação dos volumes da casa-abrigo. Entretanto, o formato irregular e o desnível foram encarados como potencialidades a serem incorporadas no partido projetual, que poderiam garantir riqueza e potencializar a sociabilidade interna do equipamento.

Além disso, o caimento do terreno permite explorar poucos pavimentos nas edificações e evitar a verticalização que seria necessária para resguardar as residentes dos olhares do entorno se fosse plano. Desta forma, como o terreno representa quase um resíduo dos conjuntos habitacionais que ocuparam as imediações ao longo dos anos, a declividade potencializa as soluções arquitetônicas que serão adotadas.



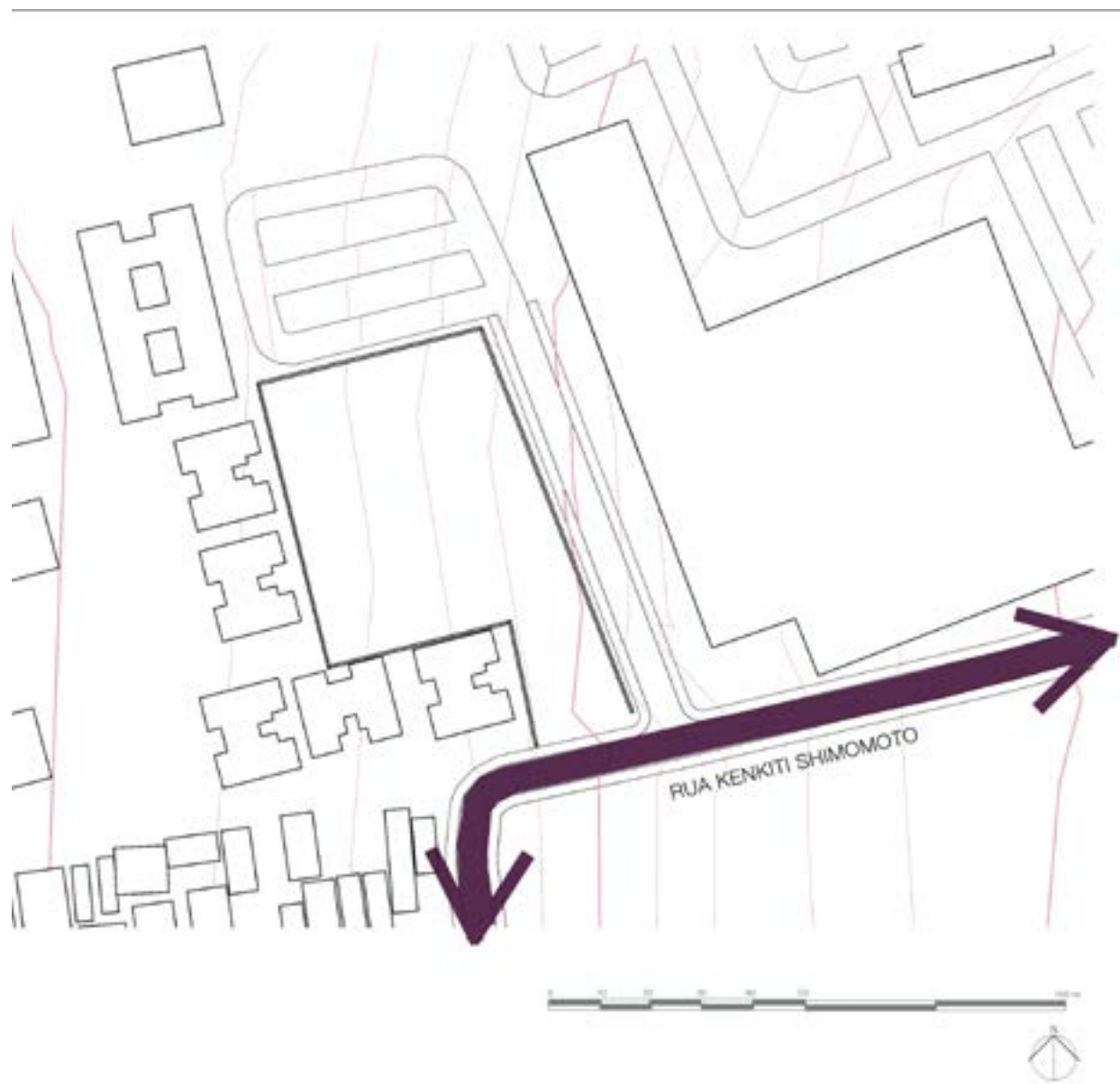
Corte urbano da área de interesse e entorno, com o lote de intervenção destacado.
Elaboração própria

04.2) DIAGRAMAS PROJETUAIS:

O primeiro movimento projetual tratou-se de compreender o entorno direto no qual o projeto inseria-se. Logo, o primeiro foco de estudo foi a rua Kenkiti Shimomoto, a principal rua de acesso existente na cidade para a área de intervenção escolhida.

A partir de uma análise subjetiva e pessoal do lugar, a conformação urbana desta rua mostrou-se pouco iluminada e composta principalmente de muros das edificações e vazios que a compõe, representando uma circulação perigosa e inóspita às residentes do abrigo.

Propõe-se, então, algumas diretrizes urbanas de melhor requalificação da via pela Prefeitura Municipal, através da inserção, principalmente, de mais pontos de iluminação e do alargamento das calçadas. Deste modo, acredita-se que não só a intervenção projetual, mas o bairro, ganhará com segurança nas vias públicas.





Imagens da Rua Kenkiti Shimomoto, Vila Zizinha, Santana. Fonte: Google Street View, 2020.

O segundo momento, foi o de propor um novo uso urbano da rua transversal a Kenkiti Shimomoto, tratada anteriormente, e que hoje encontra-se interrompida pela portaria de um dos conjuntos habitacionais que faz divisa direta com o lote de intervenção.

Aos olhos desta autora, acredita que esta interdição da rua para uso exclusivo de visitantes do conjunto habitacional, interrompe a lógica que gostaria de se criar com a inserção do equipamento público na localidade. Assim, coloca-se a necessidade deste trabalho de romper com o bloqueio da rua e resignificá-la através de um acesso mais abrangente da via pela população do bairro.

Além disto, através da estensão da rua, procura-se conformar uma ligação direta entre a casa-abrigo e o fundo do lote de um batalhão da polícia militar que coloca-se próximo. Por meio da requalificação da via, poderia ser criado uma comunicação mais rápida, no caso de emergências no abrigo, para garantir a segurança das residentes.

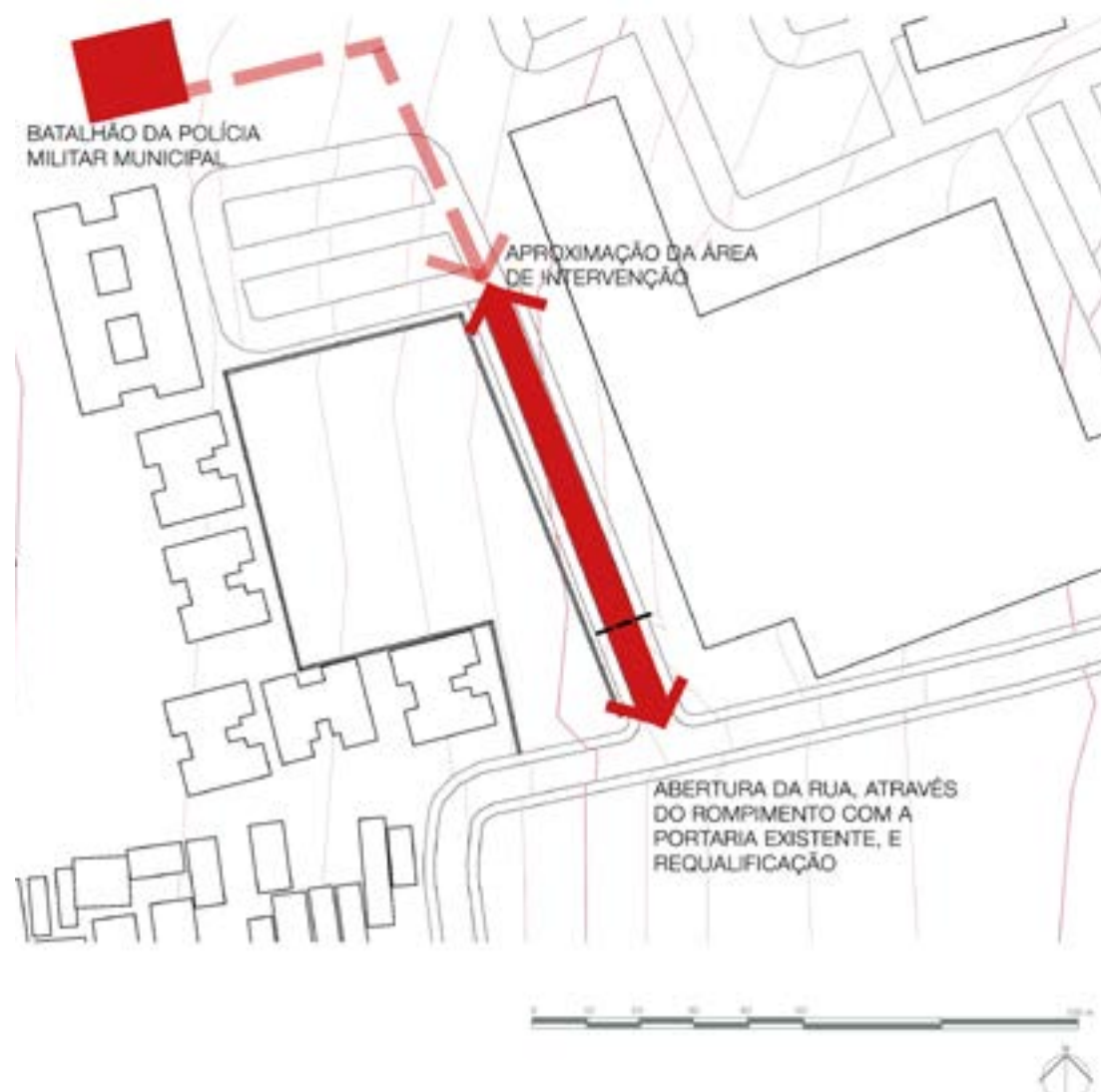


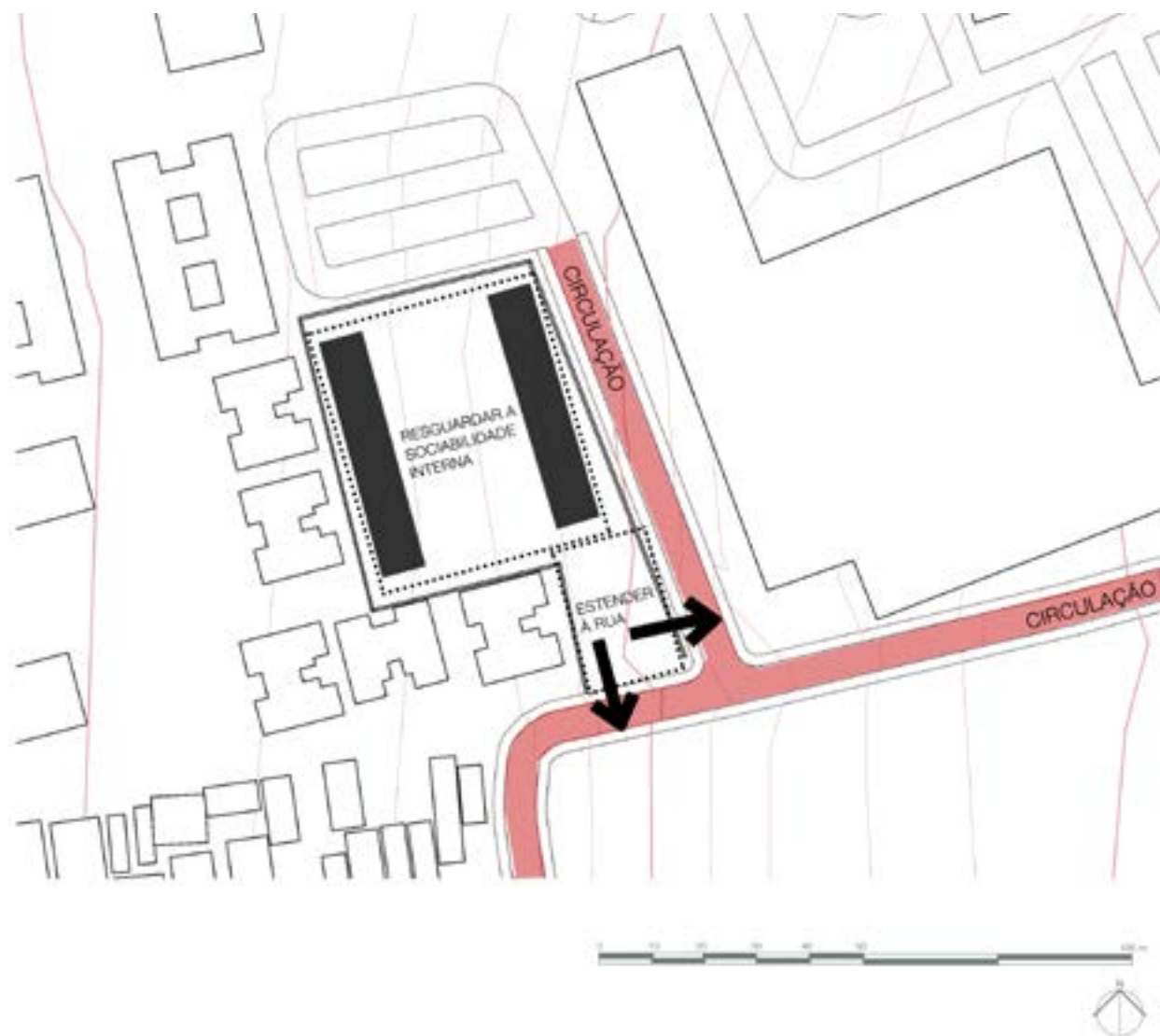


Foto da rua transversal a Kenkiti Shimomoto e do Batalhão de Polícia, que é visto no fundo da área de interesse. Autoria própria, 2022.

Após definido pela localização não sigilosa do abrigo, foi realizado um processo de leitura da área observando os possíveis fluxos e usos em relação com as vias e as edificações do entorno. Foram demarcadas, então, duas regiões de caracteres diferentes que teriam potenciais em qualificar a intervenção.

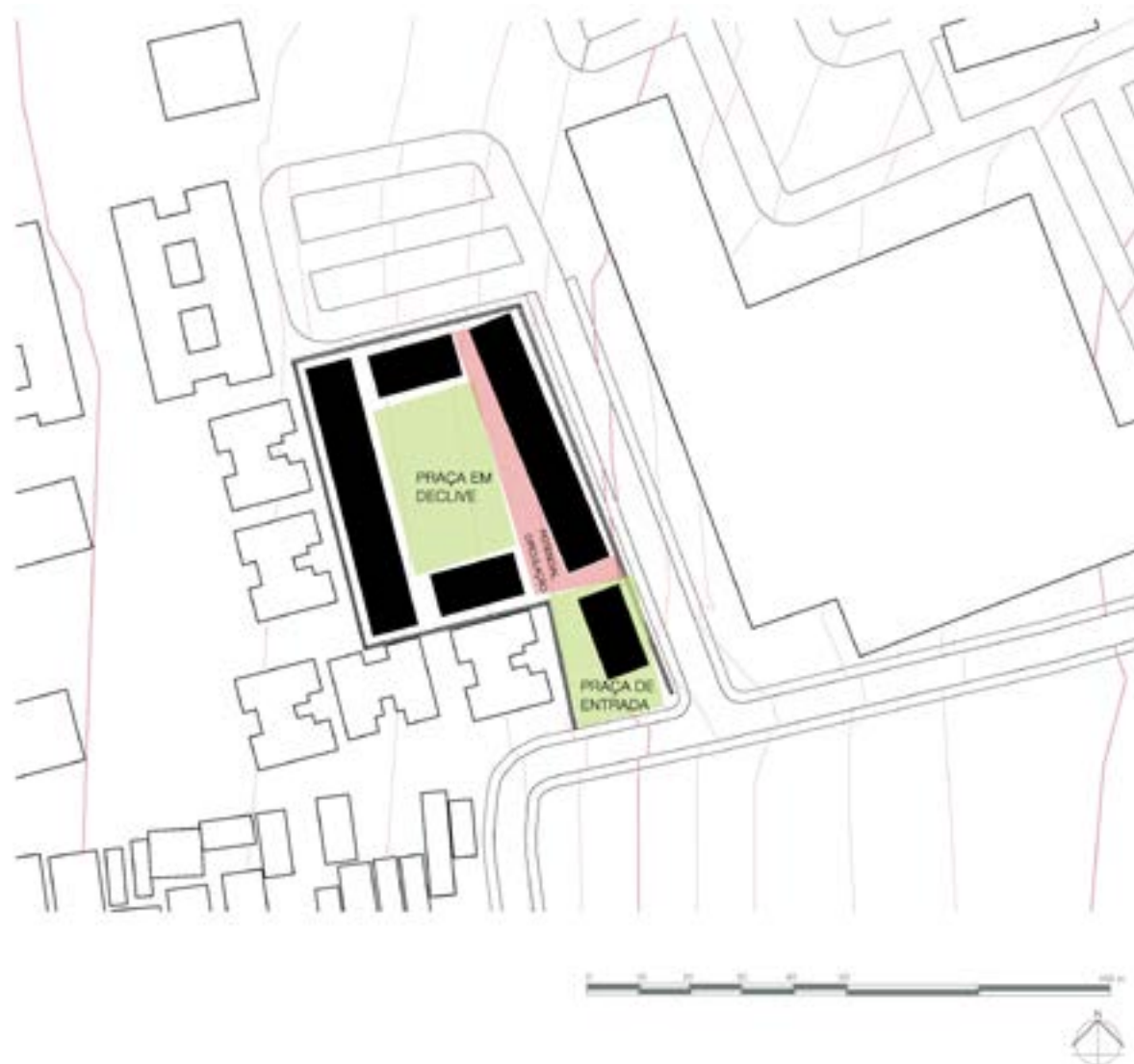
A testada do lote, por sua menor dimensão e sua proximidade às vias, foi destacada para um uso mais público voltado ao bairro e da relação das mulheres com a cidade. Já a parte interna do lote, foi definido um uso mais resguardado e restrito às residentes do equipamento, garantindo sua privacidade e segurança. Assim, seria interessante a inserção de edificações compridas que bloqueassem os olhares da rua e dos conjuntos habitacionais que dividem o muro.

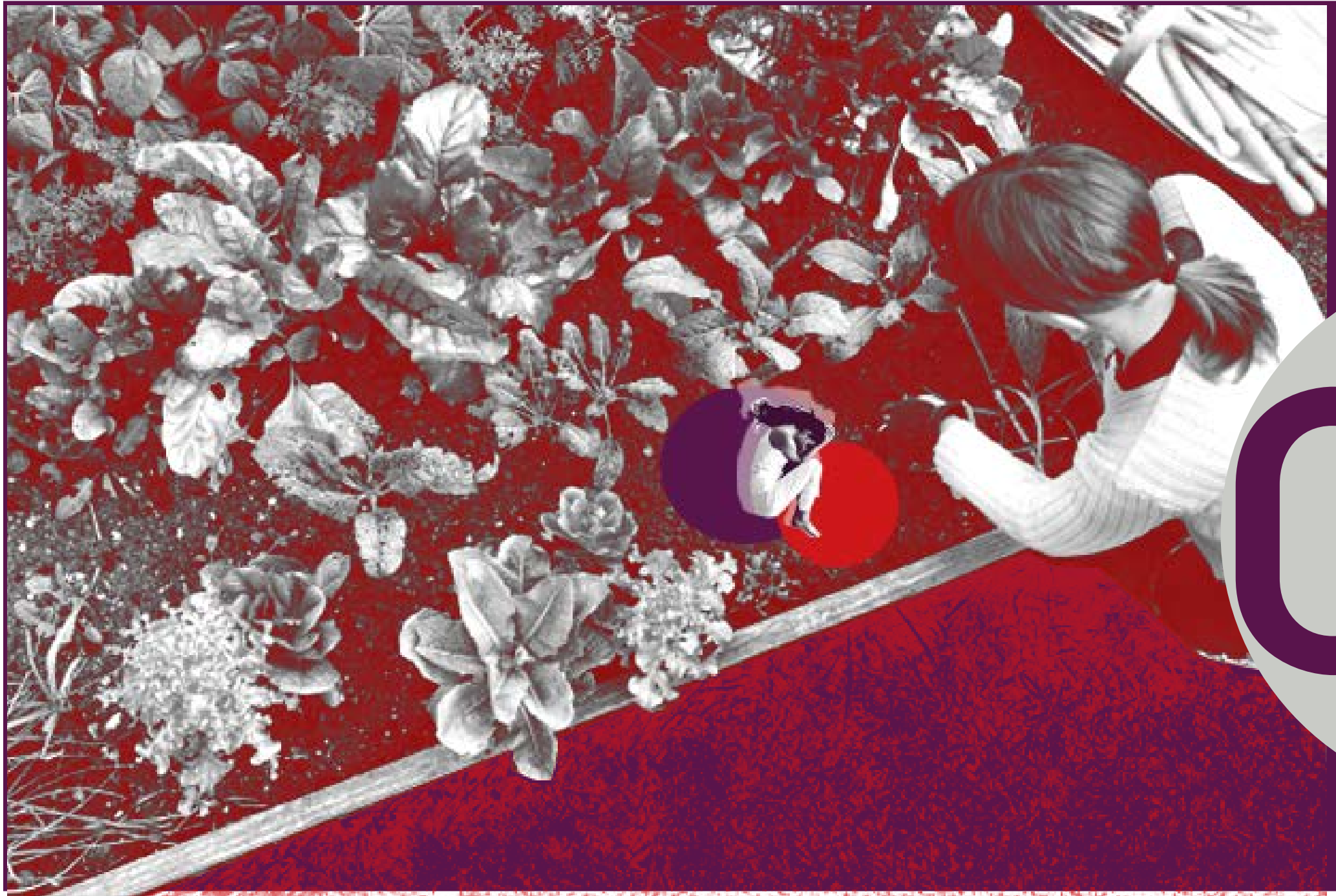
Essa primeira análise foi essencial para a compreensão de um programa de necessidades para o abrigo e da disposição da volumetria no lote.



A partir da concretização de um volumetria inicial que daria forma ao desenvolvimento do projeto, outros dois eixos estruturadores foram a marcação das área onde se destinariam a circulação principal do equipamento e duas área onde se conformariam praças, uma mais pública e outra mais privada ao uso do abrigo.

Com esses movimentos iniciais de estudo local, partiu-se para a idealização de uma implantação e de formas de edifícios que incorporem a escala do bairro, da história local, do corpo da mulher e do ecofeminismo.







Casa-abrigo A(co- lher): reconstrução do sujeito-mulher

05.1) PARTIDO PROJETUAL:

Após os levantamentos de dados e visitas de campo, a intenção deste projeto é constituir uma casa-abrigo, para mulheres sem risco iminente de morte ou em transição do abrigo protetivo para retornar à sociedade. Trata-se de um equipamento com capacidade para 30 mulheres e seus filhos, em transição da proteção máxima para um abrigo não sigiloso e voltado a ressocialização.

A construção do programa buscou associar a um jogo de palavras entre três conceitos principais. A “colher”, substantivo, como metáfora da necessidade de romper com a cultura da violência e de desvalorização dos corpos feminizados; acolher, na intenção de criar espaços confortáveis e interativos de abrigamento que contribuam para a reconstrução da autoestima da mulher e a forneça suporte para ser reinserida na sociedade; e colher, no sentido de estimular a práticas dos saberes ancestrais das mulheres e o retorno ao cultivo da terra como forma de auxílio no processo de superação da violência.

O programa visa a construção “a partir do zero” de um lote vazio residual da malha urbana, uma vez que os equipamentos desse gênero normalmente são inseridos em preexistências ou

casarões abandonados nas cidades e perdem qualidade projetual na adequação a esses espaços. O programa também mais ampliado em relação a escala de uma casa regular busca o consórcio entre as cidades do Vale do Paraíba, juntamente a São José dos Campos, na construção de um espaço de excelência na rede de enfrentamento da violência contra mulher.

Desta maneira, busca-se idealizar um espaço arquitetônico que estimule a individualidade da mulher, através de apartamento autônomos para o acolhimento, e, ao mesmo tempo, o envolvimento com o corpo coletivo de mulheres residentes, a fim de criar redes de conexões entre mulheres. O projeto busca desenvolver o abrigo de forma a compor a cidade e o seu entorno, ao mesmo tempo que se desenvolve em uma dinâmica interna resguardada e segura.

O programa foi constituído através da análise de referências projetuais semelhantes e com base nas entrevistas e visitas de campo realizadas na cidade de São José dos Campos, a fim de projetar uma casa-abrigo que seja condizente com as demandas reais municipais e regionais.



dar protagonismo

a acolher:



a "colher": retorno

romper o
ciclo

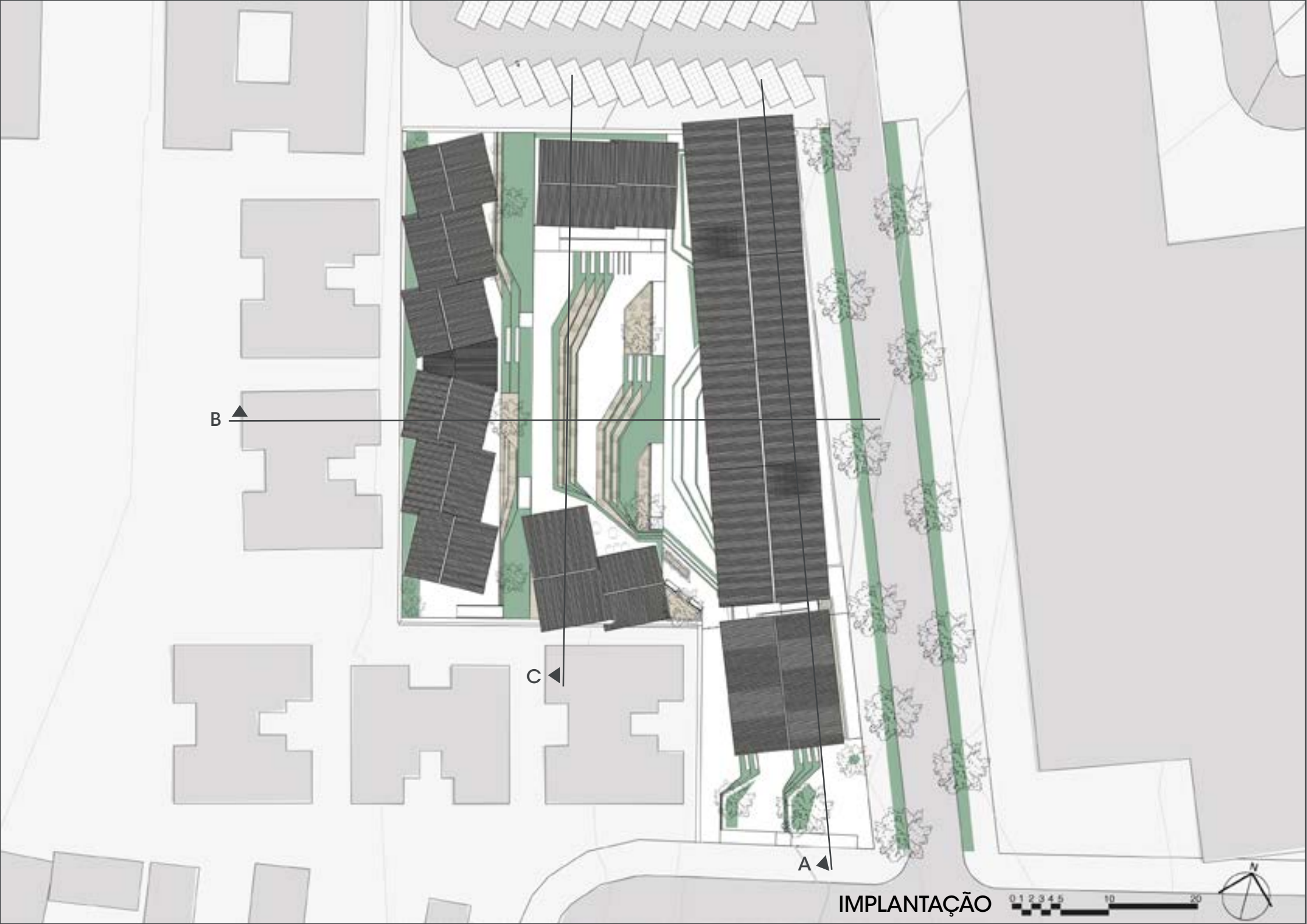
a(colher):

retorno



05.2) PROGRAMA DE NECESSIDADES

PROGRAMA DE NECESSIDADES							
MÓDULOS	AMBIENTE	N° UNIDADES	ÁREA (m²)	MÓDULOS	AMBIENTE	N° UNIDADES	ÁREA (m²)
Recepção	Comércio voltados a rua	3	53,91		Lavanderia coletiva	2	26
	Guarita de segurança	1	5		Circulação	2	246,9
	Área de espera	1	17,28	Total de área (m²):			1322,96
	Sala de assistência social	2	13,44	Lâmina acessível	Unidade de 2 apartamento de 1 quarto e 2 quartos com ambientes acessíveis (79,2 m²)	2	158,4
	Sanitários	2	11,52		Circulação	2	26,18
	Circulação	1	20,63	Total de área (m²):			184,58
	Total de área (m²):			121,78			
Lâmina funcional e habitacional (3 pavimentos)	Creche	1	55,2	Lâmina coletiva	Cozinha coletiva	1	39,05
	Sala de aula/oficina	1	48		Refeitório	1	50,32
	Biblioteca	1	48		Sanitários	3	11,55
	Bloco de assistência social/médica	1	55,2		Área externa	1	23,38
				Total de área (m²):			124,3
	Loja apoio	1	32	Lâmina de duplex	Unidade de 2 apartamentos individuais duplex com area comum compartilhada (77,4 m²)	2	154,8
	Salas de administração	4	60		Unidade de 2 apartamentos duplex duplos com area comum compartilhada (100,8 m²)	2	201,6
	Espaço de apoio a funcionários (copa, sala de estar, sala de descanso, sanitários)	1	41,6		Unidade de apartamento duplex triplo/acessível (77,4 m²)	2	154,8
	Depósito/serviço (com sanitário)	1	12,16		Lavanderia coletiva	2	23,82
	Sanitários	2	5,4		Total de área (m²):		
	Unidade habitacional de 2 apartamentos individuais com área comum compartilhada (57,7 m²)	4	230,8	Total de área construída:			2288,64
	Unidade habitacional de 2 apartamentos individuais com 2 quartos e area comum compartilhada (100 m²)	4	400	Total de área disponível:			3063
	Espaço de estar coletivo	2	61,7				



B

C

A

IMPLANTAÇÃO



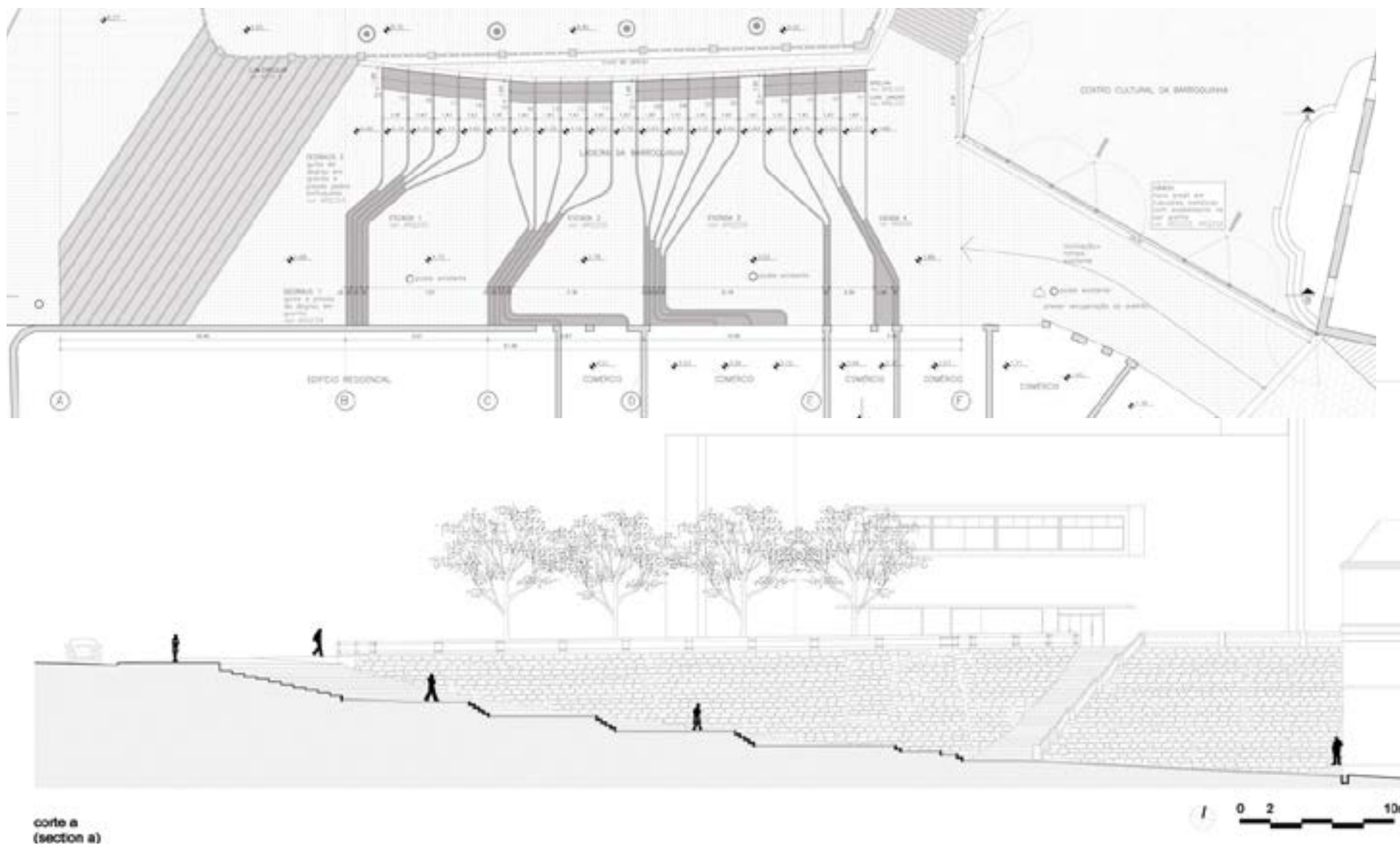
A implantação foi concebida a partir da declividade do terreno em um sistema de platôs e de terraceamentos que configuram espaços de praça, de estar, de encontro, de coletividade e de estímulo ao contato constante com a natureza e o paisagismo, em consonância às diretrizes de ecofeminismo colocadas no programa teórico das intenções projetuais. A ideia desenvolveu-se de forma que as praças e espaços livres criados constituíssem as formas dos edifícios e das habitações. O gabarito das edificações procurou-se manter baixo, até no máximo três pavimentos no fortalecimento de fruição mais horizontal dos espaços em fortalecimento da coletividade entre

as residentes.

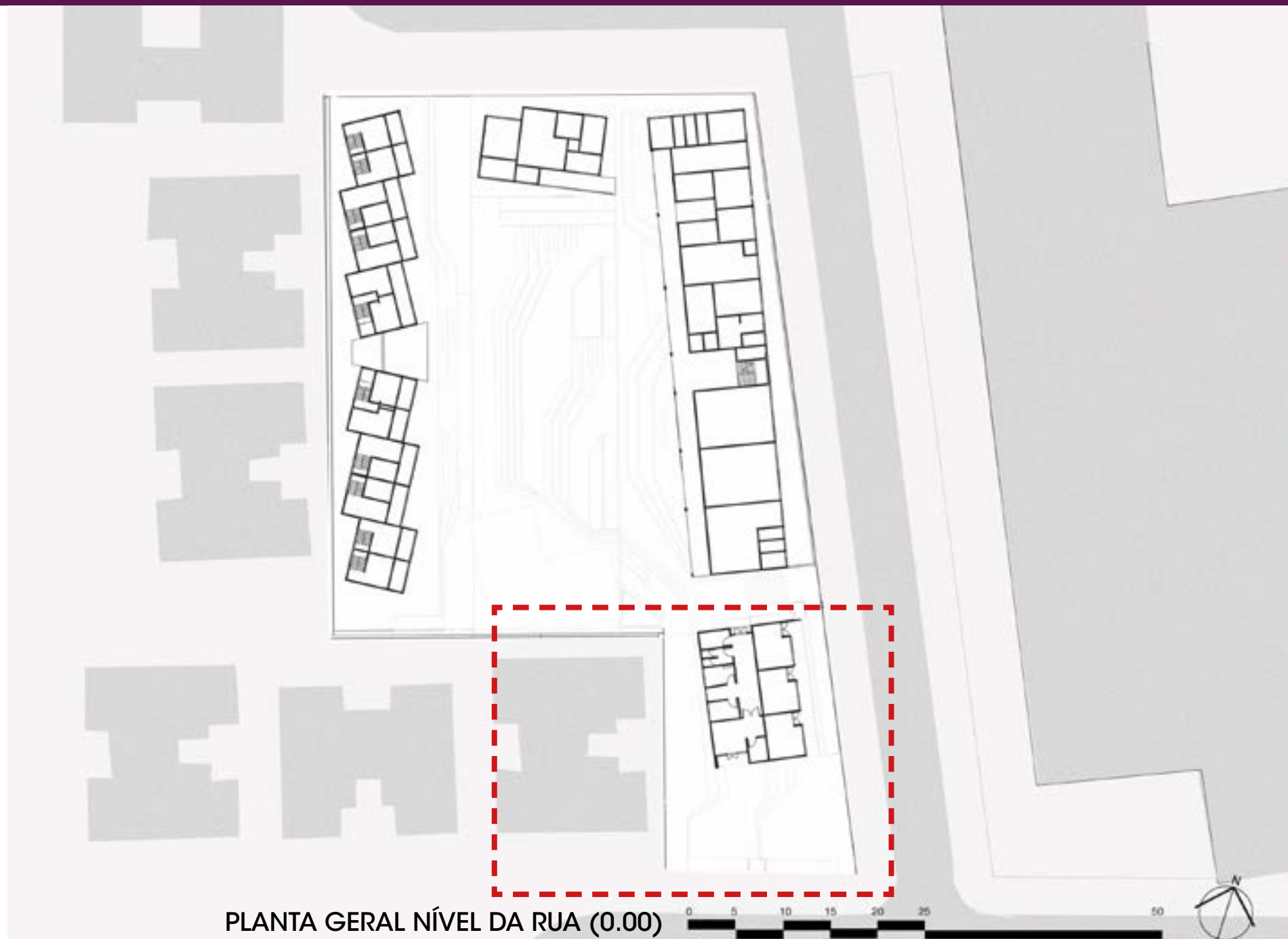
Para a forma da implantação, uma importante referência projetual, responsável por inspirar o visual dos terraceamentos, foi a Ladeira da Barroquinha (2013), em Salvador, Bahia, projetada pelo escritório Metro e que propõe uma intervenção urbana de escada e patamares para vencer um desnível colocado pela cidade. A sociabilidade e circulação constante do local construído foram observados como próximos do partido projetual que se buscava para envolver os edifícios, em declividade.

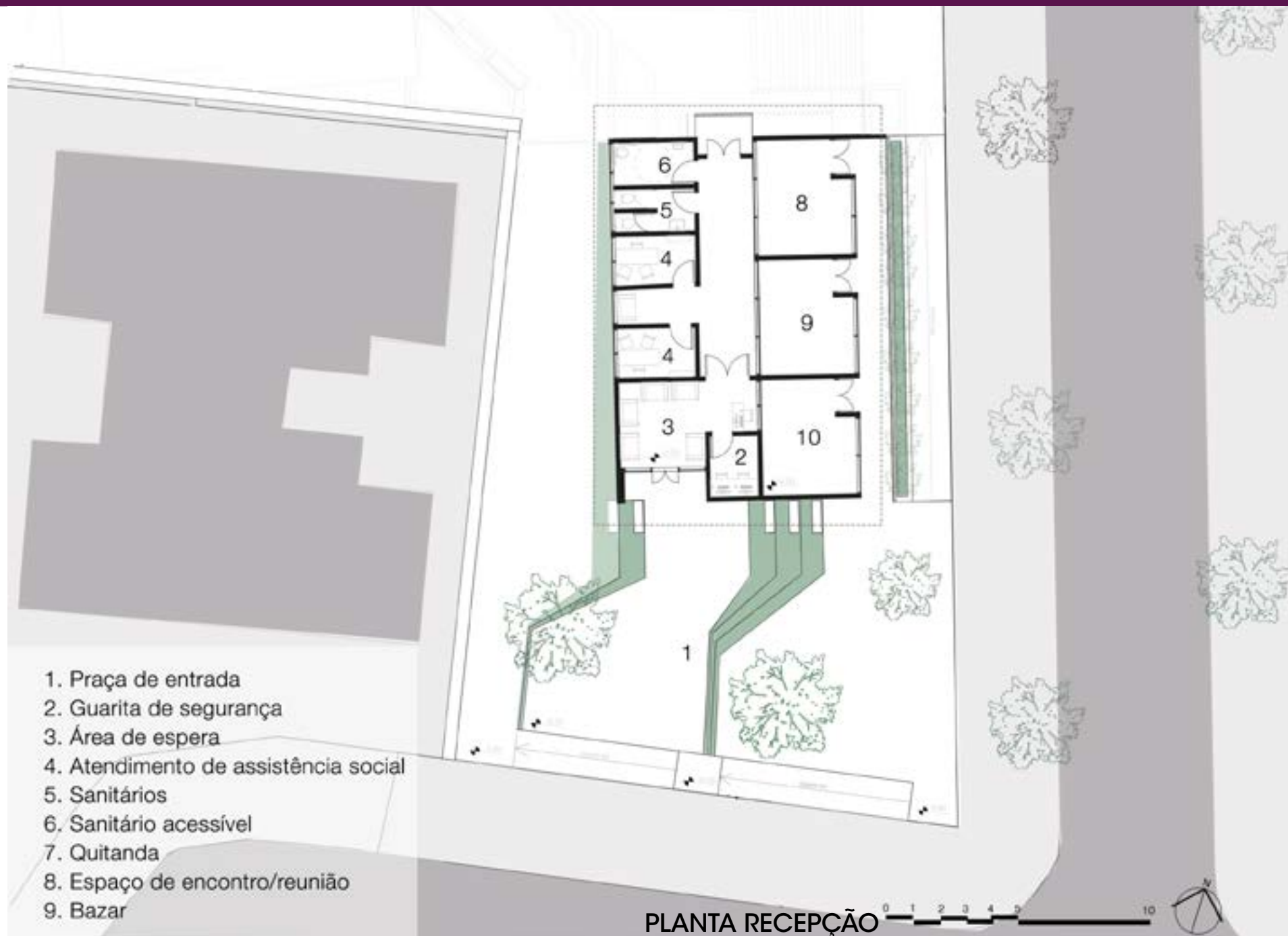


Imagens da Ladeira da Barroquinha, Metro Arquitetos, Salvador (BA), 2013. Fonte: Archdaily, 2016.



Corte longitudinal e planta da Ladeira da Barroquinha, Metro Arquitetos, Salvador (BA), 2013. Fonte: Archdaily, 2016.





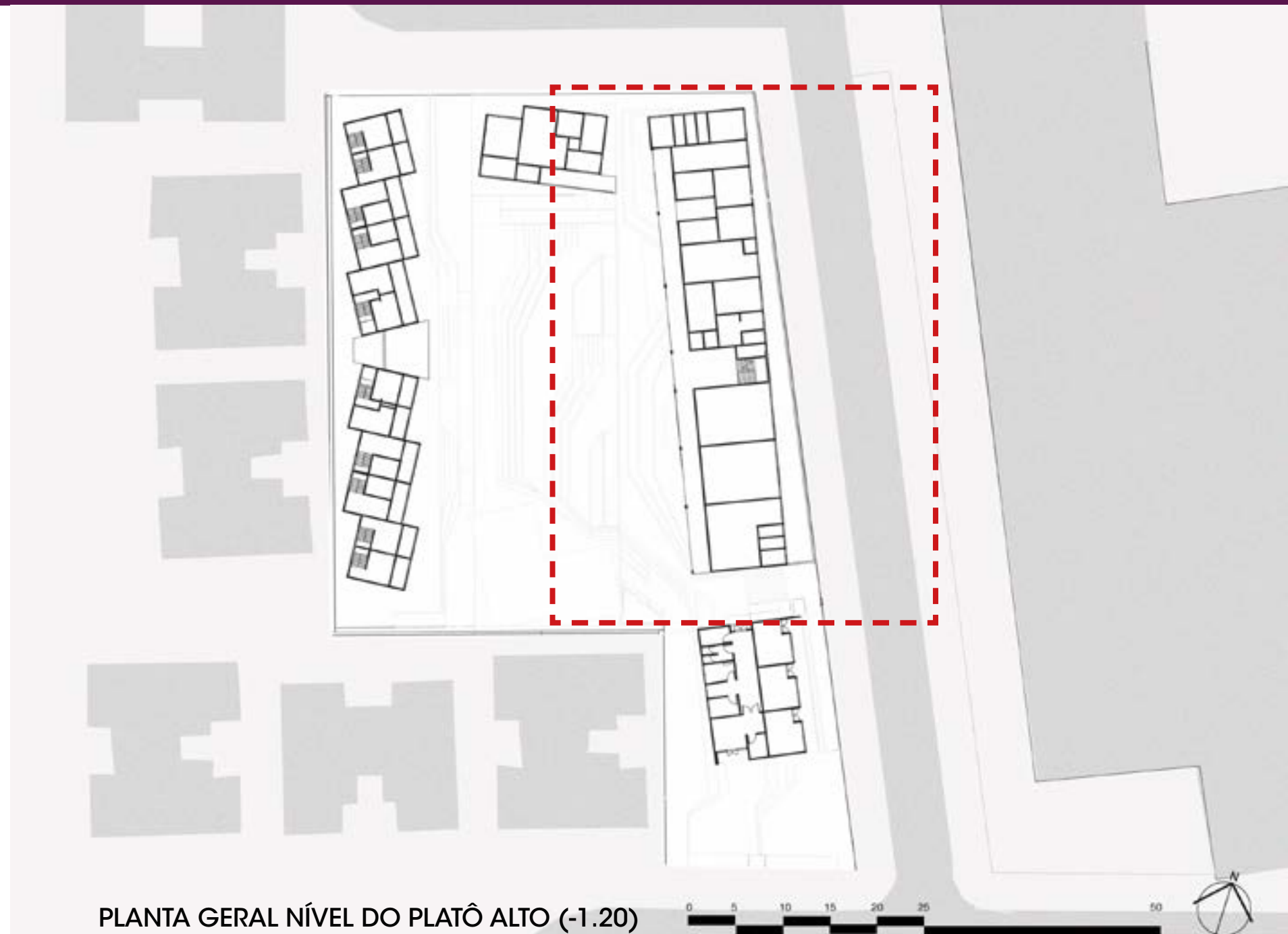
PLANTA RECEPÇÃO



Imagem renderizada da relação da praça de recepção e da rua

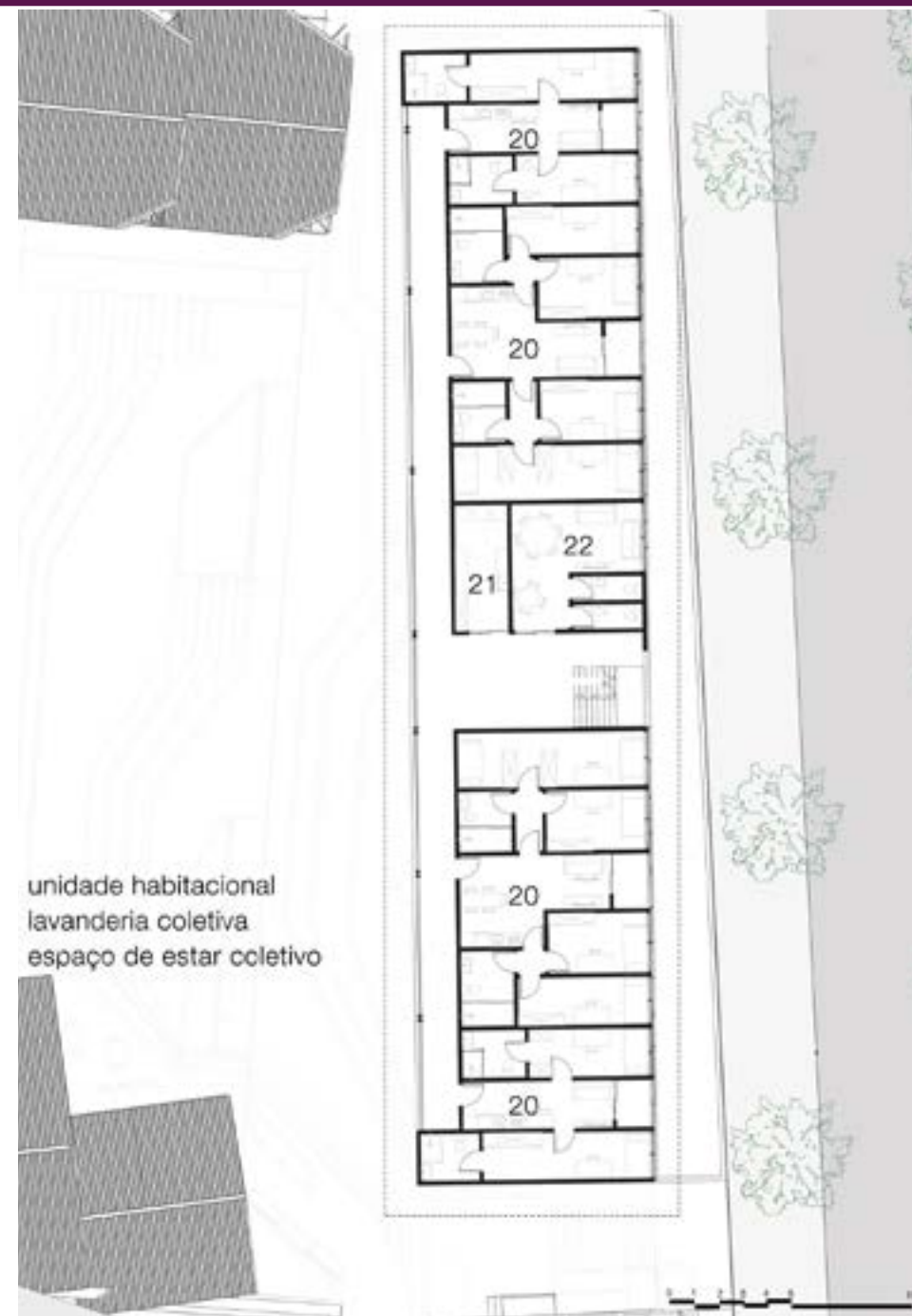


Imagem renderizada da entrada, entre as lâminas de recepção e maior





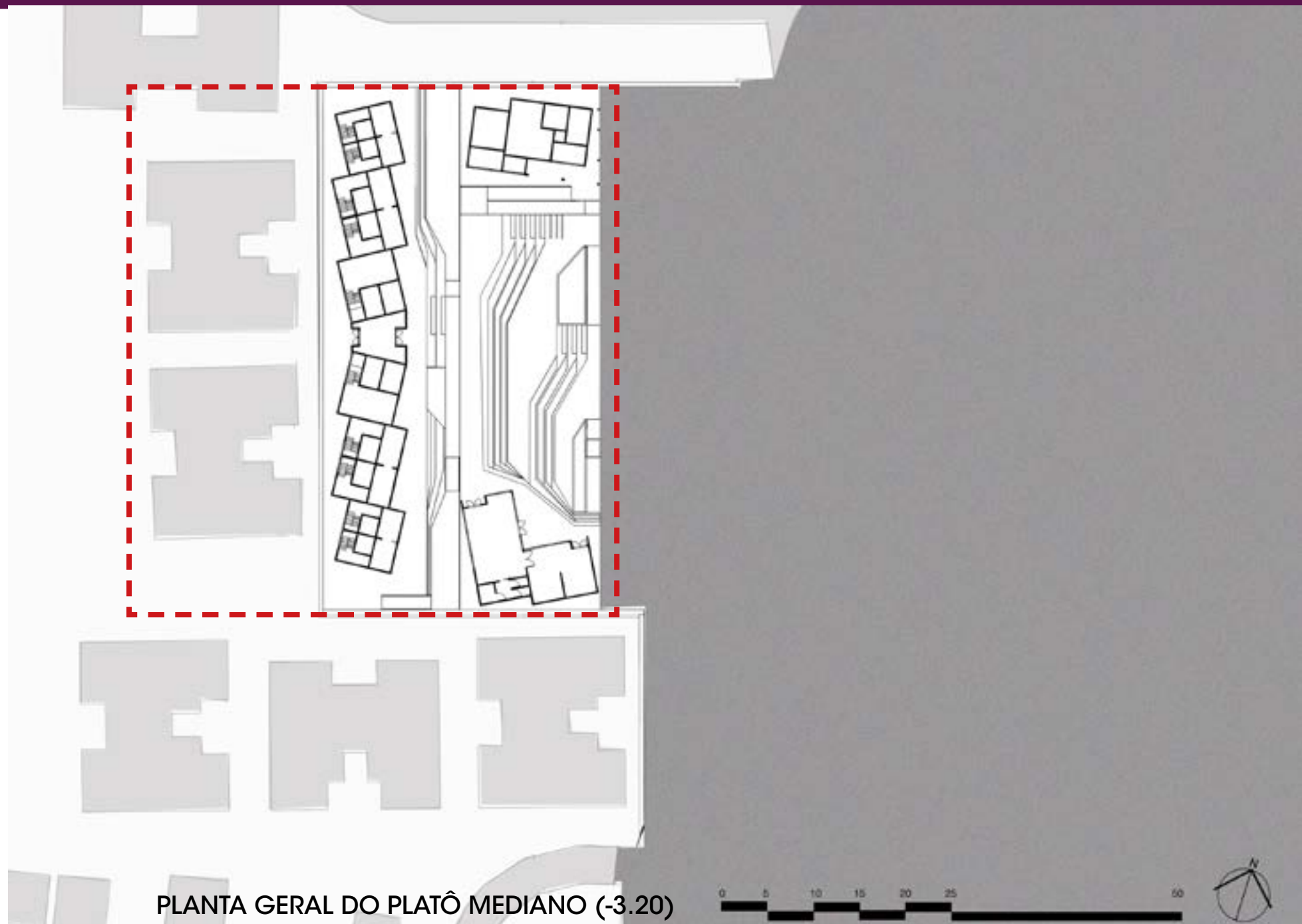
PLANTA TÉRREO LÂMINA MAIOR



PLANTA PAVIMENTO TIPO LÂMINA MAIOR (PAV. SUPERIORES)







- 23. unidade habitacional acessível
- 24. praça em nível
- 25. refeitório
- 26. pátio descoberto
- 27. cozinha coletiva
- 28. sanitários
- 29. sanitário acessível

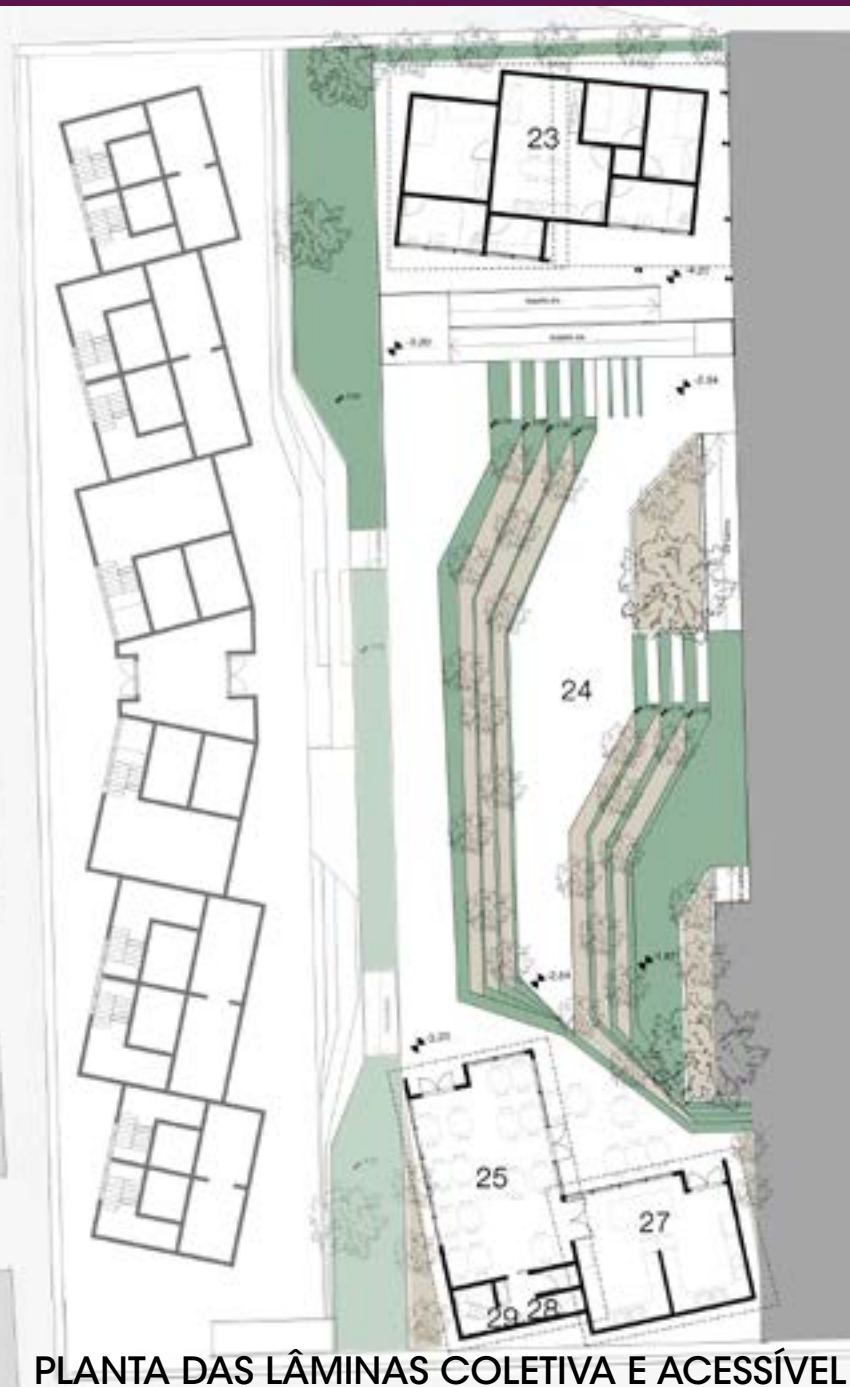
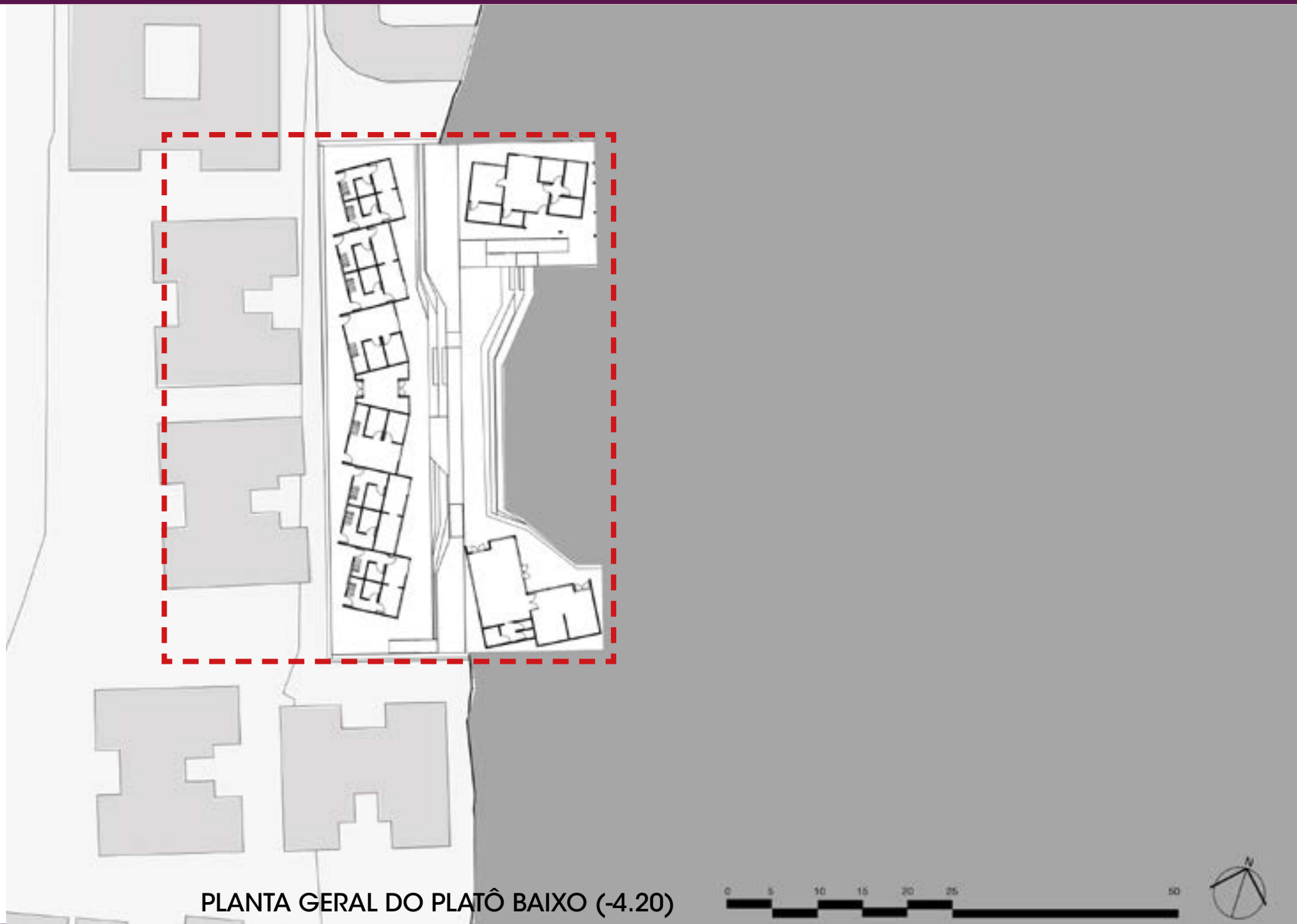






Imagem renderizada da relação dos terraceamentos da praça em nível, no interior do lote





PLANTA DO TÉRREO E NÍVEL SUPERIOR DOS DUPLEX E LÂMINA ACESSÍVEL

Para a forma das lâminas, especialmente de apartamentos duplex, acessível e de espaço coletivo, procurou-se romper com a linearidade da edificação e quebrar as formas em pequenos núcleos que se intercalam entre si para criar fachadas mais irregulares e mais atrativas ao olhar. Essa escolha estética partiu da intenção de manter a estrutura (alvenaria estrutural) aparente, para diminuir os custos de obra que se teria com reboco e revestimento de paredes, e também a partir da análise de uma referência formal de um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, em Israel, construído por Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects (2018).

Na planta baixa da referência, os blocos habitacionais são quebrados em pequenos núcleos de apartamentos intercalados e que compartilham paredes entre si, criando jardins e espaços de estar de fruição às residentes. Ao mesmo tempo, os edifícios em que se concentram os espaços coletivos e a parte funcional (creche, administração, recepção, etc.) são mantidos em uma forma mais linear, próximo a lâminas propriamente ditas.

A partir dessa referência, foi possível constituir a forma mais irregular das lâminas nos platôs mais baixos do projeto. Devido a questões estruturais, da relação direta com a rua e da concentração das partes mais funcionais do abrigo nas lâminas maior e de recepção, foi mantida a forma de retângulo mais regular.

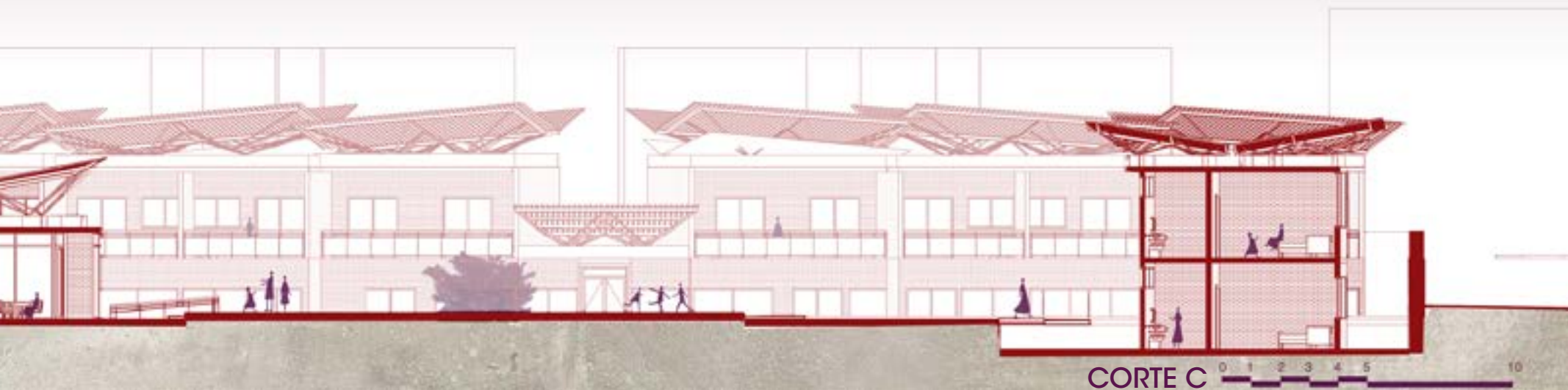


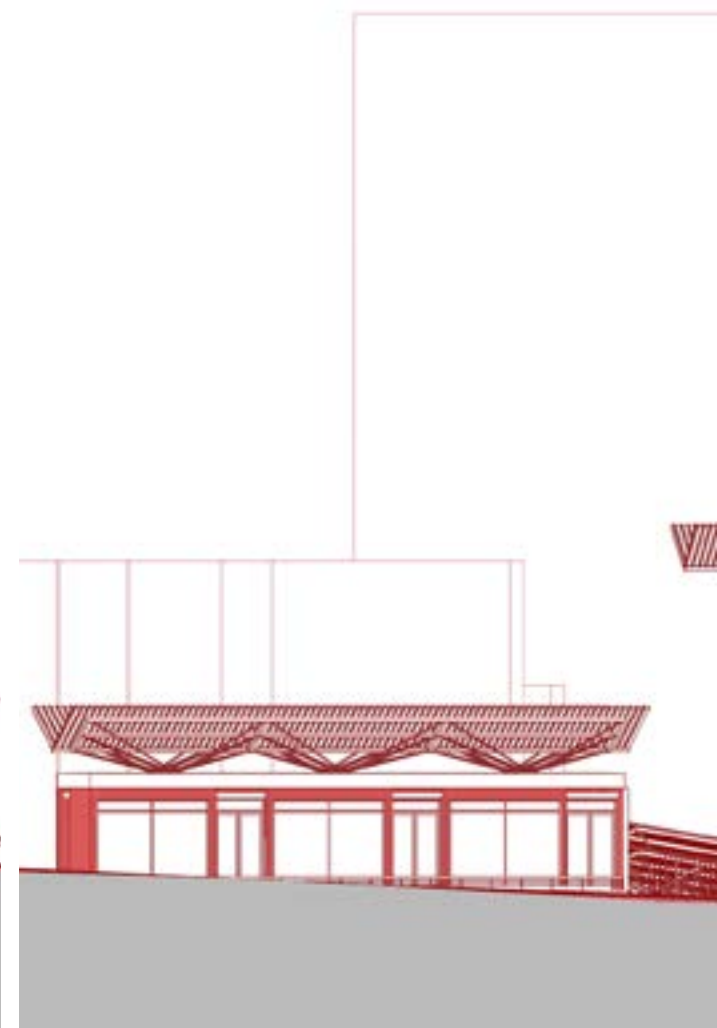
Planta baixa do pavimento térreo do Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica, em Israel, de Amos Goldreich Architecture e Jacobs Yaniv Architects Amos (2018). Fonte: Archdaily, 2018.

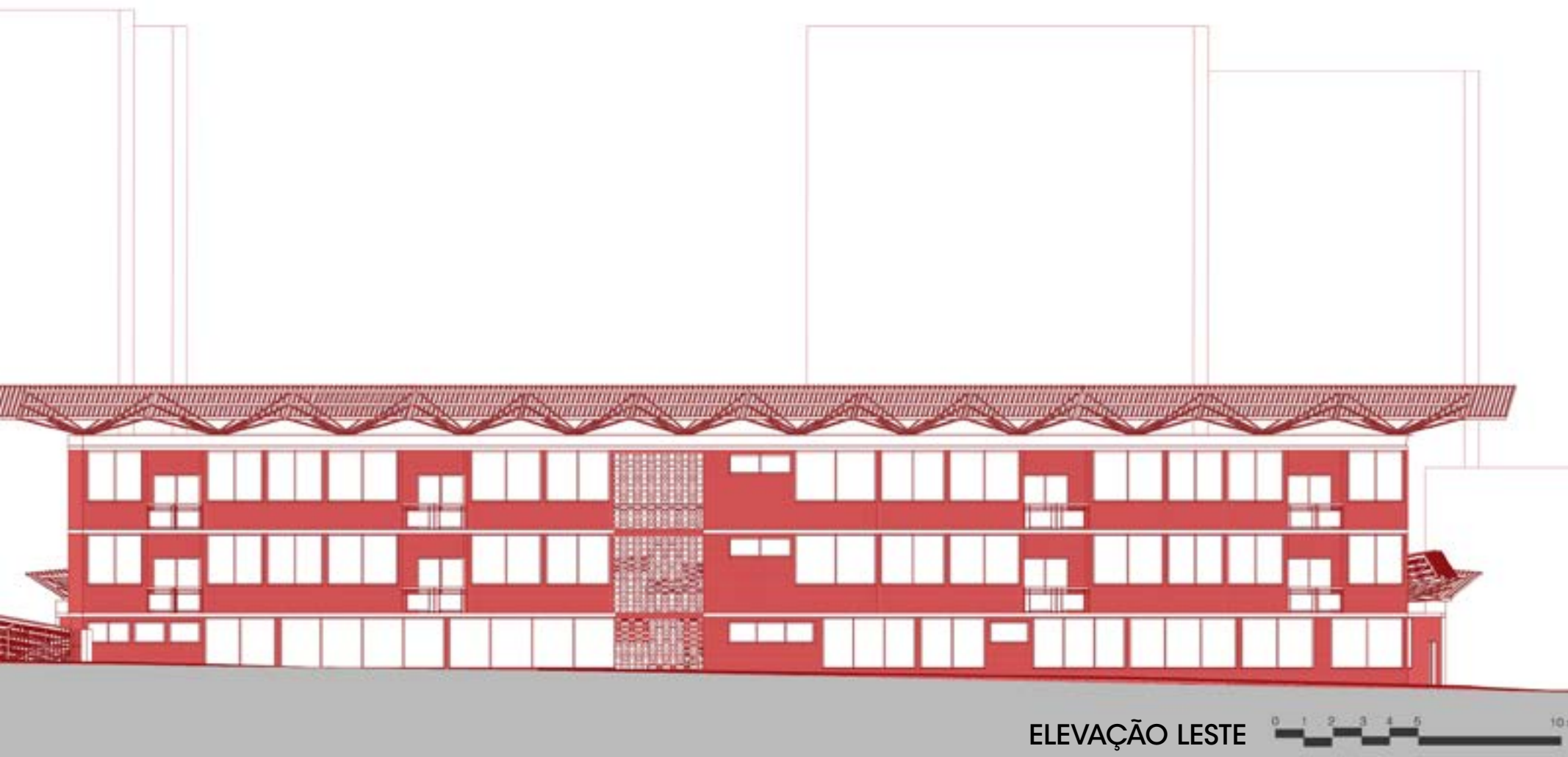


Imagem renderizada da relação dos terraceamentos com as fachadas dos edifícios coletivo e de apartamentos duplex

















Reinvenção do abrigar: escala do feminino

06.1) AS UNIDADES HABITACIONAIS:

O modelo de casa-abrigo brasileiro, assim como o de vários outros países, consiste na requalificação de edificações já existentes nas cidades, para que possa se mascarar em relação ao seu entorno, e na composição de quartos, banheiros e espaços de estar coletivos. No momento de fragilidade após agressões, o uso exclusivo coletivo dos espaços gera desconforto e a falta de privacidade para as residentes o que implica a dificuldade de permanência de longos períodos e, eventualmente, a volta à situação de violência anterior.

Desse modo, a inexistência de momentos de individualidade nestes espaços para as mulheres e seu filhos impede o rompimento efetivo do ciclo de violência. Além disto, este fator acarreta na perda da qualidade de vida dos abrigos, única alternativa de habitação oferecida para vítimas em situação de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, o isolamento da vítima de suas relações sociais, como impõe o sigilo total dos abrigos existentes, pode ser prejudicial no processo de ressocialização da mulher e seu retorno a sociedade.

A intenção do projeto é oferecer unidades habitacionais autônomas, que ofereçam condições de individualidade e privacidade aos moradores em seu processo de reconstrução pessoal, e espaços coletivos ou compartilhados, os quais estimulem também a coletividade e a criação de laços entre mulheres. Ademais, através da configuração de tipologias habitacionais diversas, acredita-se que é possível abranger o amplo universo

de gênero que vai além da definição concreta de “mulher” e de “feminilidade”. A necessidade da arquitetura de se adaptar aos diferentes corpos e as diversas formas de família levaram a intervenção do abrigo a ampliar o conceito do que se entende de “abrigar” hoje no Brasil, frente a sua diversidade social e a contrastante diferença entre corpos atingidos pela violência.

06.2) TIPOLOGIAS HABITACIONAIS:

Foram projetadas 6 tipologias habitacionais diferentes para acomodar a maior variedade possível de realidades de mulheres, compostas essencialmente de núcleos de apartamentos com quartos e banheiros privativos e com a parte de sala e cozinha compartilhada (em rosa) entre os dois apartamentos. São elas:

1. unidade com dois apartamentos individuais;
2. unidade com dois apartamentos privativos de duas pessoas e de três pessoas;
3. unidade de dois apartamentos de um e de dois quartos, com dimensões acessíveis;
4. unidade de dois apartamentos individuais, tipo duplex;
5. unidade de dois apartamento com dois quartos, tipo duplex;
6. unidade de três quartos, duplex, com térreo acessível.

LÂMINA MAIOR:



1. unidade de 2 apartamentos individuais (57,7 m²)



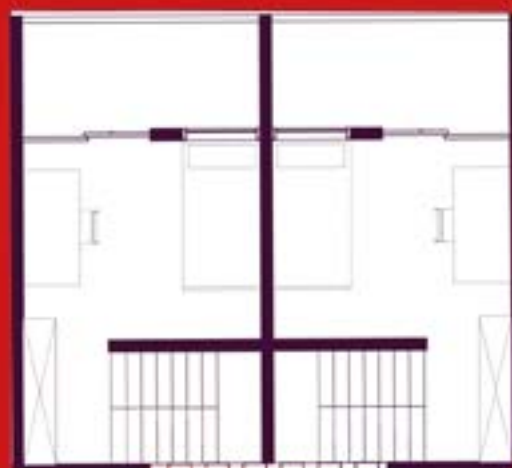
2. unidade de 2 apartamentos de 2 ou 3 quartos (100 m²)

LÂMINA ACESSÍVEL:



3. unidade de 2 apartamentos com dimensões acessíveis, de 1 e de 2 quartos (79,2 m²)

LÂMINA DE DUPLEX:



superior



superior



superior



térreo



4. unidade de 2 apartamentos tipo duplex individuais (77,4 m²)



térreo



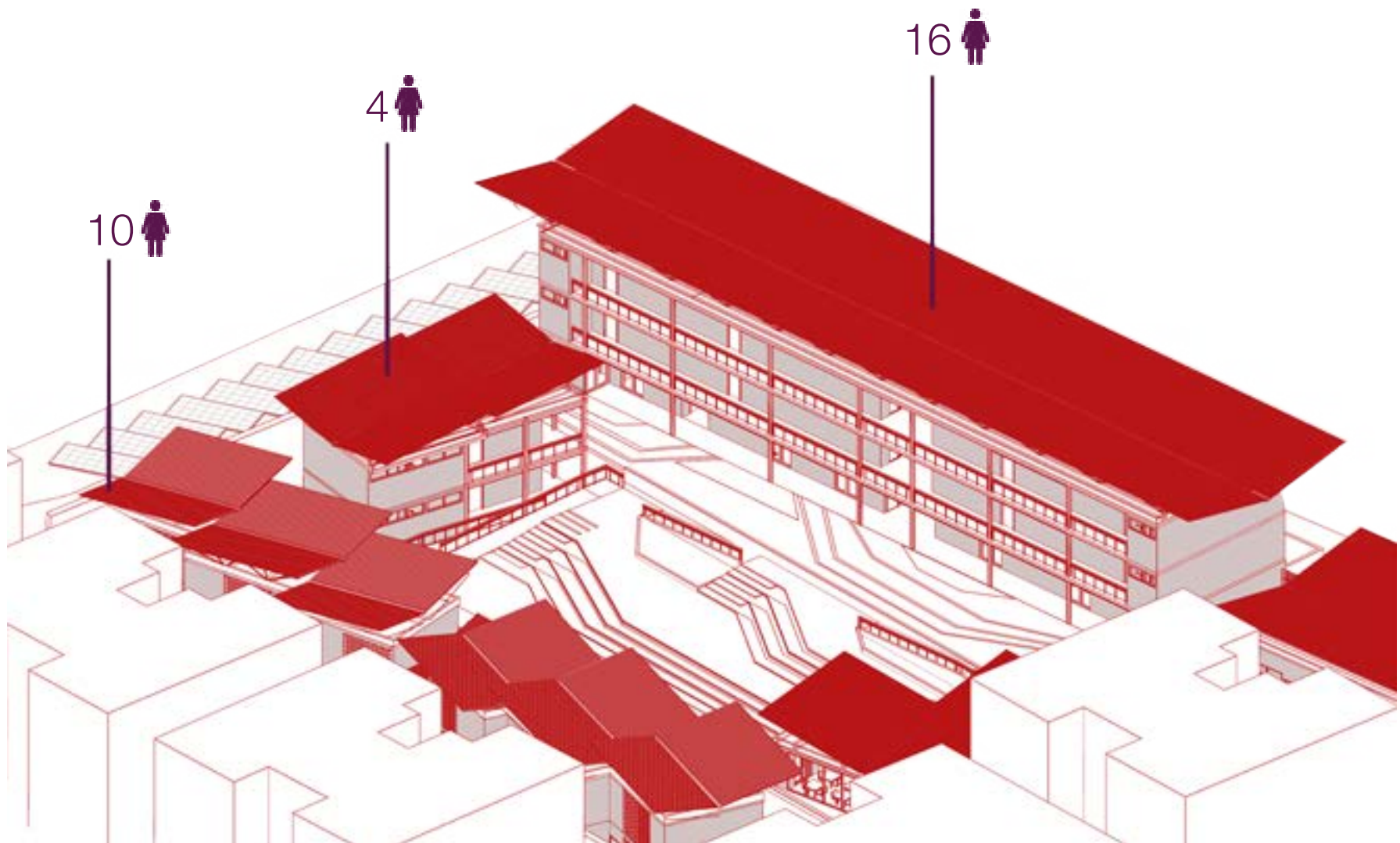
5. unidade de 2 apartamentos tipo duplex, com dois quartos cada (100,8 m²)



térreo



6. unidade tipo duplex com 3 quartos e térreo acessível (77,4 m²)

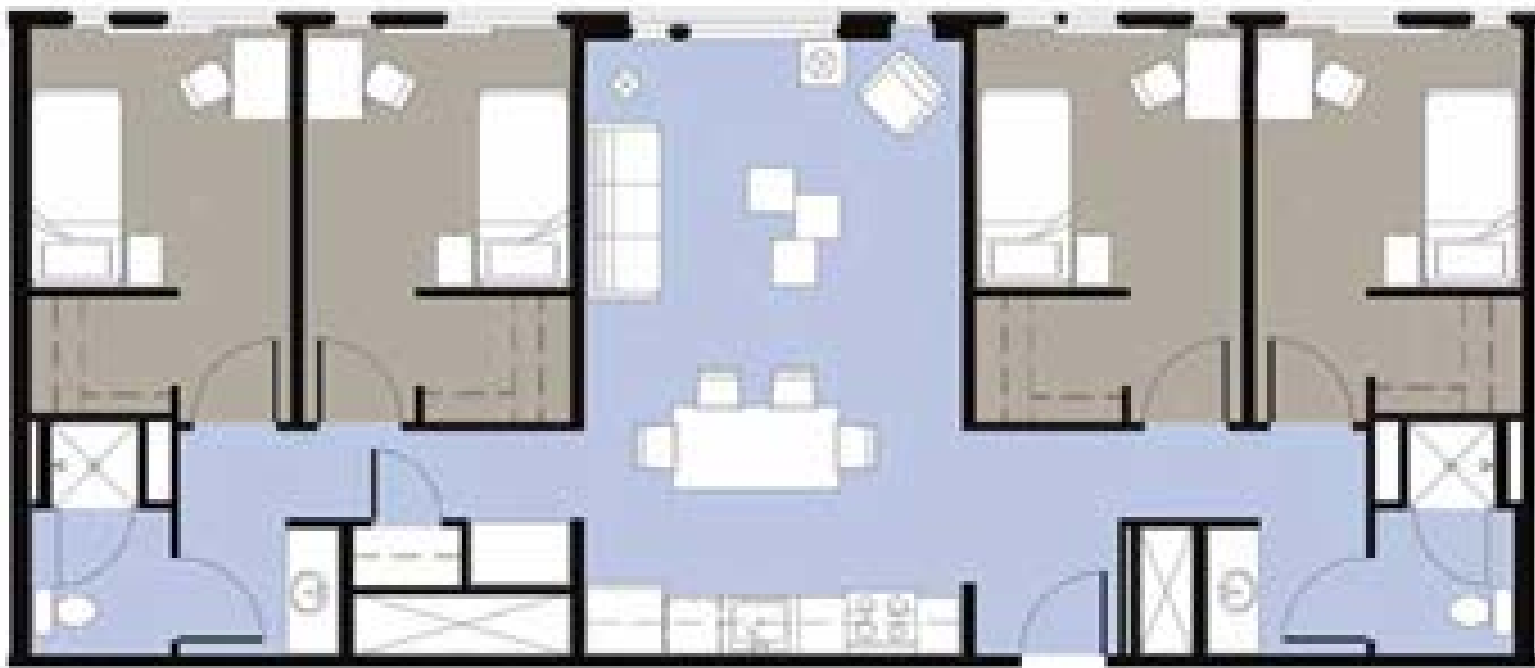


06.3) REFERÊNCIAS PROJETUAIS:

Para a resolução do desenho das plantas habitacionais, tomou-se como base para a construção de novos abrigos voltados a mulheres vítimas as sugestões do site “Building Dignity: Design Strategies for Domestic Violence Shelters”, o qual se embasa em estudos de casos de abrigos estado unidenses para compor as diretrizes e sugestões. Esta fonte foi de suma importância para compreender os espaços de abrigos tempo-

rários já existentes e como melhorar as suas condições arquitetônicas e urbanas.

Foram usados de referência principalmente as imagens que contavam com plantas baixas ou detalhamentos de ambientes, visando diretamente a relação das mulheres com a casa-abrigo e os seus usos. Desta forma, foi possível pensar na forma de apartamentos autônomos, mas que possuem parte, como a cozinha e a sala, como ambientes compartilhados dentro do âmbito da moradia temporária.



Planta de unidade habitacional de dois apartamentos com cozinha e sala compartilhadas. Fonte: Buildingdignity



Planta de conjunto de unidades habitacionais de um abrigo existente nos Estados Unidos, analisado por arquitetos. Fonte: Buildingdignity



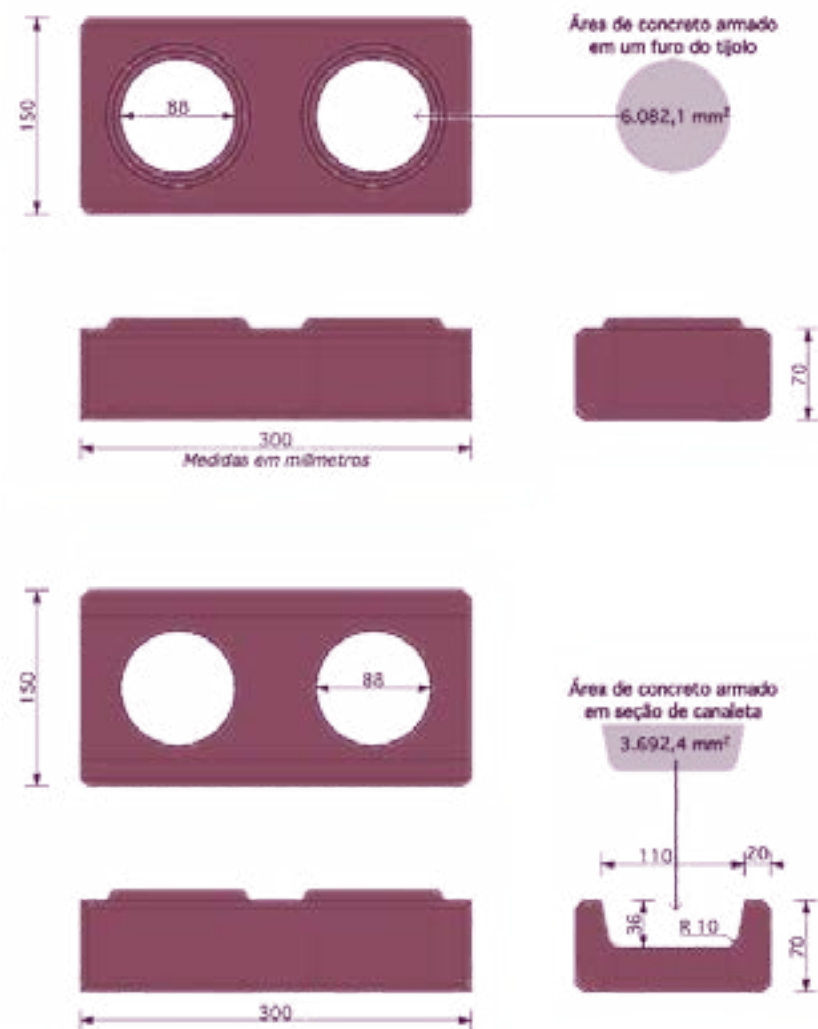


■ Sistema construtivo

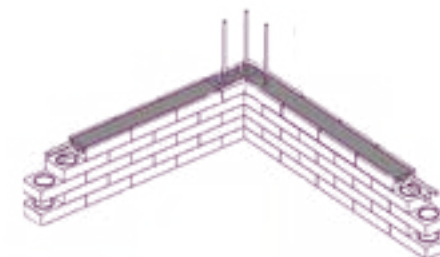
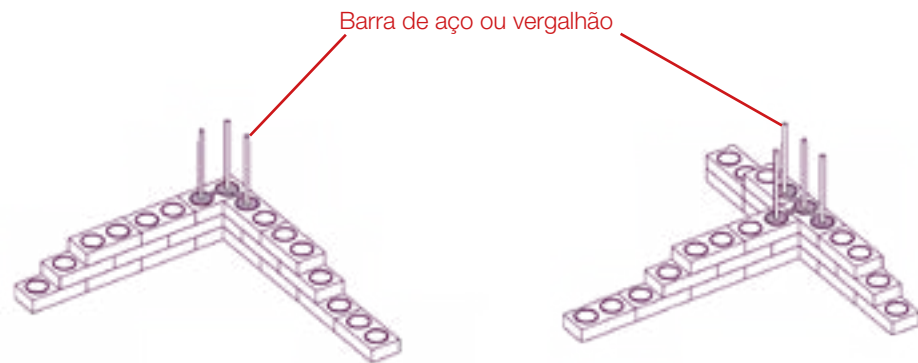
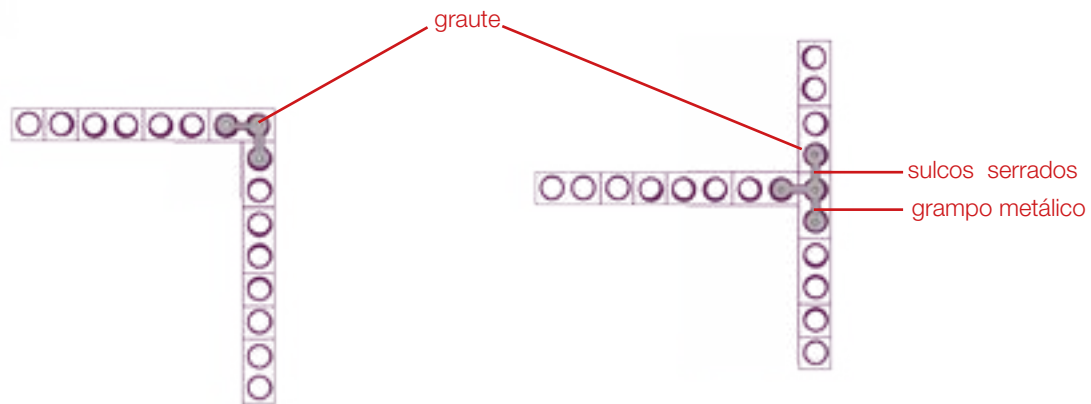
07.1) ALVENARIA ESTRUTURAL: TIJOLO ECO-LÓGICO

Uma vez que não são disponibilizadas verba pública para a construção de casas-abrigo nas prefeituras municipais, buscou-se a escolha de um sistema construtivo que pudesse ser econômico e que não demandasse mão de obra especializada. A partir disso, foi escolhido o sistema construtivo de alvenaria estrutural, especificamente o tijolo de solo-cimento, ou mais conhecido como tijolo ecológico. Dentre os blocos existentes, ele é mais econômico do que o bloco de concreto e mais resistente do que o cerâmico. Além disso, o tijolo ecológico não demanda a mesma quantidade de argamassa para assentar os blocos, o que acaba poupando com o material e deixando o canteiro de obras mais limpo.

O bloco de solo-cimento é composto essencialmente por terra, cimento e água, e é chamado de ecológico uma vez que não passa pelo processos que causam impactos ao meio ambiente como o cerâmico, tais como a queima e a contaminação do solo, por exemplo. O bloco escolhido foi o de 30 x 15 x 7 cm e possui furos que formam câmaras de ar que aumentam o rendimento térmico do tijolo, e também o bloco canaleta nas mesmas dimensões para vergas, contravergas e cintas estruturais.



Desenhos técnicos das dimensões do bloco ecológico convencional e do canaleta.



Detalhamento do encontro de paredes em “L” e as colunas grauteadas de sustentação.

Detalhamento do encontro de paredes em “T” e as colunas grauteadas de sustentação.

Detalhamento de fiada de bloco canaleta para vergas, contravergas nas aberturas ou cinta de amarração.

07.2) COBERTURA: TELHADOS BORBOLETA

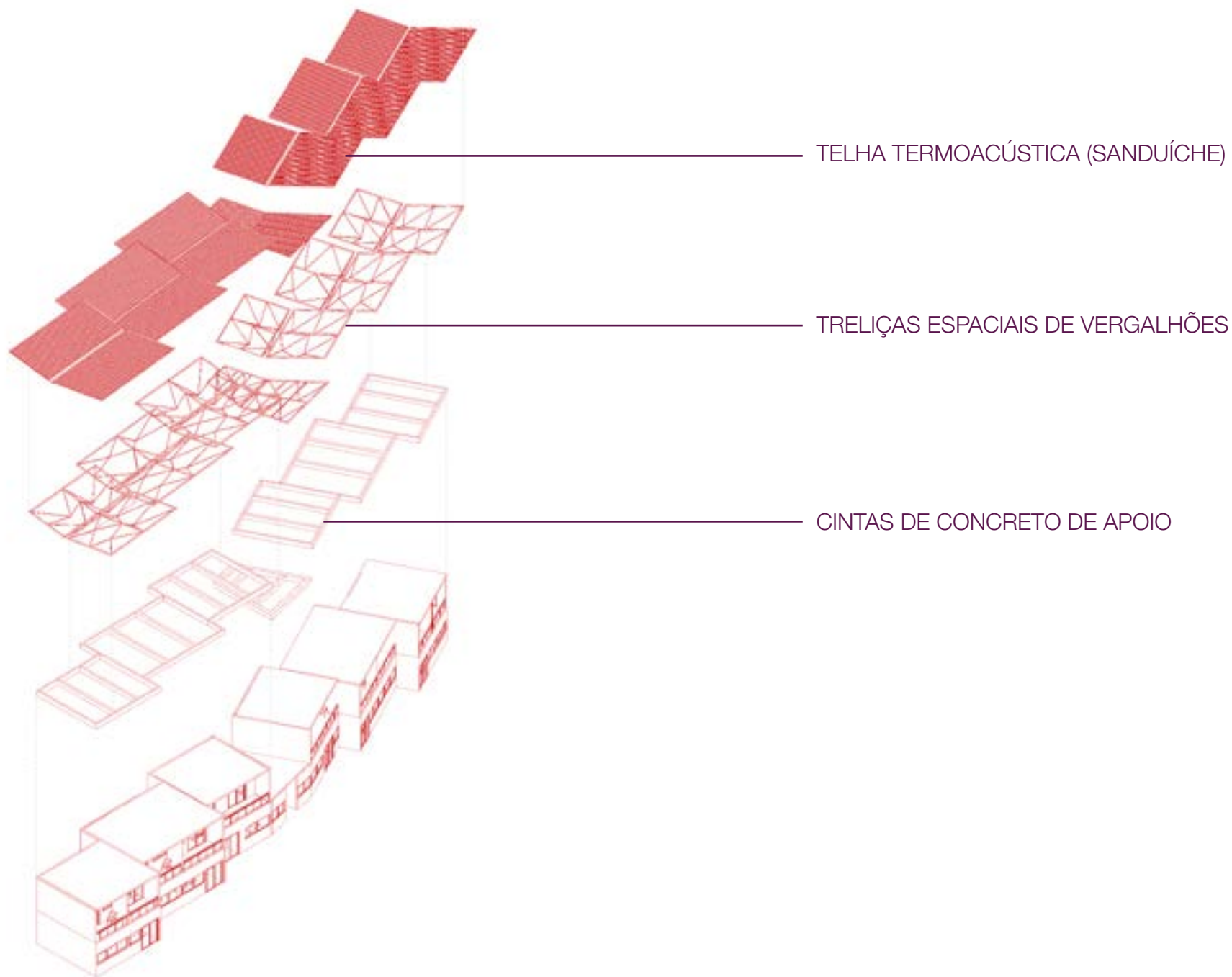
Para a cobertura, foi decidido soltar visualmente a estrutura do telhado do resto da edificação, afim de criar um elemento estético e também para potencializar o conforto térmico dos volumes, uma vez que a cobertura destacada é ideal para climas tropicais pois cria bolsões de ar por convecção que auxiliam na eficiência térmica da edificação. Desta forma, foi adotado um telhado no formato borboleta de águas invertidas que é sustentado por treliças espaciais.

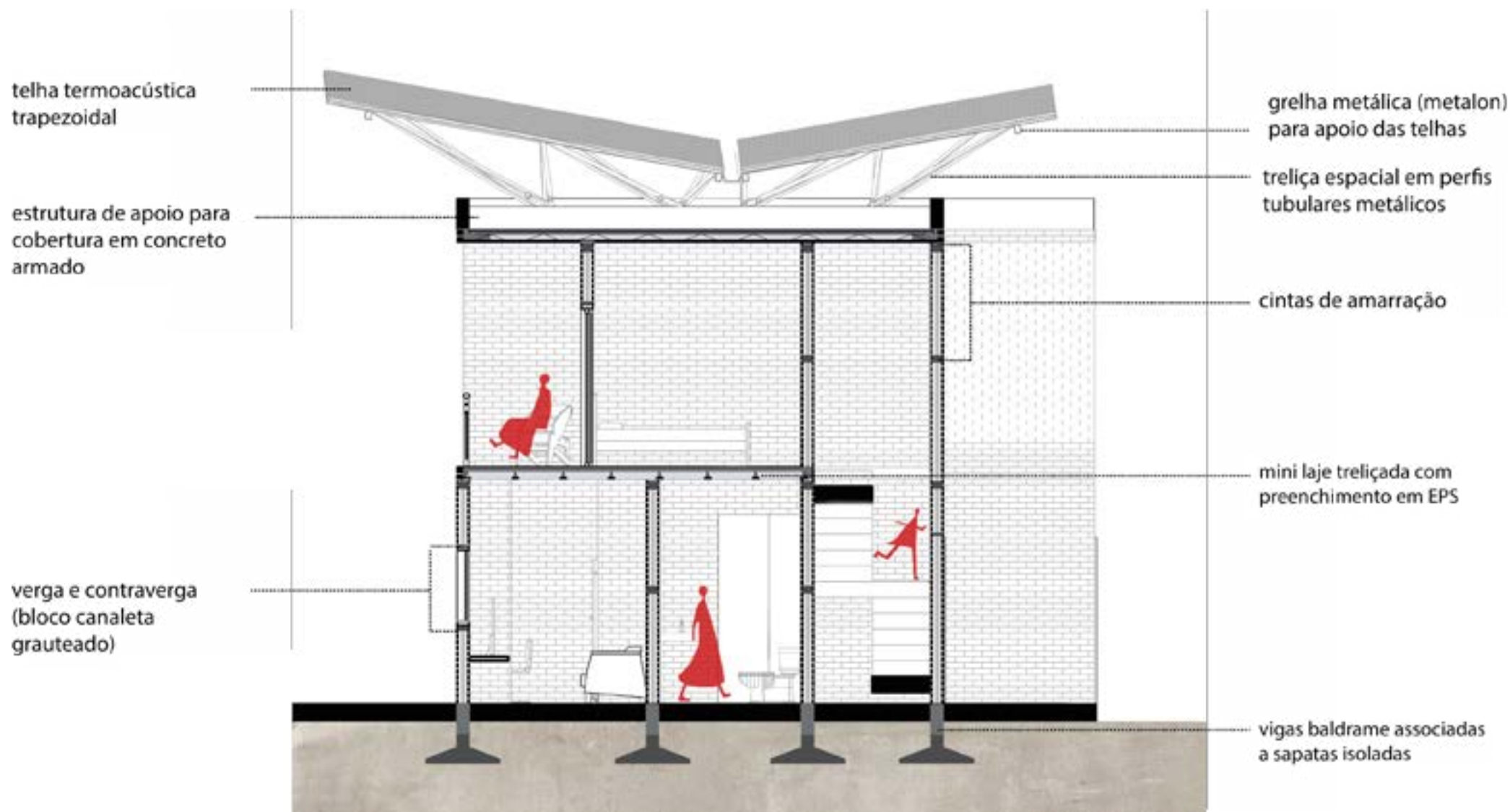


Para a adoção desta solução, foi essencial a inspiração na referência projetual do projeto da Gando Primary School (2001), de Francis Kéré, em Burkina Faso, no qual a cobertura se estrutura em uma edificação de alvenaria estrutural apoiado em uma cinta de concreto e através de treliças espaciais. O estudo deste e de outros projetos deste arquiteto e de sua arquitetura africana influenciaram diretamente o desenho da estrutura adotada no projeto.



Imagens da Escola Primária de Burkina, de Francis Kéré (2001). Fonte: Kere Architecture, 2001.





Corte estrutural das lâminas de duplex

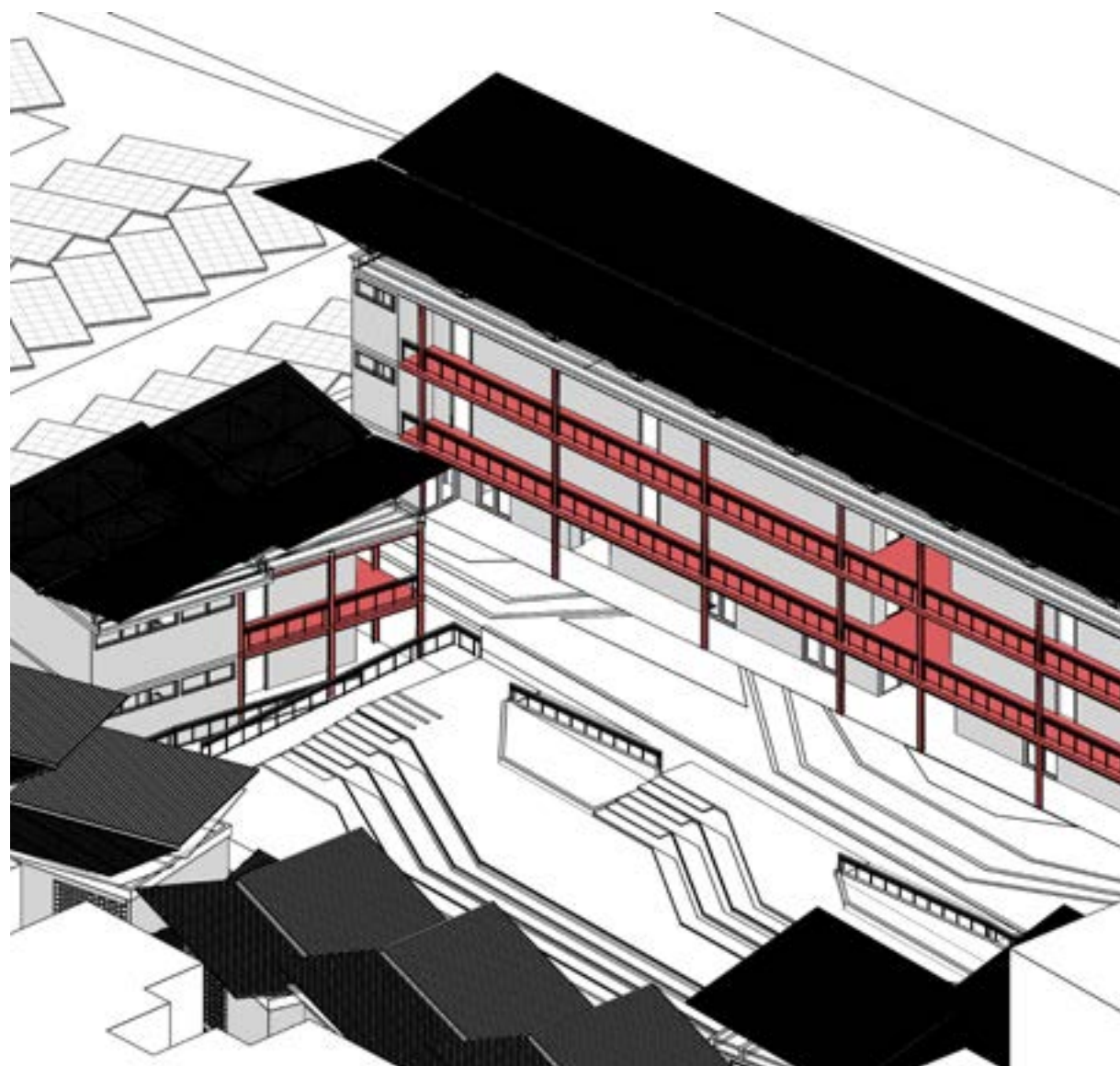
07.3) CIRCULAÇÃO METÁLICA:

As estruturas das lâminas maior e acessível foram concebidas de maneira separada ao sistema construtivo de alvenaria estrutural, através do sistema de pilar e viga de perfil “i”, uma vez que para manter a circulação aberta com a visibilidade para a praça e os espaços abertos criados deveria-se colocar algum elemento estrutural de apoio à laje treliçada na extremidade do edifício.

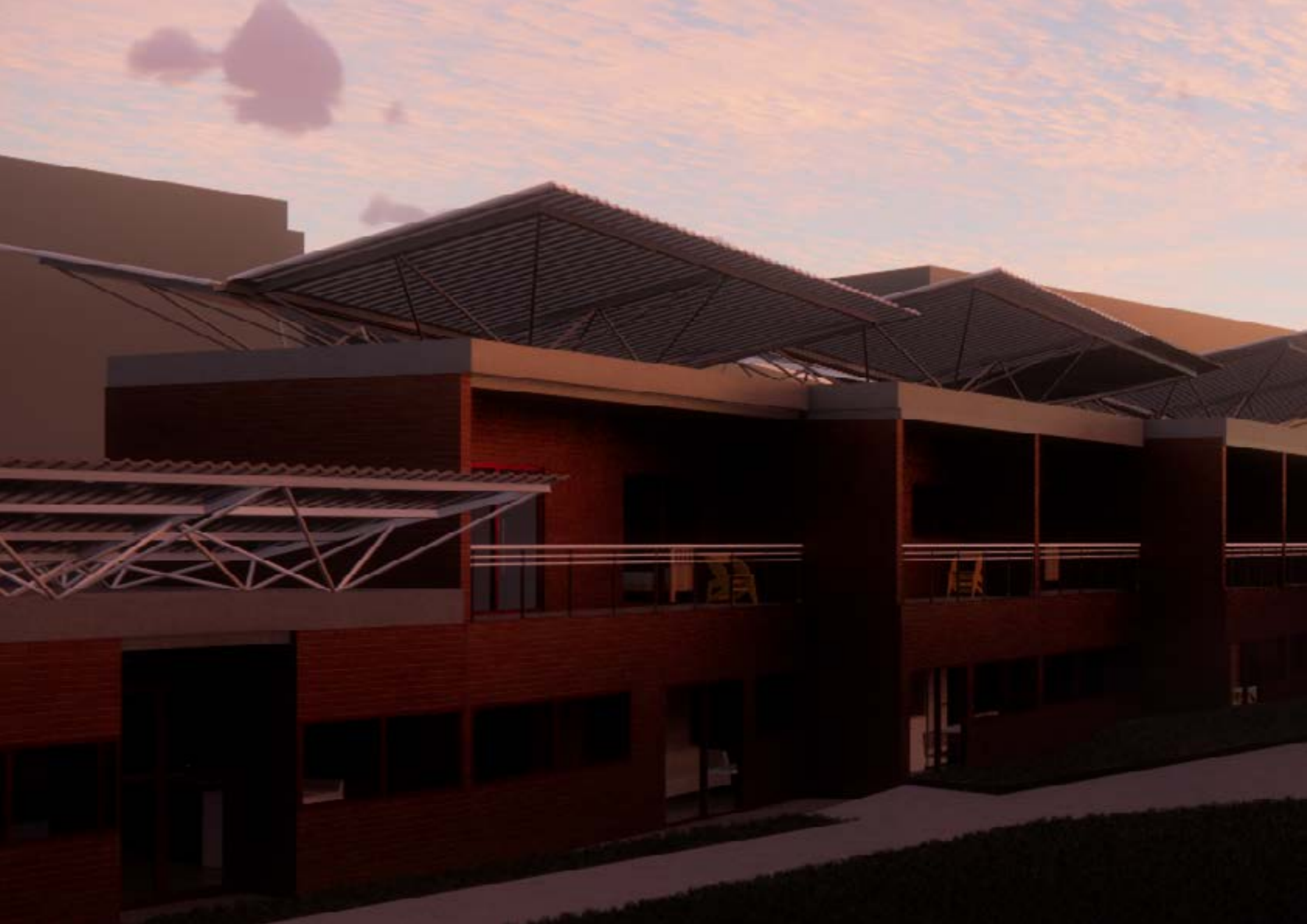
Desta forma, pensando como sistema isolado à alvenaria, tomou a referência do Conjunto Habitacional Copromo, do Usina Ctah (1998), em Osasco, que possui o mesmo sistema construtivo de alvenaria estrutural com circulação separada em perfis metálicos.

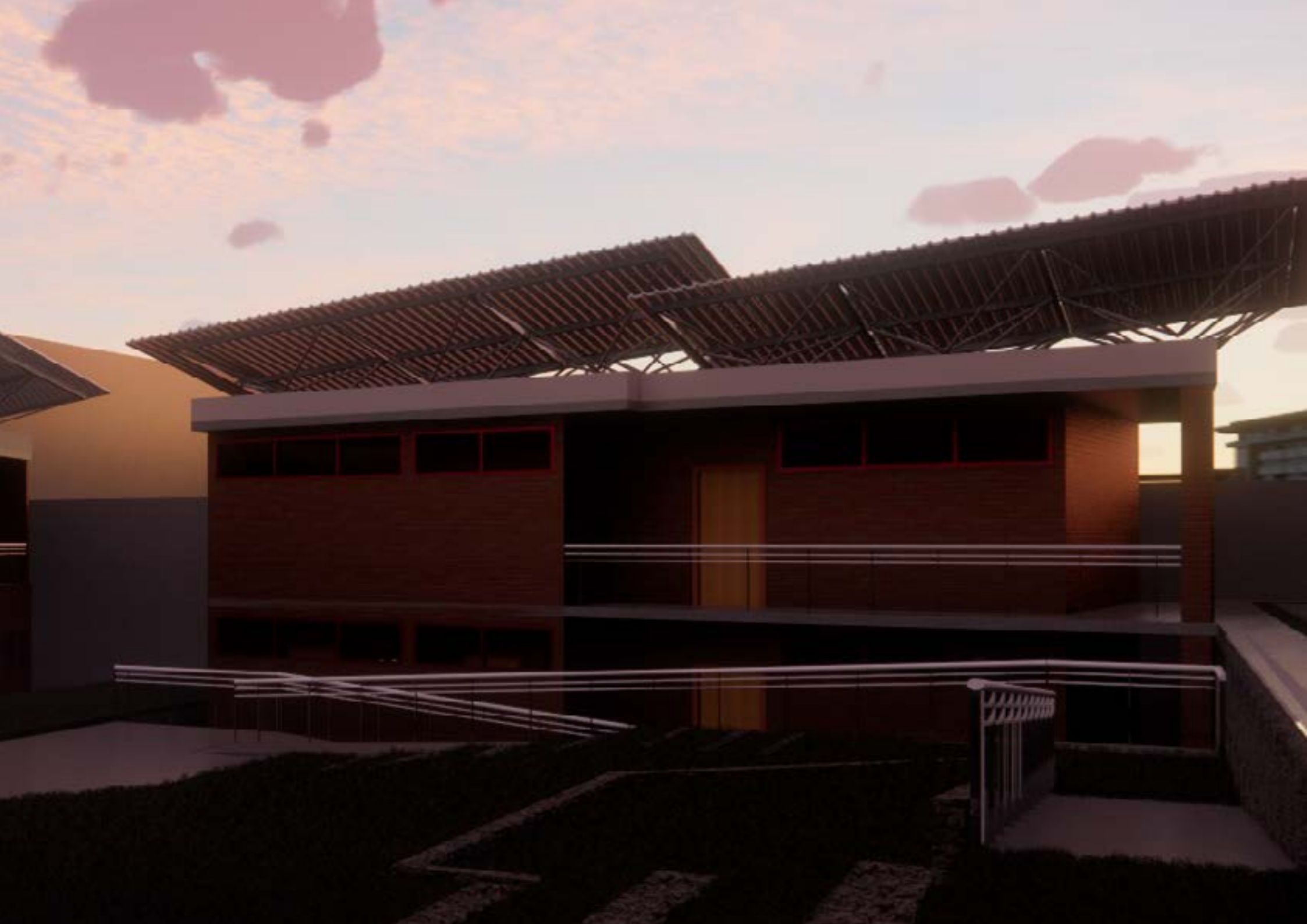


Conjunto habitacional Copromo, Osasco, por Usina Ctah. Fonte: Archdaily, 2015



Perspectiva de demarcação das circulações em estrutura metálica





REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHDAILY. Refugio para mujeres víctimas de la violencia, ORIGEN 19°41' 53" N. Disponível em https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/907075/refugio-para-mujeres-victimas-de-la-violencia-origen-19o41-53-n?ad_source=search&ad_medium=search_result_projects. Acesso em jun. 2022.

_____. Centro de oportunidades para Mulheres/ Sharon Davis Design. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/01-158650/centro-de-oportunidade-para-mulheres-slash-sharon-davis-design?ad_medium=gallery. Acesso em jun.2022

_____. Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects>. Acesso em nov. 2022.

_____. Ladeira da Barroquinha / Metro Arquitetos Associados. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/781582/ladeira-da-barroquinha-metro-arquitetos-associados>. Acesso em out. 2022.

_____. USINA 25 anos - COPROMO. Disponível em https://www.archdaily.com.br/br/767128/usina-25-anos-copromo?ad_medium=gallery. Acesso em dez. 2022.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação, 1992. In : HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto, Bazar do Tempo, 2019. p.293-313.

BRASIL. Diretrizes nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de violência. Brasília, 2011.

Bulding Dignity: design strategies for domestic violence shelters. Disponível em <https://buildingdignity.wscadv.org/site-design/empower/>. Acesso em jun. 2022.

COSTA, Maria da Graça. Agroecologia, (eco)feminismos e “bem-viver”: emergências decoloniais no movimento ambientalista brasileiro. In: HOLLANDA, heloisa buarque de. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Bazar do Tempo, 2020.

ECO PRODUÇÃO. Tijolo Ecológico modular: manual prático. Disponível em <https://docplayer.com.br/2769714-Tijolo-ecologico-modular.html>. Acesso em nov. 2022.

FERREIRA, Karen; SILVA, Gleyton Robson da. Urbanismo Feminista. In: PEREIRA, Gislene; WUTRICH, Fabiana (org.). Sete princípios para um próximo urbanismo. Curitiba: Setor de Tecnologia da Ufpr, 2018. p. 89-106.

GAGO, Veronica. A potência feminista ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

KERE ARCHITECTURE. Gando Primary School. Disponível em <https://www.kerearchitecture.com/work/building/gando-primary-school-3>. Acesso em nov. 2022.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MARQUES, Helena Duarte. A luta das mulheres nunca matou ninguém. O machismo mata todos os dias. In: KOETZ, Vanessa; MARQUES, Helena Duarte; CERQUEIRA,

Jessica Tavares. Direito à cidade: uma visão por gênero. São Paulo: IbdU, 2017. p. 101-106.

PMSJC. Legislação. Disponível em <https://servicos2.sjc.sp.gov.br/servicos/legislacao.aspx>. Acesso em jun. 2022.

PRATES, Paula Licursi. Violência doméstica e de gênero: perfil sociodemográfico e psicossocial de mulheres abrigadas. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Revista AZMina. Disponível em <https://azmina.com.br/>. Acesso em junho de 2022.

RIBEIRO, Sueli Bertolino. Entrevista sobre a casa-abrigo protetiva de São José dos Campos. [Entrevista concedida a] COSTA, Sofia Fortunato Ribeiro da, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção subjetiva. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Bazar do Tempo, 2019. p. 139-161.

_____. Gênero, patriarcado e violência. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SÓLON, Pablo. Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direito da mãe terra e desglobalização. 1 ed. Editora Elefante, 2019.